

# **AGENDA BRASIL 2034**

**Visões do setor produtivo e  
da sociedade civil para o  
desenvolvimento  
sustentável do país**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Agenda Brasil 2034 : visões do setor produtivo e da sociedade civil para o desenvolvimento sustentável do país / coordenadores: Luiz Gustavo Medeiros Barbosa, Rogério Desio Caiuby, Tatiana de Assis Ribeiro. – Rio de Janeiro: FGV Projetos: Movimento Brasil Competitivo, 2023.

153p.

ISBN: 9978-65-86289-44-2

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Sociedade civil - Brasil. I. Barbosa, Luiz Gustavo Medeiros. II. Caiuby, Rogério Desio. III. Ribeiro, Tatiana de Assis. IV. FGV projetos. V. Movimento Brasil Competitivo. VI. Título.

CDD – 338.981



# **AGENDA BRASIL 2034**

**Visões do setor produtivo e  
da sociedade civil para o  
desenvolvimento  
sustentável do país**

## MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO

### Diretores executivos

Romeu Luiz Ferreira Neto  
Tatiana de Assis Ribeiro

### Equipe

Adriane Klamt da Cunha  
Ana Carolina Carvalho  
Ana Lídia de Alencar Ribeiro  
Bruna Eboli  
Elizabete dos Santos Torres  
Gustavo Souza França  
Karolina Kristina Aspesi Abreu  
Pedro Venturini

### Conselheiro executivo

Rogério Caiuby

## CONSELHO SUPERIOR

### Presidente do Conselho Superior

Jorge Gerdau Johannpeter, Gerdau

### Vice-presidente do Conselho Superior

Wilson Ferreira Jr, Eletrobras

### Vice-presidente do Conselho Superior

Reginaldo Arcuri, Grupo FarmaBrasil

### Presidente fundador

Elcio Anibal de Lucca

### Conselheiro nato

Carlos Augusto Salles

### Governo

Casa Civil da Presidência da República  
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
Ministério do Planejamento e Orçamento  
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços  
Ministério da Fazenda

### Lideranças Empresariais e da Sociedade Civil

Afonso Lamounier, SAP Brasil  
Alessandra Del Debbio, Microsoft  
Dante Alário Jr., Biolab  
Elton Borgonovo, Motorola  
Fábio Coelho, Google  
Francisco Graziano, Mover  
José Eduardo Sabo Paes, Sociedade Civil  
Paulo Cunha, Amazon Web Services  
Paulo Tonet Camargo, Sociedade Civil  
Pedro Bittar, Sociedade Civil  
Silvio Barros, Sociedade Civil  
Valdir Simão, Sociedade Civil

## CONSELHO FISCAL

Amador Alonso Rodriguez  
Atilio Rulli  
Osório Adriano Neto

## PATROCINADORES

Gerdau  
Toyota

## FGV

### Presidente

Carlos Ivan Simonsen Leal

### Diretor Executivo FGV Projetos

Luiz Carlos Guimarães Duque

### Diretor Adjunto FGV Projetos

Irineu Frare

### Diretor da Central de Qualidade da FGV

Ricardo Simonsen

### Gerente Executivo

Luiz Gustavo Medeiros Barbosa

### Coordenadores do Projeto

Airton Nogueira Pereira Junior  
André Meyer Coelho

### Equipe Técnica

Cintia Melchiori  
Fabiola Barros  
Ique Guimarães  
Marcel Levi  
Mateus Menezes  
Natalia El Khouri  
Natalia Soutosa  
Raquel Oliveira  
Thais Barros  
Thais Padinha  
Thays Venturim  
Vinicius Telles

### Projeto Gráfico

Talitha Lavatori  
Douglas Fernandes

# AGRADECIMENTOS

André Furtado Braz

Antônio Britto

Augusto Nardes

Bernardo Silva

Bruno Eustáquio

Carlos Ari Vieira Sundfeld

Daniela Teixeira

Diego Perez

Diogo Costa

Fernando Pimentel

Flávia Matos

Francisco Figueiredo

Francisco Gaetani

Francisco Soares

Gianna Sagazio

Humberto Casagrande

Joana Monteiro

Joelson Oliveira Sampaio

Jorge Gerdau

José Paulo Martins

Luana Pretto

Luiz Barretto

Melina Risso

Natália Marcassa

Nelson Teich

Paulo Camillo

Reginaldo Arcuri

Ricardo Gonzaga Martins Araújo

Roberto Campos

Suely Araújo

Tadeu Barros

Venilton Tadini

Weber Sutti

Membros dos Núcleos Técnicos do MBC

INSTITUIÇÕES CUJOS DOCUMENTOS SUBSIDIARAM AS PROPOSTAS:

Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base - ABDIB

Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia - Abraceel

Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais - Brasscom

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento - CINDES

Coalizão Indústria

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA

Confederação Nacional da Indústria - CNI

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC

Derrubando Muros

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

ENDEAVOR

Escola Nacional de Administração Pública - ENAP

Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo - FEHOSP

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo - Fecomércio-SP

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Fundação Dom Cabral

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSCA - A2030)

Instituto de Ensino e Pesquisa - Insper

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS

Instituto Trata Brasil

Movimento Empresarial pela Inovação - MEI

Movimento Pessoas à Frente - MPaF

Observatório do Clima

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE

Rede Governança Brasil - RGB

Republica.org

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae

Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel, Celular e Pessoal - Conexis

Todos Pela Educação

# APRESENTAÇÃO

A “AGENDA BRASIL 2034”, DESENVOLVIDA PELO MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO (MBC) EM PARCERIA COM A FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV), NASCE DE UMA GRANDE PROVOCAÇÃO: QUE FUTURO QUEREMOS PARA O BRASIL?

Obra viva, cuidadosamente pensada e estrategicamente planejada por especialistas de diversos setores da sociedade, a Agenda 2034 propõe não apenas uma reflexão sobre como estamos hoje e onde queremos chegar, mas também conecta todos os elos da sociedade - em especial os tomadores de decisão - e indica que caminhos podemos trilhar para promover melhor qualidade de vida às mais de 213 milhões de pessoas que vivem em solo brasileiro.

Este documento é uma contribuição inédita para a retomada de uma agenda forte de desenvolvimento a longo prazo para o país. Aqui, buscamos elucidar os diversos desafios que o Brasil tem pela frente, para que possamos nos posicionar como potência econômica de forma responsável, consistente e segura. Além disso, recuperar a confiança de mercado internacionais e alcançar novos êxitos, conquistando novamente o protagonismo perante o mundo.

Vivemos em um país com dimensões e população continentais e acreditamos que o sucesso dessa Agenda passa também pelo aumento da competitividade, para que possamos disputar em pé de igualdade com as principais economias globais. Não será fácil, mas acreditamos na força da união para estes avanços, sem perder de vista nosso principal compromisso: proporcionar qualidade de vida e dignidade às pessoas.

Agenda única entre órgãos governamentais, sociedade civil e setor produtivo, o documento é fruto de uma jornada colaborativa que incluiu mais de 100 estudos, entrevistas e consultas. O resultado dessa análise está refletido nas macrometas, metas, propostas e eixos de atuação estabelecidos para os próximos 12 anos.

A Agenda Brasil 2034 é o início de um trabalho de construção do país que queremos ter e que colocamos à disposição para que governos, parlamentares, lideranças empresariais gestores públicos, especialistas e representantes do setor produtivo se dediquem a ele e transformem esta agenda em ações e façam as transformações necessárias. É um convite à união por um único propósito: **um Brasil mais forte, mais justo e melhor para todos.**

MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO

# SUMÁRIO

## AGENDA BRASIL 2034 09

UMA VISÃO COMPARTILHADA DE BEM-ESTAR SOCIAL  
POR MEIO DO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

## METODOLOGIA 13

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E ESTRUTURA  
DA AGENDA BRASIL 2034

## EIXOS DE DESENVOLVIMENTO 18

### SOCIAL 19

PROMOÇÃO DA EQUIDADE NO ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS

### ECONOMIA 35

CRESCIMENTO CONSISTENTE, EQUILIBRADO E INCLUSIVO, PAUTADO NA INOVAÇÃO

#### AMBIENTE MACROECONÔMICO 52

#### SETORES PRODUTIVOS 62

### EDUCAÇÃO 77

PAÍS ALFABETIZADO E MAIS PREPARADO PARA O FUTURO

### INFRAESTRUTURA 93

INTEGRAÇÃO, SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA E CONEXÃO COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

### MEIO AMBIENTE 109

PATRIMÔNIO NATURAL EQUILIBRADO, COM USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS E FOCO NO COMBATE À MUDANÇA CLIMÁTICA

### GOVERNANÇA 118

COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA PARA O FUTURO DO PAÍS

## MONITORAMENTO DA AGENDA BRASIL 2034 137



**AGENDA  
BRASIL 2034**

# AGENDA BRASIL 2034

## UMA VISÃO COMPARTILHADA DE BEM-ESTAR SOCIAL POR MEIO DO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Trabalhar para um futuro de prosperidade no Brasil é um desafio que envolve, de um lado, questões críticas e urgentes que precisam ser solucionadas para destravar o desenvolvimento. Do outro, os condicionantes da atualidade, panorama a ser considerado em qualquer política ou estratégia atual. Como aliados, o país conta com diferenciais que podem, se bem trabalhados, alçar o país a posições de destaque no cenário global.

Dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas afetam o ambiente de negócios, impedem melhorias no campo social e avanços em inovação. A carência de uma política de Estado que vise ao desenvolvimento no longo prazo, coordenada entre os diversos temas e setores, culminam no alto Custo Brasil, afetado, em particular, por elementos como financiamento, formação e qualificação de capital humano, infraestrutura, segurança jurídica e tributos, que prejudicam a competitividade nacional e dificultam o amplo acesso a bens e serviços.

O descaso e a negligência em relação à preservação ambiental em virtude dos objetivos financeiros imediatos promovem a degradação de uma das principais riquezas do país: seu patrimônio natural. Nos diversos biomas, a conservação tem importância vital não apenas para a sobrevivência humana e equilíbrio dos ecossistemas, como também pelo potencial econômico da natureza quando manejada de maneira ordenada e responsável, por meio de pesquisa e inovação e do turismo sustentável.

Grande parte dos problemas do Brasil estão enraizados na educação deficitária e na desigualdade social. Se, por um lado,

o país precisa promover crescimento econômico que garanta recursos para investir e solucionar suas mazelas, por outro, a prosperidade não será alcançada enquanto boa parte de sua população não tiver acesso a ensino de qualidade, saúde, emprego e renda dignos.

Crises no contexto global ampliam as dificuldades. Nos últimos anos enfrentamos, junto com o mundo, a pandemia de Covid-19, que teve como maior custo as milhares de vidas perdidas. Mas a crise sanitária também acarretou prejuízos para diversos setores econômicos, diminuição do emprego, agravamento dos problemas na educação e nas condições de vida, principalmente da população com menos recursos.

Recentemente, os conflitos entre Rússia e Ucrânia suscitaram instabilidades políticas e econômicas que têm impactado transações comerciais, o preço dos combustíveis, energia e alimentos, afetando a dinâmica global de forma sistêmica e promovendo movimentos de desglobalização. No mundo todo, observa-se uma estagnação econômica e aumento dos juros internacionais e da inflação, maior volatilidade cambial e uma queda da produção industrial de muitos setores, causada, em parte, por problemas logísticos e riscos de desabastecimento.

Esses fatores tendem a mudar os rumos das cadeias de produção globais, e o Brasil deve estar atento para fazer desses fatores oportunidades para o estabelecimento de novas parcerias, alcance de novos mercados e, principalmente, aumento do valor agregado de suas exportações. Um dos desafios será inserir o país nas principais cadeias produtivas, em especial aquelas que envolvem maior grau de inovação.

Outro fator que não pode mais ser ignorado é o das mudanças climáticas, tema recorrente nos principais debates internacionais. Os países precisam avançar, em conjunto, na tarefa de reduzir emissões de gases, desmatamento e poluição dos oceanos. Essa pauta ultrapassa as discussões entre ambientalistas e passa a ter protagonismo num momento em que a redução da emissão de gases e dos danos e a recuperação ambiental são cruciais para evitar catástrofes, pandemias, perdas econômicas incalculáveis e a própria sobrevivência da humanidade. Na contramão, observa-se o quanto ainda estamos longe de alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estabelecidos em 2015 na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que deve ser o norte para toda e qualquer política de desenvolvimento de países na atualidade.

A preocupação com a aceleração do processo de transição energética para fontes mais limpas, tanto do ponto de vista ambiental quanto da própria garantia de fornecimento, a segurança alimentar e a mudança para uma Economia Verde também são temas que fazem parte da lista de condicionantes para o desenvolvimento mundial. Todos esses fatores impõem dois requisitos básicos quando se fala em desenvolvimento na atualidade: inovação tecnológica e sustentabilidade. E essas são as premissas básicas que nortearam a construção da Agenda Brasil 2034.

É diante desse desafiador e complexo cenário que se propõe uma agenda de trabalho que forme as bases para levar o Brasil de fato ao patamar de país desenvolvido. Parte-se do princípio de que o crescimento extrapola a perspectiva econômica, pois não é possível crescer sem melhorar todos os setores da sociedade. Promover o bem-estar social e a preservação ambiental deve ser o objetivo principal de qualquer política desenvolvimento.

A Agenda Brasil 2034 é um documento referencial com propostas para a promoção do crescimento sustentável do país. Trata-se de uma agenda prioritária do setor produtivo e sociedade civil, construída por meio da consolidação do conteúdo de mais de cem publicações setoriais em Propósitos, entendidos como os principais desafios para o país. Estes Propósitos estão distribuídos em 6 eixos estratégicos, transversais entre si:

FIGURA 1  
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO E VISÃO DA AGENDA BRASIL 2034



Fonte: Elaborado pela FGV, 2023.

O Capítulo 1 apresenta o passo a passo adotado para a construção da Agenda. No Capítulo 2, as seções se dedicam a cada Eixo de Desenvolvimento, trazendo um breve panorama de cada tema no Brasil em 2022, bem como o detalhamento de cada um dos Propósitos. Este detalhamento aprofunda as Metas a serem alcançadas no horizonte temporal da agenda, e as Propostas para que seja possível atingi-las.

A Agenda Brasil 2034 foi debatida em diversas reuniões técnicas com variados grupos de trabalho, a fim de promover o engajamento de entidades, a validação e a identificação de novas propostas. O estudo resultou na elaboração desta publicação e na construção de um *website* para abrigar o Observatório Brasil 2034, voltado para o monitoramento dos avanços alcançados, e cujas principais informações constam no Capítulo 3.

Propõe-se, com esse esforço, uma agenda que reflita a visão compartilhada do setor produtivo sobre o caminho a ser percorrido para que o país possa avançar nos próximos 12 anos rumo ao desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo. O trabalho é grande. Mas com foco, engajamento e parceria entre os diversos atores envolvidos, sabemos que é possível superar atrasos e progredir para tornar o país mais próspero para todos. Convidamos o leitor a se apossar desta agenda e avaliar qual o seu papel e que contribuições podem ser dadas para colocá-la em prática a partir de agora.

Visite também o site [www.agendabrasil2034.com.br](http://www.agendabrasil2034.com.br), navegue pelos Eixos, Propósitos e Metas e conheça o Observatório Brasil 2034.

MÃOS À OBRA!



01

METODOLOGIA

# METODOLOGIA

## PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E ESTRUTURA DA AGENDA BRASIL 2034

Para a construção da Agenda Brasil 2034, foi desenhado um robusto processo de coleta primária e secundária de dados, utilizando-se de combinação de técnicas quantitativas e qualitativas, com o objetivo de maximizar as possibilidades de captura de informações nos mais variados temas a serem tratados no documento. O uso de métodos mistos de pesquisa forneceu um espectro mais amplo para se entender problemas complexos em diferentes contextos.

Com o objetivo de reunir e priorizar propostas estratégicas para o crescimento sustentável do país, a Agenda Brasil 2034 foi estruturada a partir de profunda pesquisa documental, entrevistas com representantes setoriais, levantamento de dados socioeconômicos e ambientais, validações com especialistas e mapeamento de indicadores de monitoramento. Foram mais de 100 documentos consultados, mais de 30 entrevistas dedicadas, variados indicadores definidos e muitas seções de revisão com especialistas.

O ponto de partida e elemento norteador para a estruturação do documento foi a definição da **Visão** de desenvolvimento que queremos para o Brasil em 2034, notadamente:

**Assegurar o bem-estar social por meio do crescimento sustentável**

A Visão é o desejo máximo a ser compartilhado por atores governamentais, da iniciativa privada e da sociedade civil na aspiração de um futuro melhor para os brasileiros.

Para monitorar seu alcance, foram elencados três indicadores expressivos do desenvolvimento de um país e que serão basilares para aferir os avanços do Brasil. A partir das séries históricas destes indicadores, de projeções e de resultados em países de referência, foram definidas as **Macro Metas** da Agenda Brasil 2034:

**Alavancar Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para 0,864**

REFLETE O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**Elevar taxa de crescimento médio do PIB per capita para 2% ao ano**

REFLETE O CRESCIMENTO ECONÔMICO

**Impulsionar a pontuação do país no Global Competitiveness Report para 75 pontos, e posicioná-lo dentre os 30 primeiros colocados**

REFLETE A COMPETITIVIDADE EM NÍVEL INTERNACIONAL

Cada uma das Macro Metas visa contemplar um aspecto do desenvolvimento. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) afere o desenvolvimento social de um país a partir de três dimensões-chave: saúde (expectativa de vida ao nascer), educação (média de dois indicadores: anos médios de escolaridade e expectativa de escolaridade) e renda (medida quanto à paridade do poder de compra - PPP, em dólares). O PIB per capita, calculado a partir da divisão do PIB pelo número de habitantes do país, mede seu grau de desenvolvimento econômico. Já o *Global Competitiveness Report*, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, reflete a competitividade internacional do país, definida como o conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam seu nível de produtividade.

Optou-se pela utilização de métricas internacionais como âncora para definição das Macro metas, tendo em vista que esta estratégia oportuniza a comparação entre países e grupos de países, como os membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), BRICS<sup>1</sup> e América Latina e Caribe, conferindo maior abrangência das análises.

A primeira fase do trabalho foi dedicada à pesquisa documental em nível nacional e internacional, buscando publicações de planejamento e desenvolvimento, análogos à agenda em construção. Foram analisados documentos oficiais com pleitos setoriais, incluindo metas e propostas para o curto, médio e longo prazos, além de agendas legislativas. Foram revistos ainda documentos sobre tendências globais, temas relevantes que influenciam ou influenciarão as políticas públicas brasileiras, e que cobram medidas estratégicas para que o país se prepare para os desafios e oportunidades delas decorrentes. Como exemplos podem ser citadas questões como transição energética, mudanças climáticas e segurança alimentar.

A Agenda 2030 da ONU também foi um dos documentos basilares para a construção deste trabalho, especialmente

no que tange aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>2</sup>. O propósito desta fase foi ter uma visão o mais completa possível do universo de propostas existentes para o crescimento sustentado de um país, dadas as variadas condicionantes políticas, econômicas e sociais mundiais. A partir deste levantamento, foi possível estruturar temas estratégicos, legando a organização dos principais insumos obtidos nas análises em eixos temáticos.

Com o objetivo de validar e priorizar as informações captadas nos documentos, procedeu-se à segunda fase. Optou-se por uma pesquisa primária, por meio de entrevistas qualitativas com especialistas dos temas estratégicos levantados na investigação anterior. Adotou-se como instrumento um roteiro simplificado, com liberdade para expansão dos debates sobre pautas estratégicas para o Brasil. Por meio das entrevistas, foi possível ainda estabelecer uma rede de novos contatos especializados, que permitiram um afunilamento e agrupamento de temas por grau de relevância, concluindo com o estabelecimento dos **Eixos de Desenvolvimento**, apresentados na Figura 1, e que se comunicam entre si.

Uma vez definidos os Eixos, foi possível proceder à terceira fase do trabalho, que consistiu em combinar a seleção documental com os debates especializados, para elencar os principais desafios relacionados a cada tema. Estes desafios, passíveis de execução nos próximos 12 anos, foram intitulados **Propósitos**.

Na quarta fase, para cada um dos Propósitos elencados, foram selecionadas nas publicações de referência, ações de caráter operacional, organizadas como **Propostas**. Algumas das Propostas foram consideradas “imediatas”, tendo como base critérios de i) urgência; ii) facilidade / agilidade de implementação; iii) pré-requisito para execução de outras propostas (encadeamento de propostas); e iv) impacto socioeconômico.

<sup>1</sup> Grupo de países de economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

<sup>2</sup> Organização das Nações Unidas (ONU). Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Também foram escolhidos indicadores para o monitoramento dos avanços em cada Propósito, a partir dos quais definiram-se **Metas** de resultado para 2034. Estas Metas são exequíveis, comparáveis internacionalmente e passíveis de monitoramento em fontes públicas. Sua definição levou em consideração a natureza e o contexto de cada propósito. Em alguns casos, a referência foi a série histórica do indicador no Brasil. Em outros, foi o *benchmarking* em outros países e/ou grupos de países. Outras Metas foram inspiradas em documentos oficiais. Finalmente, houve as metas definidas a partir da conjunção destes critérios.

O detalhamento e monitoramento dos indicadores e Metas deram origem ao Observatório Brasil 2034, ferramenta fundamental para avaliar a execução deste planejamento. A Figura 2 sintetiza o processo de transformação dos insumos obtidos na coleta e análise de dados em diretrizes do planejamento.

FIGURA 2  
TRANSFORMAÇÃO DE DADOS EM DIRETRIZES DA AGENDA BRASIL 2034

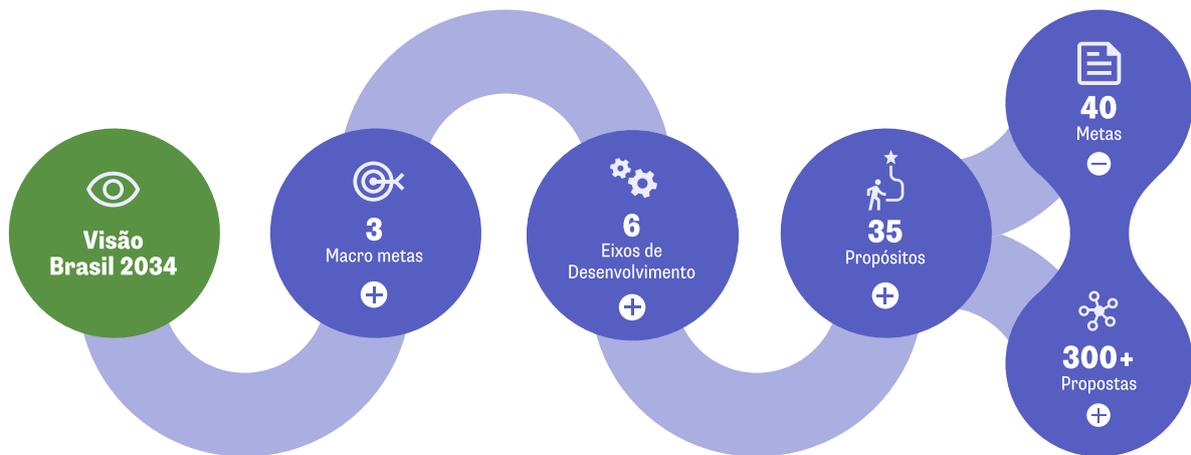


Fonte: Elaborado pela FGV, 2023.

Finalmente, na quinta fase do processo de construção da Agenda Brasil 2034, a composição de Eixos, Propósitos, Metas e Propostas foi enviada a especialistas setoriais para validação e proposição de ajustes, tornando o modelo metodológico mais confiável, pelo grau de participação dos variados grupos de interesse. Estrategicamente, o documento teve caráter único de aglutinador de demandas de variados setores produtivos, conjugadas às principais condicionantes globais de desenvolvimento.

O modelo final é um conjunto de 6 Eixos de Desenvolvimento, 35 Propósitos, 40 Metas e mais de 300 propostas, que, se bem direcionados, farão com que as três Macro Metas sinalizem o crescimento sustentável e sustentado do Brasil em 2034. A Figura 3 resume o fluxo de definições envolvendo estes elementos, que resultaram na estrutura da Agenda Brasil 2034.

**FIGURA 3**  
FLUXO E ESTRUTURA DA AGENDA BRASIL 2034



Fonte: Elaborado pela FGV, 2023.

A mandala a seguir representa a Agenda Brasil 2034 e seu conjunto de temas elencados como prioritários para o desenvolvimento do país. Seus elementos serão detalhados nas seções do próximo capítulo.

## PROPÓSITOS

- Cobertura universal e com qualidade da saúde
- Erradicação da pobreza extrema
- Promoção da vida digna e bem-estar social
- Distribuição de renda como fomento ao desenvolvimento social
- Combate ao crime organizado
- Fomento ao trabalho formal e inclusivo
- Reestruturação produtiva rumo à economia de baixo carbono
- Fortalecimento das instituições gestoras e órgãos reguladores
- Erradicação do desmatamento ilegal e garantia de reposição de 100% do desmatamento legal
- Planejamento ambiental urbano com foco na ocupação consciente do solo, qualidade da água e do ar.
- Matriz logística nacional diversificada, integrada, sustentável e com nível de serviço alinhado aos países de primeiro mundo
- Fornecimento de energia regular e a preços competitivos, garantindo a liderança de fontes limpas na matriz energética nacional
- Conectividade e infraestrutura de dados em todo o território nacional para alavancar a transformação digital
- Universalização do acesso aos serviços de água tratada, coleta e tratamento de esgoto para melhoria da qualidade de vida da população

## MACRO METAS

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)  
**0,864**

PIB per capita - Taxa de crescimento médio  
**2% ao ano**

Global Competitiveness Report  
**75 pontos**  
**30ª colocação**



### SOCIAL

Promoção da equidade no acesso aos direitos sociais



### MEIO AMBIENTE

Patrimônio natural equilibrado, com uso sustentável dos recursos e foco no combate à mudança climática



### INFRAESTRUTURA

Integração, sustentabilidade energética e conexão como base para o desenvolvimento socioeconômico



### EDUCAÇÃO

País alfabetizado e mais preparado para o futuro



### GOVERNANÇA

Coordenação estratégica para o futuro do país

Assegurar o bem-estar social por meio do crescimento sustentável

- Fomento à governança integrada garantindo coordenação e maior compromisso entre os poderes da União e os entes da Federação
- Transparência e participação da sociedade

- Modernização do Estado para o alcance de maior eficiência na prestação de serviços à sociedade
- Governança regulatória para promoção da desburocratização

## AMBIENTE MACROECONÔMICO

- Aumento da capacidade de investimento do país
- Eliminação do Custo Brasil como prioridade para o crescimento
- Garantia de equilíbrio fiscal
- Simplificação tributária e eliminação da cumulatividade, com foco no desenvolvimento
- Consolidação de uma economia integrada com o mundo
- Estímulo à Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento

## SETORES PRODUTIVOS

- Agropecuária forte, independente e tecnológica, capaz de abastecer o país e o mercado externo de forma sustentável
- Reindustrialização para geração de valor à produção nacional
- Turismo como promotor do desenvolvimento sustentável e do fortalecimento regional
- Incentivo à formalização e à prosperidade de micro e pequenas empresas
- Fomento à Transformação Digital no setor produtivo
- Economia Verde como diferencial competitivo genuíno e único para o Brasil

## Melhor gestão dos recursos em educação

- Todas as crianças e jovens concluindo o ensino em seu tempo correto e com aprendizagem e proficiência adequadas
- Todos os cidadãos funcionalmente alfabetizados

## Ampliação da educação profissional e tecnológica no ensino médio alinhada às prioridades do mercado

- Letramento Digital e estímulo à Inovação na Educação Básica, Profissional e Superior



02

EIXOS DE  
DESENVOLVIMENTO

# SOCIAL

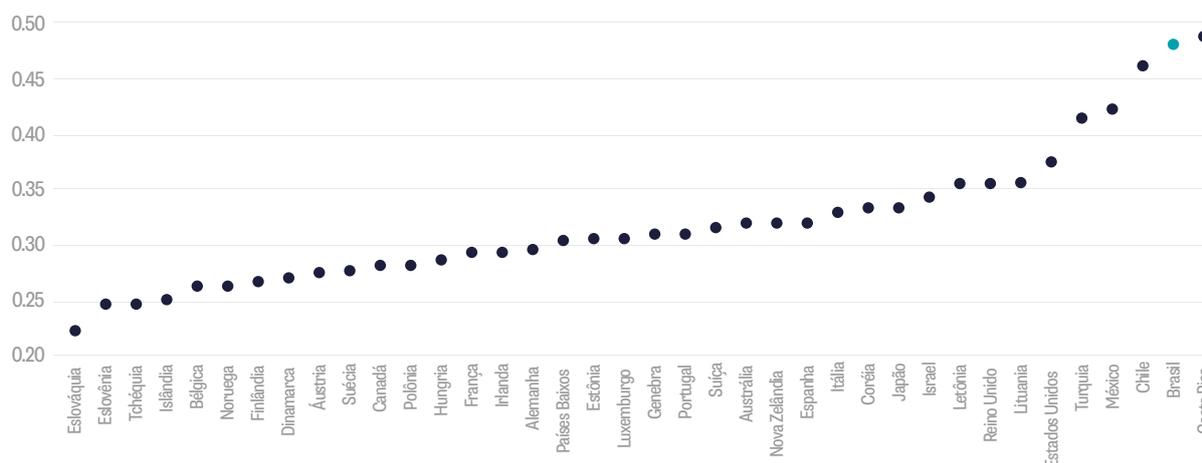


## PROMOÇÃO DA EQUIDADE NO ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS

O capital humano é um dos pilares do desenvolvimento econômico de uma nação, estando o bem-estar e a inclusão social da população diretamente relacionados ao seu crescimento e desenvolvimento. Uma população saudável, com níveis elevados de qualidade de vida e qualificação profissional apresenta maior produtividade, fator essencial para impulsionar o crescimento e a competitividade do país. No entanto, tal feito só pode ser alcançado com investimentos na formação do seu capital humano e nos aspectos que uma vida digna envolve, como acesso aos direitos sociais e serviços públicos de qualidade.

Condições plenas de bem-estar e inclusão social envolvem a cobertura de um conjunto de políticas sociais, tais como educação, saúde, assistência social, renda, moradia, transporte, esporte, cultura, segurança pública e trabalho digno, com qualidade e equidade para todos os segmentos da população<sup>3</sup>. O atendimento destas políticas possibilita a redução de lacunas que as desigualdades socioeconômicas promovem e favorece maior igualdade no acesso de oportunidades por parcelas da população com diferentes níveis de vulnerabilidade. A falta de acesso aos direitos sociais e oportunidades pode ser a diferença entre o desenvolvimento e o desperdício de talentos, visto que pobreza e desigualdade social se relacionam estritamente com a perda de capital humano. Nesse aspecto é importante destacar que o Brasil possui um dos índices de desigualdade mais elevados do mundo<sup>4</sup>, representado pelo índice de Gini<sup>5</sup> no Gráfico 1, e que foi ainda mais acentuado com a pandemia da Covid-19<sup>6,7</sup>.

GRÁFICO 1  
DESIGUALDADE DE RENDA



Fonte: OCDE. 2023.

<sup>3</sup> Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 2018. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1058>

<sup>4</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Income inequality, 2023. Disponível em: <https://data.oecd.org/inequality/income-inequality.htm>

<sup>5</sup> O Índice de Gini é baseado na comparação das proporções cumulativas da população com as proporções cumulativas de renda que recebem, e varia entre 0, no caso de igualdade total, e 1 no caso de desigualdade total. Quanto maior o seu valor, mais desigual é o país.

<sup>6</sup> Credit Suisse. Global Wealth Report 2022. 2022. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>

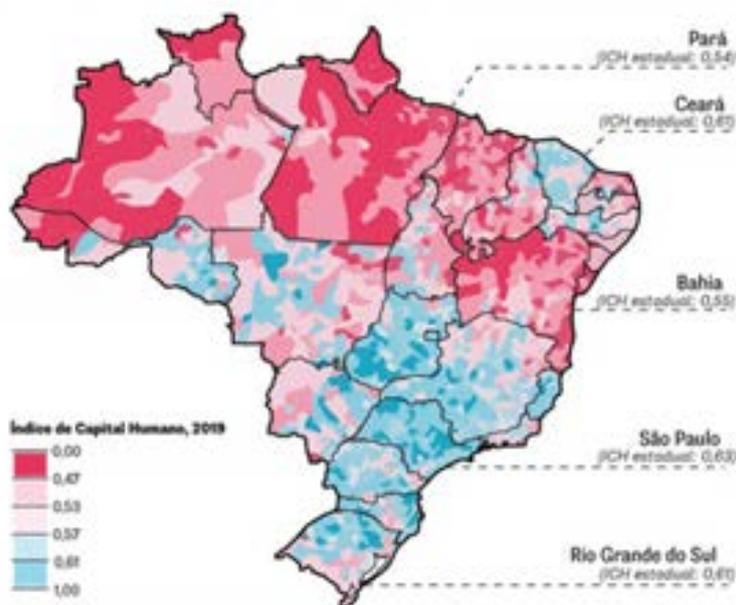
<sup>7</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. COVID-19 e desenvolvimento sustentável: avaliando a crise de olho na recuperação. 2021. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/covid-19-e-desenvolvimento-sustentavel-avaliando-crise-de-olho-na-recupera%C3%A7%C3%A3o-2021-sum%C3%A1rio-executivo>

A pandemia também promoveu um profundo impacto no sistema de saúde brasileiro. A importância de um sistema de saúde público e universal para o atendimento da população foi ainda mais explicitada, assim como as fragilidades existentes também. O Sistema Único de Saúde - SUS, é reconhecido internacionalmente e considerado uma referência pela universalidade do seu atendimento e pelos avanços promovidos na saúde da população brasileira desde a sua implantação. Sua atuação democratizou o acesso da população aos serviços de saúde e promoveu melhoras significativas em grande parte dos indicadores de saúde do Brasil, como vacinação, mortalidade infantil e expectativa de vida ao nascer<sup>8</sup>. No entanto, o envelhecimento da população, o aumento de condições crônicas de saúde e o subfinanciamento do SUS têm trazido novas demandas e desafios ao setor de saúde. Desse modo, a adoção de novas abordagens de atendimento, tratamento e gestão são essenciais para assegurar atendimentos de qualidade e que alcancem 100% da população.

O alcance de saúde de qualidade e universal se torna ainda mais importante ao se considerar que pobreza e desigualdade social podem gerar extensos prejuízos na saúde. A pobreza gera uma série de impactos que se iniciam desde muito cedo na vida das pessoas que comprometem o seu desenvolvimento e acúmulo de capital humano ao longo da vida<sup>9</sup>. Grupos populacionais historicamente pobres tendem a permanecer em estados elevados de vulnerabilidade e demandam iniciativas direcionadas para que tais trajetórias possam ser transformadas. Gênero, raça e localização geográfica são fatores profundamente relacionados com a desigualdade socioeconômica, o acesso à oportunidades e o acúmulo de capital humano, como mostrado na Figura 4. Por sua vez, as dimensões continentais do território brasileiro e suas diferenças históricas e geográficas agregam ainda mais um desafio ao objetivo de reduzir essas desigualdades. Assim sendo, esses aspectos devem ser levados em consideração no desenho de políticas voltadas para a erradicação da pobreza e promoção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

FIGURA 4  
ÍNDICE DO CAPITAL HUMANO NO BRASIL

A Geografia do Capital Humano no Brasil, 2019



Fonte: Banco Mundial, 2021.

<sup>8</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Estudos da OCDE sobre os Sistemas de Saúde: Brasil 2021. 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/health/estudos-da-ocde-sobre-os-sistemas-de-saude-brasil-2021-f2b7ee85-pt.htm>

<sup>9</sup> Banco Mundial. Brazil Human Capital Review. Investing in People. 2021. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099359007012217076/pdf/IDU0c9bcb58a08ac704dbe081eb077b28ef22453.pdf>

Altos níveis de desigualdade também favorecem o baixo crescimento econômico a médio e longo prazo. Neste ponto, programas de transferência de renda ajudam a reduzir desigualdades socioeconômicas e possibilitam que grupos sociais, anteriormente excluídos, tenham acesso a bens e serviços essenciais. O principal programa de transferência condicionada de renda no Brasil, o Bolsa Família (posteriormente rebatizado de Auxílio Brasil), apresentava um custo relativamente baixo, mas elevado retorno econômico e social. Com custo orçamentário de cerca de 0,5% do produto interno bruto – PIB, conduziu à redução da pobreza em 15%, da pobreza extrema em 25% e a redução da desigualdade no país em 10%<sup>10</sup>. Em consonância, houve aumento da qualidade de vida e saúde de seus beneficiários, que passaram a ter maior acesso a elementos fundamentais para a promoção da saúde e exercício da cidadania.

Os benefícios resultantes da transferência de renda podem ser observados também a longo prazo em um amplo espectro socioeconômico, no qual saúde, desenvolvimento social e econômico se convergem. Pessoas saudáveis são mais produtivas, ausentam-se menos do trabalho e apresentam menor incidência de afastamento laboral decorrente de problemas de saúde. Em adição, são mais propícias a investirem na própria formação e qualificação profissional e a terem melhor desempenho cognitivo, o que se reflete em melhor aprendizado e atuação nas atividades exercidas<sup>11</sup>. No aspecto econômico, tais programas fomentam a economia local, auxiliam famílias a terem maior resiliência em períodos de recessão e contribuem para que a recuperação de contrações econômicas possa ocorrer mais rapidamente.

As dificuldades enfrentadas por populações economicamente vulneráveis no acesso aos direitos sociais e serviços públicos se sobrepõem e podem ser determinadas também pelo local em que residem. Residentes em moradias irregulares e distantes podem sofrer mais fortemente com a falta ou dificuldade de acesso a serviços públicos como saneamento, energia elétrica, transporte público, escolas e serviços de saúde. Além disso, são também mais vulneráveis a desastres climáticos e ambientais como enchentes, desmoronamentos e exposição a doenças transmissíveis, o que, por sua vez, potencializa a sobrecarga nos serviços públicos de saúde<sup>12</sup>.

Desse modo, a distribuição socioespacial e as condições de acessibilidade urbana acabam sendo fatores determinantes também para o acesso a direitos e elementos que constituem a vida cidadã e promovem a integração com a sociedade, como atividades culturais, lazer e oportunidades de emprego. Centros culturais e postos de trabalho se concentram, em sua maioria, em zonas centrais enquanto a população mais pobre está concentrada, majoritariamente, em zonas afastadas e com redes de transporte precárias. Dessa forma, a localização geográfica pode se tornar um grande obstáculo para o acesso a oportunidades de emprego, fazendo com que uma parte da população seja excluída do mercado de trabalho formal e se torne uma força de trabalho não utilizada. A exclusão do mercado formal pode ainda limitar a ascensão social e prosperidade dessas pessoas, contribuindo para que permaneçam em estados de vulnerabilidade e exclusão social.

<sup>10</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os efeitos do programa bolsa família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. 2019. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td\\_2499.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf)

<sup>11</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. Saúde e desenvolvimento no Brasil: argumentos para promover a cidadania em tempos difíceis. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8227>

<sup>12</sup> Banco Mundial. Brazil Human Capital Review. Investing in People. 2021. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099359007012217076/pdf/IDU0c9bcb58a08ac704dbe081eb077b28ef22453.pdf>

Essa cascata de obstáculos gera também uma grande perda produtiva ao país, que por um lado sofre com a falta de mão de obra em diversos setores<sup>13</sup> e por outro, possui um grande contingente de pessoas não ocupadas ou atuando na informalidade, o que agrava ainda mais os índices de desigualdade. É importante ressaltar que a informalidade tem perspectivas distintas a depender de onde ocorre. Em países desenvolvidos, a atuação em trabalhos informais é motivada pela busca de maior flexibilidade, independência, desejo de inovação e exercício de criatividade. Por outro lado, em países em desenvolvimento a informalidade é mais fortemente motivada pela necessidade de sobrevivência, falta de oportunidades e dificuldade de acesso a empregos formais. Ademais, ocupações informais podem apresentar condições de trabalho mais precárias, sem mecanismos de proteção social e menores ganhos financeiros.

Altos índices de informalidade impactam também na esfera econômica. Países com maior contingente de pessoas atuando na informalidade apresentam menor renda per capita, maior desigualdade de renda, maior número de pessoas em situação de pobreza e mercados financeiros menos desenvolvidos. Outra implicação é no alcance de metas do desenvolvimento sustentável, que se tornam mais difíceis de serem alcançadas<sup>14</sup>. Desse modo,

ações voltadas para a facilitação e intensificação da geração de postos de trabalho formais têm um impacto econômico e social muito além da redução do número de pessoas desocupadas.

A criminalidade é outro fator que conduz o país a enormes perdas produtivas, podendo chegar a 4% do PIB brasileiro<sup>15</sup>. Atividades relacionadas ao crime organizado, como tráfico, contrabando de mercadorias, falsificações e desvio de recursos deterioram a sociedade e a economia, intensificam o crescimento da violência e prejudicam a arrecadação de tributos pelo Estado. Estas atividades também prejudicam o ambiente de negócios do país, visto que decisões relacionadas a investimentos e locais de instalação de empresas podem ser influenciadas pelos níveis de insegurança local. Em contrapartida, níveis mais elevados de segurança pública promovem ambientes mais atrativos para empresas e investimentos, favorecendo a geração de novos postos de trabalho. A produtividade dos trabalhadores também é afetada, visto que estados constantes de preocupação resultantes dos altos níveis de criminalidade e insegurança geram ansiedade e prejudicam o desempenho do trabalhador. Estes problemas podem ser ainda mais acentuados em regiões fronteiriças, que apresentam alta incidência de contrabando de mercadorias e roubo de cargas<sup>16</sup>.

<sup>13</sup> ManpowerGroup. *Escassez de talentos no Brasil e no Mundo: Quem detém o talento, detém o futuro*, 2022. Disponível em: <https://blog.manpowergroup.com.br/escassez-de-talentos-no-brasil-e-no-mundo-quem-detem-o-talento-detem-o-futuro#:~:text=Em%202022,%20o%20%C3%ADndice%20de,talentos%20em%20todo%20o%20mundo>.

<sup>14</sup> Banco Mundial. *Long Shadow of Informality: Challenges and Policies*. 2021. Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/37511318c092e6fd4ca3c60f0af0bea3-0350012021/related/Informal-economy-full-report.pdf>

<sup>15</sup> Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos. *Os Custos Econômicos da Criminalidade no Brasil*. 2018. Disponível em: <https://www.bibliotecadeseguranca.com.br/livros/custos-economicos-da-criminalidade-no-brasil/>

<sup>16</sup> Confederação Nacional da Indústria (CNI). *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*. 2018. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2018/3/mapa-estrategico-da-industria-2018-2022/>

A relação entre segurança pública e desenvolvimento econômico envolve uma gama de fatores, o que a torna profundamente complexa. Diferentes formas de criminalidade têm efeitos distintos sobre a sociedade e a economia, sendo a perda de capital humano a que representa a maior perda produtiva para ambos<sup>17</sup>. O Brasil apresenta uma das taxas de homicídios mais elevadas do mundo, sendo grande parte de jovens de até 34 anos, faixa etária em que se encontram em sua maior capacidade produtiva. Em adição, há um alto contingente de jovens que em um cenário ideal estariam se qualificando em ensinos técnicos ou graduações e sendo parte da força motriz de geração de renda e crescimento do país, mas que são atraídos para atividades do crime organizado. Nesse sentido, é importante que ações de combate ao crime organizado envolvam políticas direcionadas que possam reduzir as perdas humanas acarretadas pela atuação de organizações criminosas no país.

O Brasil ocupa patamares de desenvolvimento econômico muito aquém de seu potencial, o que em parte pode ser explicado pelo alto desperdício de seus talentos, que não têm acesso às condições necessárias para se desenvolverem. Investimentos robustos no médio e longo prazo no âmbito social são essenciais para que seja possível almejar um país diferente e muito melhor no futuro. Muito da transformação macroeconômica ambicionada para o país deve ter como ponto de partida a transformação da realidade socioeconômica de seu capital humano, seu principal pilar e força motriz, mas que não tem recebido condições para prosperar em sua totalidade. Nesse sentido, políticas sólidas e transversais voltadas para a redução da desigualdade social podem traduzir-se em prosperidade econômica, ocorrendo ambas em concomitância e possibilitando que o Brasil possa finalmente alcançar toda a sua potencialidade.

---

<sup>17</sup> Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Os custos do crime e da violência: Novas evidências e constatações na América Latina e Caribe*. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/40D9NPK>

## PROPÓSITO 1

### SAÚDE - COBERTURA UNIVERSAL E COM QUALIDADE DA SAÚDE

- O SUS é essencial para o atendimento de grande parte da população, mas sua gestão precisa ser aperfeiçoada;
- Saúde ainda muito focada no modelo de tratamento e pouco no de prevenção;
- O envelhecimento da população exige a adaptação do sistema de saúde para atender às novas demandas que isso acarretará;
- Sistema de saúde ainda pouco digitalizado e integrado, o que compromete a eficiência dos atendimentos e otimização na utilização de recursos.

	<b>INDICADOR</b>	Cobertura populacional na Atenção Primária à Saúde
	<b>Fonte</b>	Ministério da Saúde
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2022
	<b>Situação Atual</b>	75%
	<b>Meta 2034</b>	100% da população coberta por Atenção Básica de qualidade.

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Fortalecer a Atenção Primária à Saúde**, com incorporação de práticas inovadoras na assistência e na gestão dos serviços de saúde, intercâmbio de informações assistenciais, desenvolvimento de estudos e capacitação de recursos humanos, aprimorando o sistema de triagem e apoiando ainda mais a implementação de equipes de Saúde da Família assim como a coordenação da prestação de serviços em diferentes níveis de cuidados, com a atenção primária no centro; (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; OCDE<sup>2</sup>; OCDE<sup>3</sup>; CNI<sup>4</sup>; RGB<sup>5</sup>; Banco Mundial<sup>6</sup>; BNDES<sup>7</sup>; FEHOSP<sup>8</sup>)
- **Aprimorar a eficiência da gestão do SUS** revisando os processos de gestão e planejamento em todos os níveis de governo e melhorar a gestão de compras e suprimentos, com um foco mais forte no planejamento regionalizado; (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; OCDE<sup>2</sup>; RGB<sup>5</sup>; Banco Mundial<sup>6</sup>; BNDES<sup>7</sup>)
- **Promover a prática da telessaúde para integrar os diferentes níveis de cuidados com a saúde**, facilitar a operação das linhas de cuidados continuados, aumentar o acesso à saúde e fortalecer a prestação de seus serviços em comunidades carentes, com foco na redução da escassez de mão de obra e o desequilíbrio na distribuição da força de trabalho de atenção primária; (CNI<sup>4</sup>; OCDE<sup>3</sup>; RGB<sup>5</sup>; BNDES<sup>7</sup>; FEHOSP<sup>8</sup>)

## DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Melhorar o sistema de informação da área da saúde** (coleta, articulação e análise de dados), de modo otimizar o planejamento da prestação de serviços no SUS e desenvolver um sistema de saúde mais digitalizado, com prontuário da vida do paciente integrado e único, mas sem comprometer a privacidade dos pacientes, com maior alcance e melhor compreensão do custo e da eficácia dos tratamentos e serviços médicos e consequente redução dos gastos desnecessários e lacunas na qualidade da assistência médica intra e inter-regional; (OCDE<sup>2</sup>; CNI<sup>4</sup>; RGB<sup>5</sup>; BNDES<sup>7</sup>; FEHOSP<sup>8</sup>)
- **Aprimorar a gestão do Sistema Único de Saúde - SUS**, avançando na articulação entre os setores público e privado (complementar e suplementar), aperfeiçoando os mecanismos de regulação e aumentando a eficiência e a equidade do gasto, com adequação do financiamento às necessidades da população; (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; OCDE<sup>2</sup>; CNI<sup>4</sup>; RGB<sup>5</sup>; Banco Mundial<sup>6</sup>; BNDES<sup>7</sup>; FEHOSP<sup>8</sup>)
- **Adequar os serviços de saúde para atendimento das novas demandas** decorrentes do envelhecimento populacional de forma integrada com outras ações e serviços públicos, com ênfase na promoção do envelhecimento saudável; (Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; OCDE<sup>2</sup>; CNI<sup>4</sup>; Banco Mundial<sup>6</sup>; BNDES<sup>7</sup>)
- **Melhorar o acesso a medicamentos essenciais**, alterando os processos de aquisição; (OCDE<sup>2</sup>)
- Rever os atos normativos e aperfeiçoar as estratégias voltadas para a **redução da judicialização da área de saúde**; (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>)
- **Melhorar a competitividade da indústria de saúde**, investindo na formação e capacitação de seus profissionais e reduzindo a dependência externa, com a criação de matriz industrial de insumos, envolvendo entes públicos e privados, de modo a garantir as cadeias de suprimentos de fármacos, medicamentos, vacinas, reagentes e equipamentos médico-hospitalares a partir de uma política de desenvolvimento produtivo, científico e tecnológico. (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; OCDE<sup>2</sup>; CNI<sup>4</sup>; Banco Mundial<sup>6</sup>; BNDES<sup>7</sup>)
- **Estabelecer melhor controle sobre a atuação das Organizações Sociais de Saúde - OSS.** (Especialista setorial)

## PROPÓSITO 2

### JUSTIÇA SOCIAL - ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA

- Profundas disparidades econômicas no Brasil;
- A pobreza afeta as pessoas muito cedo em suas vidas, comprometendo sua acumulação de capital humano;
- A população pobre não tem capital financeiro ou físico suficiente para sustentar a geração de uma renda de subsistência;
- Os resultados sociais e econômicos são fortemente influenciados pela desigualdade geográfica.

	<b>INDICADOR</b>	Porcentagem da população em pobreza extrema
	<b>Fonte</b>	IBGE
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2021
	<b>Situação Atual</b>	8,4%
	<b>Meta 2034</b>	Erradicação da pobreza extrema.

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Implementar um sistema estatístico moderno** para gerar as evidências necessárias para a formulação de políticas públicas eficazes. (Banco Mundial<sup>9</sup>)
- **Ampliar a cobertura e a integração de sistemas de dados** em conjunto com a adoção de metodologias oficiais e critérios nacionais objetivos para medição da pobreza; (INSPER<sup>10</sup>; Banco Mundial<sup>9</sup>; IPEA<sup>11</sup>)
- **Identificar, cadastrar, priorizar, atender e acompanhar as famílias mais pobres, estabelecendo** critérios objetivos que podem auxiliar na identificação local das demandas e vulnerabilidades; (INSPER<sup>10</sup>; IPEA<sup>11</sup>)

### DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS:

- **Promover a superação da situação de pobreza familiar através da construção em conjunto com agentes sociais de planos personalizados de desenvolvimento**, de modo a coordenar o esforço dos membros da família com a disponibilidade local de serviços e oportunidades; (INSPER<sup>10</sup>; IPEA<sup>11</sup>)
- **Aperfeiçoar políticas e mecanismos de apoio aos agricultores familiares**, especialmente mulheres e jovens, para desenvolvimento das zonas rurais e da agricultura familiar sustentável como meio de promover a inclusão produtiva de povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis, especialmente no meio rural; (INSPER<sup>10</sup>; Banco Mundial<sup>9</sup>; IPEA<sup>11</sup>)

- **Fortalecer a estrutura de políticas públicas voltadas para a promoção da equidade com foco em igualdade de oportunidades** e garantir o acesso dos públicos vulneráveis a serviços públicos de qualidade e políticas públicas sociais, de modo a promover a redução das desigualdades sociais e regionais, o empoderamento e a autonomia das comunidades, assim como a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável; (INSPER<sup>10</sup>; Banco Mundial<sup>9</sup>; IPEA<sup>11</sup>)
- Subsidiar, por meio de políticas públicas eficientes, as articulações em nível local e regional, unindo governos, setor privado, universidades e sociedade civil, para **estabelecer estratégias de promoção da segurança alimentar, geração de emprego e renda e redução da vulnerabilidade socioeconômica** nos territórios; (Banco Mundial<sup>9</sup>; INSPER<sup>10</sup>; IPEA<sup>11</sup>)
- **Promover ações para ampliar o acesso às tecnologias sociais e microfinanças**, em especial para as populações mais vulneráveis, de forma a fortalecer o empreendedorismo e **aumentar o acesso ao financiamento e educação financeira da população de baixa renda** por meio de intervenções direcionadas; (Banco Mundial<sup>9</sup>; IPEA<sup>11</sup>; BNDES<sup>12</sup>)
- **Fomentar investimentos que promovam regiões menos dinâmicas** na elevação da sua densidade econômica e complexidade produtiva; (INSPER<sup>10</sup>; Banco Mundial<sup>9</sup>; IPEA<sup>11</sup>; BNDES<sup>12</sup>)
- **Melhorar o acesso de grupos minorizados a programas de empreendedorismo amplos**, mas fornecendo apoio adicional personalizado aos desafios desse grupo; (Banco Mundial<sup>9</sup>; INSPER<sup>10</sup>; IPEA<sup>11</sup>)
- **Fortalecer marcos políticos e institucionais** para garantir a efetividade e a sustentabilidade das ações de erradicação da pobreza. (IPEA<sup>13</sup>)

## 🎯 PROPÓSITO 3

### JUSTIÇA SOCIAL - PROMOÇÃO DA VIDA DIGNA E BEM-ESTAR SOCIAL

- A pobreza compromete a acumulação de capital humano ao longo da vida;
- Famílias pobres são muito menos saudáveis do que as famílias não pobres;
- Mesmo residindo próximos a centros econômicos, pessoas pobres não estão plenamente integradas a esses centros e enfrentam barreiras de mobilidade urbana;
- Os obstáculos à promoção da prosperidade são mais que socioeconômicos.

	<b>INDICADOR</b>	Felicidade Interna Bruta - FIB (Em inglês, <i>Gross National Happiness - GNH</i> )
	<b>Fonte</b>	<i>United Nations. World Happiness Report</i>
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2021
	<b>Situação Atual</b>	4º posição na América Latina e 38ª posição no ranking global
	<b>Meta 2034</b>	Liderar o ranking de Felicidade Interna Bruta na América Latina

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Implementar um sistema estatístico** moderno para gerar as evidências necessárias para a formulação de políticas públicas eficazes; (Banco Mundial<sup>9</sup>)
- **Subsidiar o acesso a bens e serviços** para famílias que, devido à limitada ou precária inserção produtiva de seus membros, vivem com renda per capita inferior ao que seria necessário para satisfazer seus direitos sociais; (Banco Mundial<sup>9</sup>; INSPER<sup>10</sup>)
- **Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições de localidades habitacionais já existentes**, como saneamento (água potável, coleta e tratamento de esgoto, coleta de lixo e pavimentação das vias públicas), rede elétrica e acesso aos serviços públicos básicos, como escolas, postos de saúde, espaços de lazer e transportes coletivos; (IPEA<sup>14</sup>)

### DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Fomentar planos e estratégias regionais de alfabetização digital, que maximizem a criação de infraestrutura de conectividade e acesso à internet** e potencializem a inclusão digital da população; (Banco Mundial<sup>9</sup>; IPEA<sup>11</sup>)
- **Preservar e valorizar o patrimônio cultural imaterial, fomentar atividades econômicas com base nas potencialidades regionais e na identidade cultural das regiões** do país, potencializar a capacidade local de formulação de políticas e gestão de projetos desenvolvidos com recursos públicos; (Banco Mundial<sup>9</sup>; IPEA<sup>11</sup>; BNDES<sup>12</sup>)
- **Fomentar e viabilizar a prática esportiva** através da aprovação e implementação do Plano Nacional do Esporte, estruturação e manutenção de espaços públicos adequados, aquisição e conservação de equipamentos esportivos e

elaboração e execução de programas esportivos, pautados na análise das demandas prioritárias locais e com foco na melhoria do estado de saúde, combate ao sedentarismo e lazer e bem-estar da população; (Atletas pelo Brasil<sup>5</sup>)

- **Destinar orçamento adequado para investimentos em adaptação e resiliência climática**, incluindo, gestão de riscos e prevenção e resposta a desastres, especialmente para populações em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica; (Banco Mundial<sup>9</sup>; IPEA<sup>11</sup>)
- **Fortalecer as ações de prevenção à criminalidade infanto-juvenil**, por meio de estratégias e programas voltados à atração de jovens em situação de risco social e educacional para processos de educação formal e de qualificação para o trabalho e disponibilização de serviços para fortalecimento da família, saúde, educação, assistência social, esporte e cultura, sobretudo nas comunidades vulneráveis. (Banco Mundial<sup>9</sup>; IPEA<sup>11</sup>)

## 🎯 PROPÓSITO 4

### JUSTIÇA SOCIAL - DISTRIBUIÇÃO DE RENDA COMO FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Cerca de 70% dos trabalhadores brasileiros tem uma renda de menos de dois salários mínimos por mês;
- Muitos indivíduos na base da distribuição de renda trabalham em empregos precários e não possuem uma fonte de renda segura;
- O aumento da renda contribui para a melhora da saúde dos beneficiados, por propiciar acesso a elementos essenciais para maior qualidade de vida;
- A melhora na qualidade de vida dos beneficiados aumenta a produtividade e reduz os prejuízos provocados por problemas de saúde.

	<b>INDICADOR</b>	Índice de Gini
	<b>Fonte</b>	IPEA
	<b>Periodicidade</b>	Trimestral
	<b>Último dado</b>	2022
	<b>Situação Atual</b>	0,519
	<b>Meta 2034</b>	Reduzir o Coeficiente de Gini para 0,312

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Elevar a renda das famílias pobres, assegurando-lhes o poder aquisitivo necessário para adquirirem os bens e serviços básicos** em quantidade e qualidade suficientes para terem seus direitos sociais garantidos; (INSPER<sup>10</sup>; Banco Mundial<sup>9</sup>)
- **Estabelecer critérios nacionais objetivos para a pré-classificação de uma família como pobre**, para padronização e facilitação do processo de seleção das famílias pelos agentes locais, como também para tornar o processo mais facilmente verificável pelos gestores nacionais e estaduais; (INSPER<sup>10</sup>; IPEA)
- **Corrigir os valores a serem repassados, bem como os valores que definem as linhas de pobreza e pobreza extrema consideradas para a participação no programa**, de modo que suas definições e acessibilidade atinjam universalmente todos os grupos; (INSPER<sup>10</sup>)

### DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Investir em educação financeira e formação empreendedora da população beneficiada**; (BNDES<sup>12</sup>)
- **Abordar de forma focalizada o benefício**, onde os recursos públicos complementam a renda familiar ao invés de substituir os seus ganhos privados; (INSPER<sup>10</sup>)
- **Promover ações e procedimentos de rotina de auditoria do benefício** junto às instituições competentes e implementar metas e monitoramento efetivo sobre a concessão do benefício. (INSPER<sup>10</sup>)

## PROPÓSITO 5

### SEGURANÇA PÚBLICA - COMBATE A TODAS AS FORMAS DE CRIME ORGANIZADO

- A criminalidade tem um impacto muito grande na perda de capital humano;
- A falta de segurança pública afeta também o cenário econômico, com perda de atratividade para empresas e investimentos;
- Atividades relacionadas ao crime organizado aumentam os índices de violência;
- A falta de segurança pública afeta a saúde e produtividade de trabalhadores.

	<b>INDICADOR</b>	Nota do Brasil em custo da criminalidade para os negócios*
	<b>Fonte</b>	World Economic Forum. <i>The Global Competitiveness Report</i>
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2019
	<b>Situação Atual</b>	3
	<b>Meta 2034</b>	Aumentar e manter a nota do Brasil em segurança para os negócios para, no mínimo, 4.8

Nota: \* considerando que nota 0 = "crime e violência geram grandes custos aos negócios" e 7 = "crime e violência não impõem custos aos negócios".

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Fortalecer o enfrentamento ao crime organizado e aos fluxos de sua alimentação**, entre os quais, o tráfico de mercadorias e drogas ilícitas; ao roubo de cargas, transporte de valores e instalações; aos sistemas de fraudes bancárias e lavagem de dinheiro, por meio da articulação e integração entre os componentes do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP e da intensificação das ações de inteligência; (Ministério da Justiça e Segurança Pública<sup>16</sup>; Fórum Brasileiro de Segurança Pública<sup>17,18</sup>; Ministério do Planejamento<sup>1</sup>; Desenvolvimento e Gestão)
- **Fortalecer as ações de prevenção e investigação a partir do uso intensivo de TIC pelas instituições de segurança pública**, com produção de informações sistematizadas e relatórios periódicos de atividades, com apresentação de dados sobre o perfil, distribuição geográfica e encaminhamento das denúncias recebidas pelas ouvidorias; (Ministério da Justiça e Segurança Pública<sup>16</sup>; Fórum Brasileiro de Segurança Pública<sup>17,18</sup>; Ministério do Planejamento<sup>1</sup>, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>)
- **Aperfeiçoar os sistemas e os meios de denúncias** para o enfrentamento do crime organizado e da lavagem de dinheiro, assim como disponibilizar recursos tecnológicos e acesso a dados com o intuito de ampliar as ferramentas de combate ao crime organizado; (Ministério da Justiça e Segurança Pública<sup>16</sup>)

### DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Fortalecer o monitoramento e a vigilância das fronteiras**, da integração dos sistemas de inteligência em todos os níveis e da maior coordenação de suas ações; (Ministério da Justiça e Segurança Pública<sup>16</sup>; Ministério do Planejamento<sup>1</sup>,

Desenvolvimento e Gestão; Fórum Brasileiro de Segurança Pública<sup>18</sup>)

- **Promover ações de estruturação e fortalecimento das ouvidorias e das corregedorias** e dar maior transparência aos dados sobre segurança pública; (Ministério da Justiça e Segurança Pública<sup>16</sup>)
- **Incrementar as ações relativas à cooperação jurídica internacional**, inclusive quanto à recuperação de ativos; (Ministério da Justiça e Segurança Pública<sup>16</sup>)
- **Fortalecer os mecanismos de proteção dos agentes do Estado e de testemunhas**, como medida de enfrentamento às organizações criminosas; (Ministério da Justiça e Segurança Pública<sup>16</sup>)
- **Estabelecer parcerias, por meio da atuação estatal integrada**, com outros atores relacionados ao combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado; (Ministério da Justiça e Segurança Pública<sup>16</sup>)
- **Mapear, monitorar e isolar lideranças de organizações criminosas em estabelecimentos prisionais de segurança máxima**, a fim de desestruturar as organizações e impossibilitar o cometimento de crimes a partir do ambiente prisional; (Ministério da Justiça e Segurança Pública<sup>16</sup>; Fórum Brasileiro de Segurança Pública<sup>17</sup>)
- **Ampliar, reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário e fortalecer a aplicação de medidas alternativas à prisão**, de forma a reduzir o déficit de vagas no sistema e diminuir a reiteração criminosa, visto que a superlotação dificulta a gestão das unidades prisionais e fortalece o crime organizado. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública<sup>17</sup>; Ministério do Planejamento<sup>1</sup>, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>)

## PROPÓSITO 6

### TRABALHO - FOMENTO AO TRABALHO FORMAL E INCLUSIVO

- O crescimento da produtividade do trabalho é um fator crítico para a prosperidade de uma nação no longo prazo. A posição relativa da produtividade do trabalho em um país é o fator determinante da competitividade internacional e tem um papel crítico no seu desempenho econômico;
- O crescimento da produtividade é fundamental para a melhoria do bem-estar da população;
- Ausência de equidade de oportunidades para ingresso no mercado de trabalho;
- Ações de formação profissional e inclusão produtiva como estratégias econômica e regional.

	<b>INDICADOR</b>	Taxa de Informalidade
	<b>Fonte</b>	IBGE
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2021
	<b>Situação Atual</b>	40,1%
	<b>Meta 2034</b>	Taxa de informalidade em até 20%

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Desenvolver estratégias e programas voltados à inclusão produtiva e redução das desigualdades de acesso e ingresso ao mercado de trabalho**, com estímulo a políticas de inclusão produtiva e qualificação dos trabalhadores mais afetados pela mudança tecnológica, foco no desenvolvimento de aptidões e adaptação aos novos padrões produtivos e apoio à reinserção no mercado de trabalho através de ações como reciclagem, subsídios para reconstrução e assistência financeira a empresários; (IPEA<sup>19</sup>; Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 - GTSCA A2030<sup>20</sup>; Ministério do Planejamento<sup>1</sup>, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; CNI<sup>21</sup>)
- **Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação de todas as formas de trabalho infantil**; (IPEA<sup>19</sup>; Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 - GTSCA A2030<sup>20</sup>)
- **Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas**, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros; (IPEA<sup>19</sup>; CNI<sup>21</sup>)

## DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Ampliar a integração e capilaridade do sistema de emprego, trabalho e renda**, em especial da intermediação e da qualificação da mão de obra e torná-lo mais informatizado e dinâmico; (Ministério do Planejamento<sup>1</sup>, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>)
- **Reduzir o grau de descumprimento da legislação trabalhista, no que diz respeito ao registro, às condições de trabalho, às normas de saúde e segurança no trabalho**, com ênfase nos trabalhadores em situação de vulnerabilidade. (IPEA<sup>19</sup>; Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 - GTSCA A2030<sup>20</sup>)
- **Atingir níveis mais elevados de produtividade**, por meio da diversificação e com agregação de valor, modernização tecnológica, inovação, gestão e qualificação do trabalhador, com foco em setores intensivos em mão de obra; (IPEA<sup>19</sup>, Ministério do Planejamento<sup>1</sup>, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; CNI<sup>21</sup>)
- **Prever expressamente o trabalho multifunção e a alteração entre diferentes funções em um mesmo contrato de trabalho**, com vistas ao aumento de segurança jurídica e ganhos de produtividade. (CNI<sup>21</sup>)
- **Fomentar relações de trabalho adequadas para a realidade social, produtiva e econômica**, com o estabelecimento de tratamento trabalhista diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte; (IPEA<sup>19</sup>; CNI<sup>21</sup>)
- **Avançar em medidas legais e infralegais de modernização, simplificação e eficiência das relações do trabalho de curto e médio prazos**, com especial atenção para a área de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), Fator Acidentário de Prevenção (FAP), revisão/atualização da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e a finalização do ciclo de revisão de normas regulamentadoras (NRs) e ágil adequação do arcabouço regulatório, visando diminuir inseguranças jurídicas provenientes de novos formatos de trabalho; (MBC<sup>22</sup>)
- **Aperfeiçoar a exigência de contratação de pessoas com deficiência**, com definição de prazo de preenchimento de vaga aberta em razão de pedido de demissão, disposição da base de cálculo da cota considerando o número de empregados contratados por prazo indeterminado em tempo integral e a não aplicação de penalidades para as empresas que se esforçam para preencher as vagas destinadas às pessoas com deficiência. (CNI<sup>21</sup>)

# ECONOMIA



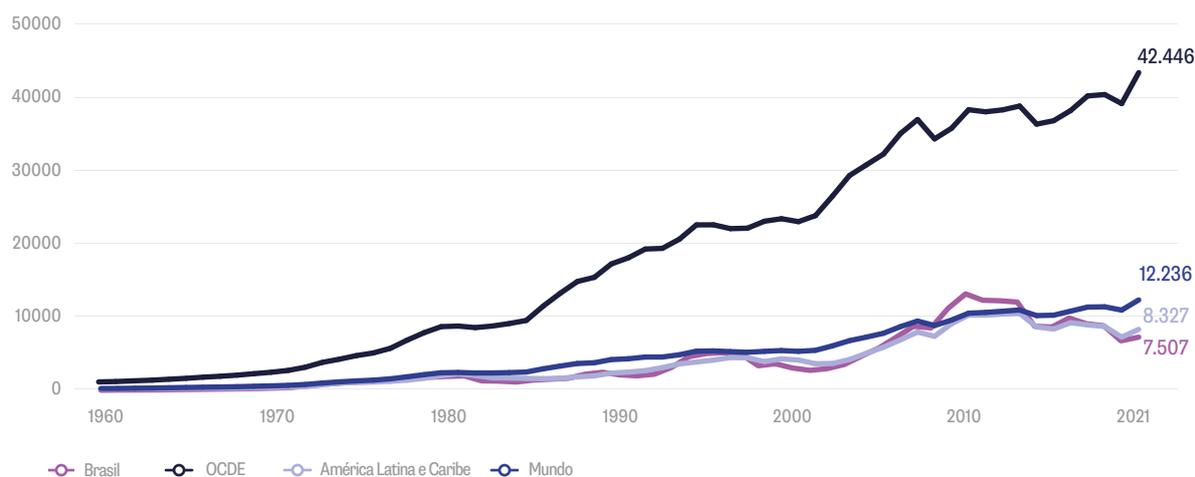
## CRESCIMENTO CONSISTENTE, EQUILIBRADO E INCLUSIVO, PAUTADO NA INOVAÇÃO

A melhoria dos padrões de vida em um país é condicionada ao crescimento econômico. Mas não basta crescer: é fundamental que este crescimento seja convertido em desenvolvimento sustentado e inclusivo. E isso exige uma política econômica baseada em planejamentos consistentes, de longo prazo e que congreguem objetivos macroeconômicos, setoriais, sociais e ambientais bem definidos.

O Brasil vive uma conjuntura complexa e desafiadora, mas repleta de oportunidades que não podem ser perdidas. A pandemia da Covid-19 e o conflito bélico em curso na Ucrânia abalaram o cenário econômico global, reformulando as cadeias produtivas e disparando as taxas de juros e a inflação<sup>18</sup>. Este é o momento de abrir um debate sobre a trajetória econômica que o Brasil deseja e deve percorrer. É preciso, a partir dos novos condicionantes da atualidade, notadamente a segurança alimentar, a transição e segurança energética, o enfrentamento às mudanças climáticas e a redução das disparidades sociais, definir uma estratégia realmente disruptiva de desenvolvimento para romper a armadilha da renda média.

De fato, é histórica a dificuldade que nossa economia tem para crescer. Gargalos estruturais levaram o país a registrar um fraco crescimento médio do PIB per capita na última década (média de 1% ao ano)<sup>19</sup>, apesar das condições demográficas favoráveis. O Gráfico 2 apresenta o comportamento deste indicador no Brasil ao longo dos últimos sessenta anos, comparando-o com as médias mundial e de agregações como OCDE e América Latina e Caribe.

**GRÁFICO 2**  
EVOLUÇÃO PIB PER CAPITA DE 1960 A 2021 (DÓLARES CORRENTES)



Fonte: Banco Mundial, 2022<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> Banco Mundial. Brasil: aspectos gerais. 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>

<sup>19</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Taxa de crescimento real do PIB per capita. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6601>

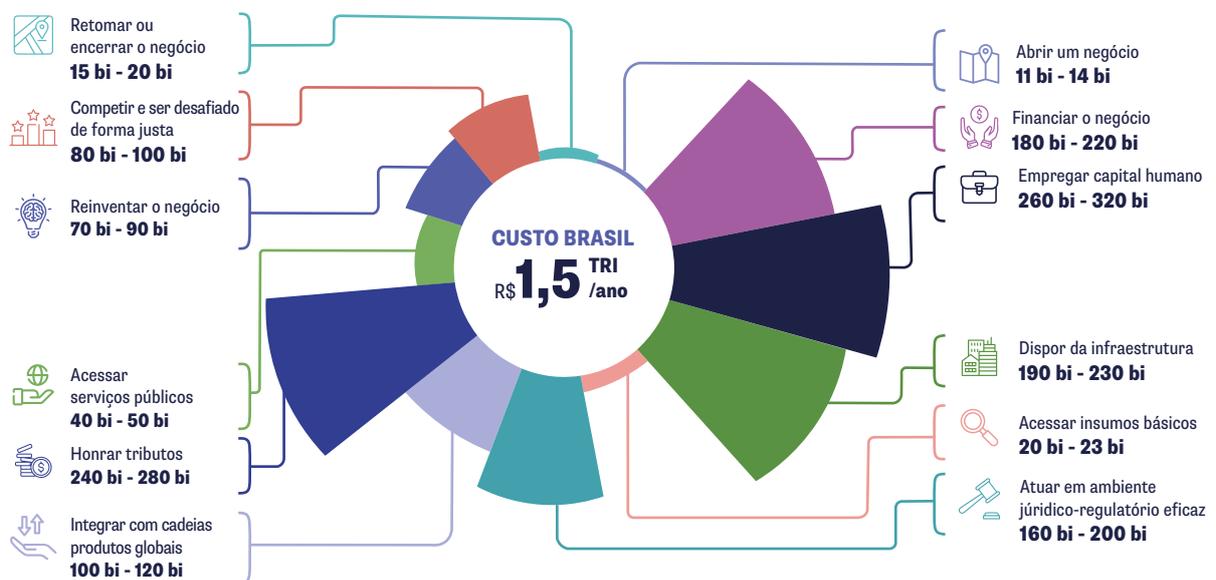
<sup>20</sup> Banco Mundial. GDP per capita (current US\$), 2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD>

Uma das principais razões para o baixo crescimento é a carência de planejamentos consistentes e de longo prazo, baseados em uma visão compartilhada de país, que resista às transições governamentais. Esta fragilidade na definição sobre o caminho a ser trilhado perpetua obstáculos aos setores produtivos, que culminam no elevado Custo Brasil<sup>21</sup>. Como consequência, a competitividade dos negócios de todos os portes é sufocada tanto no mercado doméstico quanto externo, o que implica em uma menor capacidade de geração de emprego e renda, prejudicando a sociedade como um todo.

Em estudo desenvolvido pelo Governo Federal em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC), identificou-se que o custo de fazer negócios no Brasil é R\$ 1,5 trilhão maior que a média dos países membros da OCDE, o que representa 22% do PIB<sup>22</sup>. Cinco elementos se destacam e correspondem a 70% do montante: financiamento, formação e qualificação do capital humano, infraestrutura, segurança jurídica e tributos, conforme exposto no Gráfico 3. Este resultado evidencia que a redução do Custo Brasil é inadiável e deve ter caráter permanente.

Apesar dos avanços em algumas frentes, ainda há muito a ser feito. Não por coincidência, este é um dos principais objetivos da Agenda Brasil 2034, desenvolvida com base, dentre outras coisas, na análise dos elementos do Custo Brasil. Por este motivo, estes elementos são abordados mais detalhadamente em Propósitos presentes nos seis Eixos de Desenvolvimento deste estudo. Até 2034 almeja-se dispor de robusta carteira de projetos que visem zerar o Custo Brasil no longo prazo, alcançando a meta de 10% do PIB nacional até aquele ano.

**GRÁFICO 3**  
CUSTO BRASIL COMPOSTO POR 12 ELEMENTOS EM COMPARAÇÃO COM A OCDE



Fonte: MBC e Ministério da Economia, 2019.

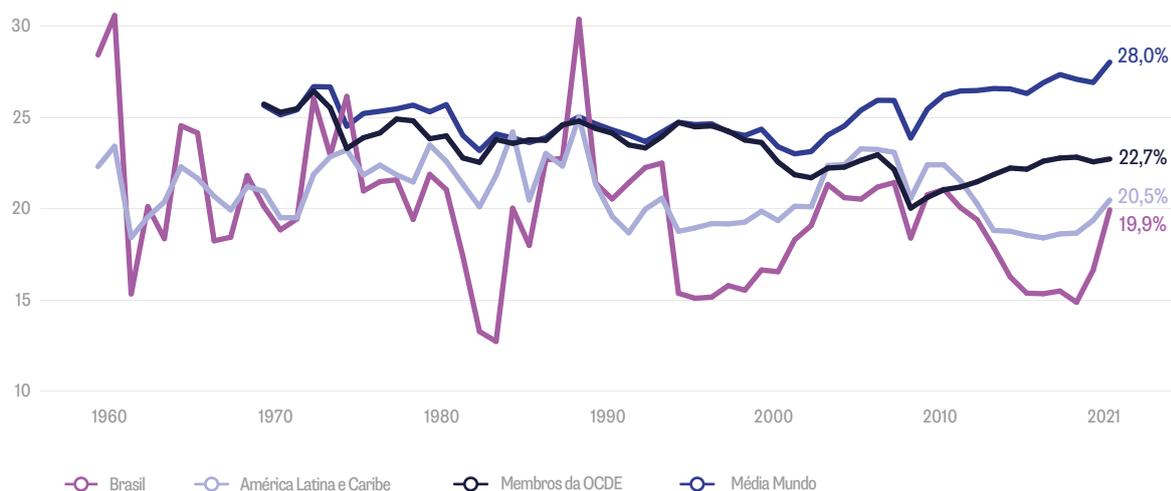
<sup>21</sup> A expressão reflete o conjunto de fatores estruturais, burocráticos e econômicos, categorizados em doze elementos, que incidem sobre a nossa produção e dificultam o amplo acesso a bens e serviços.

<sup>22</sup> Ministério da Economia. Redução do Custo Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-exterior/pt-br/ambiente-de-negocios/reducao-do-custo-brasil>

Outro aspecto fundamental para compreender o lento crescimento da economia brasileira é a baixa capacidade de investimento do país, contabilmente correspondente à Taxa de Poupança Interna. Esta equivale ao que deixa de ser consumido pela população, empresas e governo, e é utilizado para o investimento. Números internacionais indicam que não há país na história contemporânea que tenha saído da condição de baixo crescimento sem uma taxa de poupança maior do que 22% do PIB, sendo a faixa de 25% a ideal para uma nação ainda em desenvolvimento<sup>23</sup>.

De acordo com dados do Banco Mundial<sup>24</sup>, essa taxa no Brasil foi de 19,9% em 2021, atipicamente impulsionada em virtude do isolamento social (e consequente redução do consumo) e preocupações com o futuro trazidos pela pandemia da Covid-19. Ainda que tenha aumentado neste período, nossa taxa continua abaixo da média da América Latina e do Caribe, que ficou em 20,5%, da média dos países da OCDE, que foi de 22,7%, e da média mundial, que correspondeu a 28,0% do PIB (Gráfico 4). O problema é histórico. Em seis décadas, foram poucos os anos em que a taxa de poupança interna brasileira não ficou abaixo das médias mundial, OCDE e América Latina e Caribe, tendo apresentado um resultado médio de 17,1% na última década.

**GRÁFICO 4**  
EVOLUÇÃO DA TAXA DE POUPANÇA INTERNA 1960 A 2021



Fonte: Banco Mundial, 2022.

Para compreender melhor este cenário no Brasil, é fundamental que se observe que o setor empresarial é responsável por grande parte da contribuição a este indicador, de modo que a poupança das famílias tem um papel coadjuvante no que se refere à parcela da poupança privada. A população brasileira não costuma poupar. Este comportamento pode ser explicado por dois condicionantes principais: a reduzida renda familiar do brasileiro e o amplo modelo de bem-estar social que envolve políticas como a do salário mínimo, saúde pública universal e sistema previdenciário. Ainda que sejam essenciais para a garantia de condições mínimas de dignidade da população, estas políticas desincentivam a poupança por parte das famílias e colaboram para os altos gastos governamentais. O resultado é a baixa contribuição do governo à Taxa Interna de Poupança, e o déficit recorrente nas contas públicas.

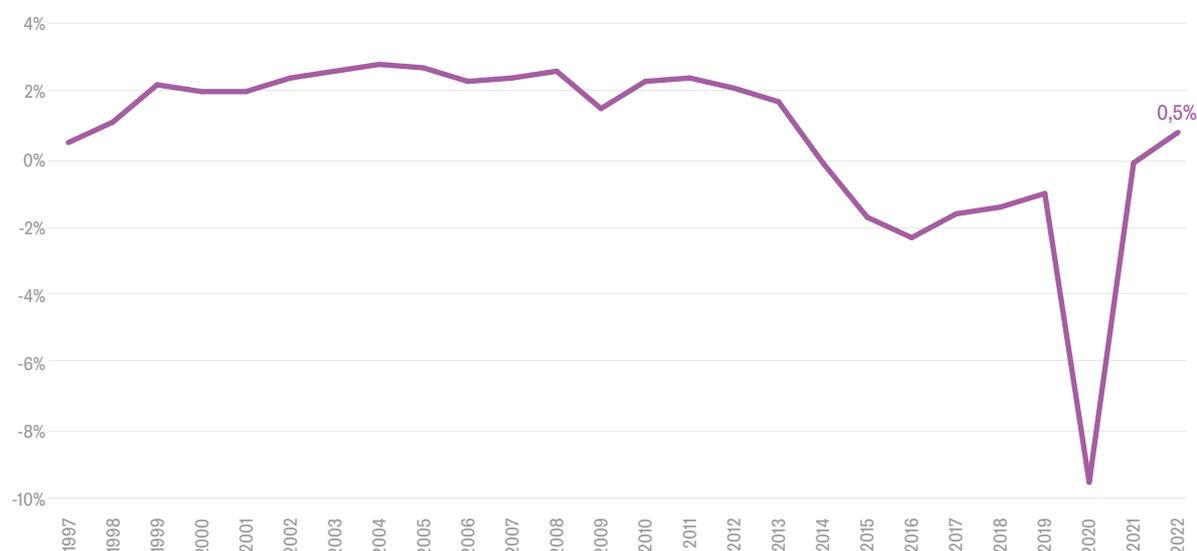
<sup>23</sup> Estadão. Agenda Estadão Eleições 2022. Como aumentar drasticamente a taxa de poupança e os investimentos no Brasil?, 2022. Disponível em: <https://arte.estadao.com.br/politica/eleicoes/agenda-estadao-2022/como-aumentar-drasticamente-a-taxa-de-poupanca-e-os-investimentos-no-brasil.html>

<sup>24</sup> Banco Mundial. Gross domestic savings (% of GDP). 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDS.TOTL.ZS>

De fato, o debate acerca das contas do governo central brasileiro nunca foi tão vultoso como no início da década de 2020. A PEC da Transição<sup>25</sup>, promulgada pelo Congresso em 2022, autorizou o aumento do teto de gastos<sup>26</sup> de 2023 para custear despesas sociais, tendo em vista os indicadores brasileiros e os limites impostos no orçamento anterior. Será necessário, contudo, buscar soluções de longo prazo para esta questão, ainda que o equilíbrio fiscal envolva discussões e deliberações a respeito de temas delicados como eficiência do Estado, tributação, transferência de renda e previdência.

O Resultado Primário do Governo Central em relação ao PIB é o principal indicador usado para o monitoramento da situação fiscal. Um superávit moderado reflete contas saudáveis e execução de investimentos públicos. Este comportamento estável foi observado ao longo da primeira década dos anos 2000, período no qual o Resultado Primário foi de aproximadamente 2% do PIB, conforme Gráfico 5.

**GRÁFICO 5**  
EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO EM RELAÇÃO AO PIB 1997 A 2021



Fonte: Tesouro Nacional – Séries Temporais, 2022<sup>27</sup>.

As principais consequências do desequilíbrio fiscal duradouro são a redução da capacidade do Estado em prestar serviços públicos de qualidade (incluindo investimentos em infraestrutura) e o endividamento público, que repercute nas expectativas dos agentes econômicos, na taxa de juros, na inflação e no crescimento do PIB<sup>28</sup>. Por isso, é preciso enfrentar o desafio como uma das prioridades para o desenvolvimento<sup>29</sup>.

<sup>25</sup> Câmara dos Deputados. PEC da Transição é promulgada pelo Congresso. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/931149-pec-da-transicao-e-promulgada-pelo-congresso/>

<sup>26</sup> O teto de gastos é o mecanismo que formaliza o papel do setor público no compromisso do equilíbrio das contas públicas no longo prazo.

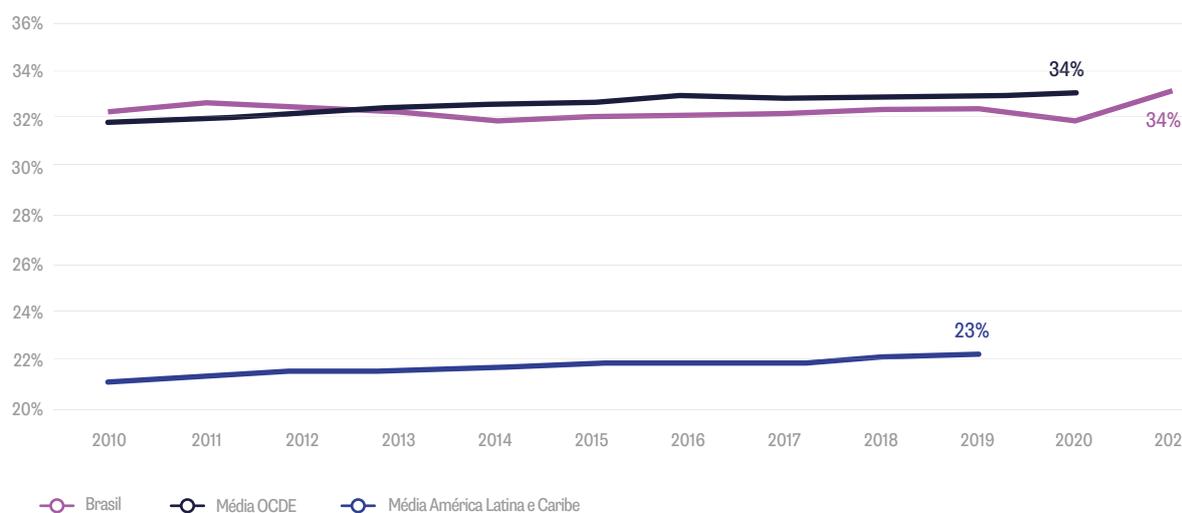
<sup>27</sup> Séries Temporais do Tesouro Nacional. Resultado Fiscal do Governo Central. 2022. Disponível em: <https://tesourotransparente.gov.br/visualizacao/series-temporais-do-tesouro-nacional>

<sup>28</sup> Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 2018. Disponível em: <http://antigo.sudam.gov.br/conteudo/menus/retrato/planos-desenvolvimento/prda/arquivos/2019/estrategia-nacional-de-desenvolvimento-economico-e-social.pdf>

<sup>29</sup> Banco Mundial. Brasil: aspectos gerais. 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>

Outra consequência do déficit fiscal recorrente é o aumento das tensões relacionadas à elevação da carga tributária. O montante de tributos arrecadado pelo governo geral brasileiro (governo central, estados e municípios) já está no mesmo patamar que a média dos membros da OCDE e dez pontos percentuais acima da média do agrupamento América Latina e Caribe, conforme ilustrado no Gráfico 6. Em 2021, a carga tributária bruta do governo geral foi de 33,9% do PIB<sup>30</sup>, o maior valor da série histórica. Este aumento, contudo, não reflete uma mudança estrutural da arrecadação, mas sim a recuperação cíclica intensificada pela expressiva mudança de preços relativos e redução das desonerações concedidas em virtude da pandemia da Covid-19<sup>31</sup>.

**GRÁFICO 6**  
EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA DO GOVERNO GERAL (% PIB) 2010 A 2021



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. 2021.

O dado surpreende pelo fato de os países com os maiores impostos serem desenvolvidos e oferecerem excelente ou boa qualidade de vida a seus cidadãos. Enquanto isso, o Brasil figura na última posição do último levantamento do Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade (Irbes), que correlaciona a carga tributária com o bem-estar da população, ficando atrás, inclusive, de países da América do Sul, como Uruguai e Argentina (18ª e 19ª posições respectivamente)<sup>32</sup>. O maior equilíbrio entre a tributação da renda e do consumo, via ampliação da progressividade do sistema, é, inclusive, um dos caminhos para alívio das desigualdades sociais do país.

Contudo, não é apenas a elevada carga, que ainda será necessária até que o país alcance maior estabilidade fiscal, que sufoca a competitividade dos negócios brasileiros. Conforme apresentado na Figura 3, “honrar tributos” é o segundo fator que mais pesa no Custo Brasil. A alta complexidade para o pagamento dos impostos, por si só, já representa importante entrave à operação das empresas. E se existem diferentes demandas para a Reforma Tributária, duas são consenso: eliminar a cumulatividade e reduzir a complexidade. O País precisa de um sistema tributário mais simples e sem distorções, com regras semelhantes às melhores práticas internacionais, com efeito imediato sobre o nível de confiança

<sup>30</sup> Secretaria do Tesouro Nacional. Estimativa da Carga Tributária Bruta do Governo Geral. 2021 Disponível em: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:43205#:::text=Em%202021%2C%20a%20carga%20tribut%C3%A1ria,PIB%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202020](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:43205#:::text=Em%202021%2C%20a%20carga%20tribut%C3%A1ria,PIB%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202020).

<sup>31</sup> Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). Observatório de Política Fiscal. Carga Tributária: 1990-2021. 2022. Disponível em: <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/series-historicas/carga-tributaria/carga-tributaria-1990-2021>.

<sup>32</sup> Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade (Irbes). 2019. Disponível em: <https://ibpt.com.br/>

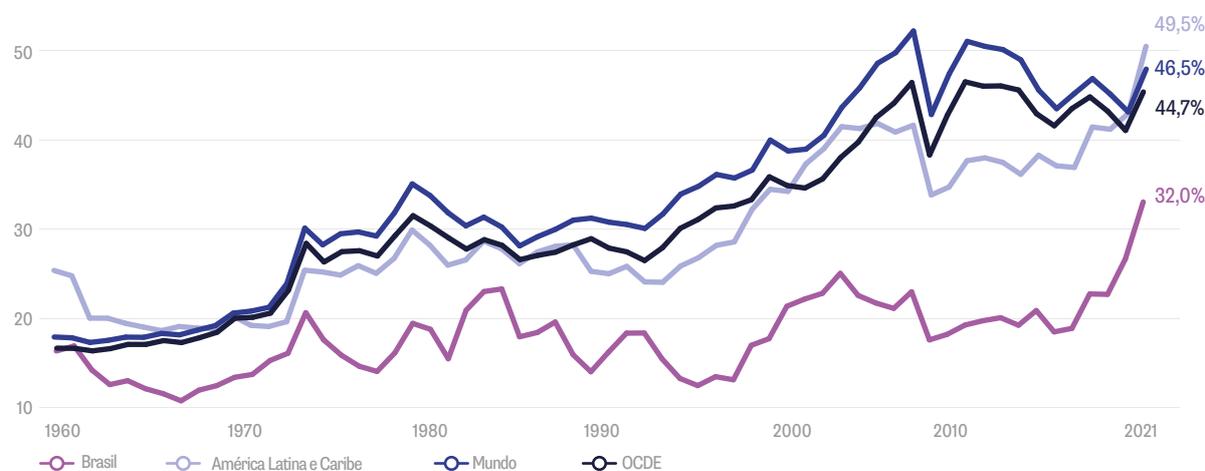
na economia, contribuindo para destravar investimentos<sup>33</sup>. A redução do número de tributos sobre a circulação de bens e serviços representa um bom começo.

Somados aos entraves financeiros e logísticos, os obstáculos de natureza tributária interferem também em nossa abertura comercial. Como visto, as dificuldades de integração com cadeias produtivas globais compõem o sexto elemento que mais pesa no Custo Brasil, limitando a capacidade de desenvolvimento de nossas empresas.

Ainda que a disrupção das cadeias produtivas globais seja tendência no cenário internacional pelo risco de desabastecimento (com movimentos que levam a um maior protecionismo regional e busca por menor dependência de insumos estratégicos)<sup>34</sup>, há uma inequívoca correlação positiva entre a abertura comercial e o crescimento econômico. Desde a 2ª Guerra Mundial, todos os países que conseguiram escapar da armadilha da renda média o fizeram integrando-se ao comércio internacional, cada um explorando aquilo que tem condições de fazer melhor: produtos manufaturados, primários ou serviços. Por analogia, conclui-se que, embora não suficiente, a abertura comercial é condição necessária para desviar o Brasil do marasmo do crescimento<sup>35</sup>.

Contudo, há décadas a Corrente de Comércio<sup>36</sup> brasileira, principal indicador para medir o grau de abertura de uma economia, apresenta pequenas oscilações positivas e negativas, conforme ilustrado no Gráfico 7. O país ultrapassou os 25 (vinte e cinco) pontos percentuais apenas em 2020, quando o valor das *commodities* no mercado exterior deu um salto.

**GRÁFICO 7**  
CORRENTE DE COMÉRCIO (% PIB), 1960 A 2021



Fonte: Banco Mundial, 2022.

33 Confederação Nacional da Indústria (CNI). Economia Brasileira 2022-2023. 2022 Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2022/12/economia-brasileira/#economia-brasileira-2022-2023-edicao-especial-do-informe-conjuntural%20>

34 Fundação Dom Cabral. Produtividade e o Futuro da Economia Brasileira. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3TX9kVV>

35 Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES). Integrar para crescer: uma proposta de liberalização comercial. 2022. Disponível em: <https://cindesbrasil.org/wp-content/uploads/2022/08/Integrar-para-crescer.pdf>

36 Soma de exportações e importações de uma economia, em relação ao PIB.

Ainda assim, enquanto em 2021 nossa Corrente de Comércio foi de 32% do PIB, a média dos membros da OCDE foi de 44,7% e da América Latina e Caribe foi 49,5%<sup>37</sup>. Esses números evidenciam as dificuldades das empresas brasileiras de se integrarem às grandes cadeias globais de valor e a elevada proteção comercial contra produtos, serviços e tecnologias produzidos no exterior. Portanto, se por um lado as dificuldades de integração contribuem para o aumento do Custo Brasil, por outro, o fato de o Custo Brasil ser elevado configura, em si, um obstáculo para que empresas brasileiras possam competir com condições de igualdade no mercado global. É fundamental ressaltar, todavia, que a abertura da economia não é uma panaceia, de modo que as políticas de liberalização devem levar em consideração seus possíveis efeitos positivos e negativos aos setores produtivos e à economia como um todo.

É importante observar ainda o processo contínuo de desagregação de valor das exportações brasileiras nos últimos 30 anos, com o aumento da proporção relativa da exportação de produtos básicos, minerais e agrícolas, com baixo conteúdo tecnológico e laboral<sup>38</sup>. Um dos caminhos para a reversão deste quadro<sup>39</sup> é a promoção de avanços

em Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Esta é condição vital não apenas para o desenvolvimento econômico via agregação de valor à produção nacional e aumento da produtividade, como também para o enfrentamento de desafios e promoção de avanços em diversas áreas, como saúde, meio ambiente e sustentabilidade, geração de energia e produção de alimentos.

Em 2022, o investimento do Brasil em P&D foi de 1,14% do PIB<sup>40</sup>, frente à média de 2,14% dos países da OCDE<sup>41</sup>. Do total de investimentos realizados no país, menos da metade é oriundo do setor privado, o que representa uma grande diferença em relação a países desenvolvidos, conforme apresentado no Gráfico 8. Os dados evidenciam, portanto, que o aumento em investimentos em P&D deve vir associado ao aumento no percentual de investimento privado, a fim de gerar inovação no setor produtivo, promover ganhos de produtividade e gerar crescimento<sup>42</sup>. É importante também direcionar projetos e investimentos de forma planejada e estratégica, acompanhando constantemente os impactos e resultados desses esforços, coordenando ações do governo, mercado e instituições de ensino e pesquisa.

37 Banco Mundial. *Merchandise trade*. 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/TG.VAL.TOTL.GD.ZS>

38 Fundação Dom Cabral. *Produtividade e o Futuro da Economia Brasileira*. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3TX9kVV>

39 Além das já citadas medidas tributárias, financeiras e logísticas.

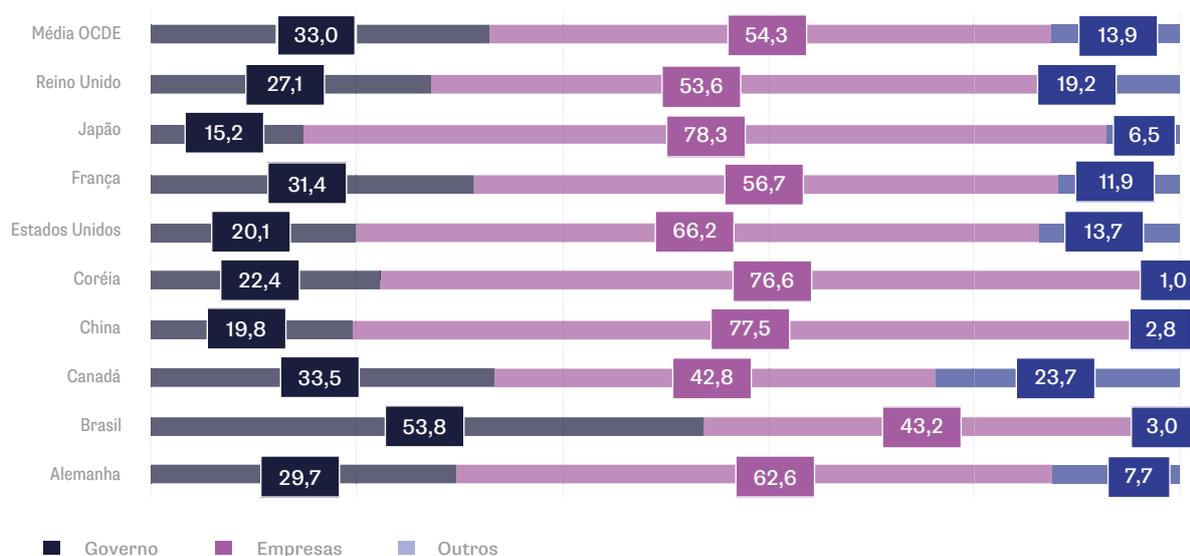
40 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com base em dados do PIB disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores/paginas/recursos-aplicados/indicadores-consolidados-1/2-1-1-brasil-dispendio-nacional-em-ciencia-e-tecnologia-c-t-em-valores-correntes-por-atividade-2000-2019>

41 Instituto de Estatística da UNESCO. Calculado com base nos dados disponíveis para 2020. 2023. Disponível em: [http://data.uis.unesco.org/Index.aspx?DataSetCode=SCN\\_DS&lang=en](http://data.uis.unesco.org/Index.aspx?DataSetCode=SCN_DS&lang=en)

42 Figueiredo, P. N.; Leal, C. I. S. *Inovação tecnológica no Brasil: desafios e insumos para políticas*. *Revista de Administração Pública*. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200583>

**GRÁFICO 8**

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS DISPÊNDIOS NACIONAIS EM P&D, SEGUNDO FONTE DE FINANCIAMENTO, PAÍSES SELECIONADOS, 2020



Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)<sup>43</sup>, adaptado de Figueiredo e Leal, 2021.

Notas:

1. “Outros” inclui o ensino superior e instituições privadas sem fins lucrativos.
2. A média OCDE foi inserida nesta versão e inclui apenas os países que fazem parte da OCDE presentes nesta série.
3. Dados da França e Reino Unido são referentes ao ano de 2019.

Além da ampliação e maior efetividade dos investimentos em P&D, será necessário que as políticas de inovação, por um lado, incorporem a revisão e recuperação de questões que impedem ou dificultam os avanços do tema no país, tais como o ambiente regulatório e a escassez de alternativas de financiamento. Por outro lado, deve-se olhar para o futuro, cada vez mais próximo e veloz, e pensar em ações de transformação, que devem caminhar junto com a recuperação para alcançar resultados suficientes para promover os ganhos em desenvolvimento econômico e social almejados por meio da inovação.

Paralelamente aos esforços para a melhoria do ambiente macroeconômico, há de se considerar e debater as demandas de setores estratégicos com importante potencial de contribuição à economia do país, e para os quais temos forte vocação. Demandas estas que objetivam destravar o desenvolvimento de cada setor, conferir maior eficiência, qualidade e sustentabilidade de sua produção. A agenda é desafiadora, mas possível de ser implementada.

Responsável por 8% do PIB nacional em 2022<sup>44</sup>, a agropecuária ganhou destaque nas últimas duas décadas em virtude do crescimento de sua participação na produção nacional e nas exportações brasileiras<sup>45</sup>, dos incentivos governamentais destinados ao setor<sup>46</sup> e dos debates acerca da conciliação da segurança alimentar mundial com a adoção de medidas

43 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Distribuição percentual dos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D). 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores/paginas/comparacoes-internacionais/recursos-aplicados/8-1-5-distribuicao-percentual-dos-dispendios-nacionais-em-pesquisa-e-desenvolvimento-p-d-segundo-setor-de-financiamento-paises-selecionados-2000-2019>

44 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72121>

45 Em três décadas, o país subiu de 13º para o 2º lugar na exportação de produtos agropecuários no mundo (de 2,5% em 1990 para 8,5% em 2020). Disponível em: <https://data.oecd.org/agriculture.htm>

46 Como por exemplo: desoneração tributária, linhas de crédito com juros subsidiados, apoio à pesquisa e à inovação tecnológica (Embrapa e Inovagro), dentre outros planos, programas e fundos.

para a redução de emissões de gases do efeito estufa (GEEs). O agronegócio<sup>47</sup>, como é conhecida a cadeia movimentada pela atividade agropecuária, representou 27% do PIB brasileiro em 2021<sup>48</sup>. No Brasil e no mundo, os principais desafios para os próximos anos são aliar o crescimento do setor às questões de sustentabilidade<sup>49</sup>, especialmente a ambiental, e elevar o grau de eficiência na produção.

No que concerne à redução dos impactos ambientais, a agropecuária brasileira tem forte potencial de migrar do papel de emissora de GEEs para o papel de agente descarbonizante. Com contribuição importante neste cenário, o Plano ABC<sup>50,51</sup>, é um dos planejamentos setoriais estabelecidos em conformidade com a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), como parte da estratégia do Brasil no combate ao aquecimento global. O documento baseia-se no apoio a produtores rurais para que adotem tecnologias e práticas que favoreçam a redução de emissões de GEEs e a adaptação dos sistemas produtivos. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), as metas de sua primeira etapa, vigente de 2010 a 2020, foram quase todas atingidas e ultrapassadas, com exceção de uma: a expansão do plantio de florestas em 3 milhões de hectares (menos de 2 milhões de hectares foram plantados)<sup>52</sup>.

Em sua segunda etapa, denominada “Plano ABC+”<sup>53</sup>, vigente de 2020 a 2030, o documento trouxe metas mais amplas e ousadas, baseadas na análise integrada da paisagem. Esta abordagem consiste em olhar a propriedade não apenas como produtora de alimentos, mas levando em consideração toda a paisagem ao redor de forma sistêmica com o cumprimento ao Código Florestal, a saúde do solo, a conservação de água e de toda a biodiversidade. O Plano tem como metas globais fazer com que a agropecuária reduza em 1,1 bilhão de toneladas a emissão de carbono equivalente (CO<sub>2</sub>eq), a partir da adoção de práticas sustentáveis em mais de 72 milhões de hectares de terras agricultáveis<sup>54</sup>.

Quanto à maior eficiência na produção, ainda que o país venha aumentando continuamente sua produtividade agropecuária<sup>55</sup> há ainda um amplo espaço para maximizar o retorno por hectare. Um aspecto crítico nesta dinâmica é o fato de que apesar de o Brasil possuir clima favorável, terras agricultáveis e produtores competentes, carecemos da produção de um insumo essencial para o setor: os fertilizantes. Mais de 80% dos fertilizantes utilizados no país são importados, o que nos torna dependentes em um mercado dominado por poucos fornecedores<sup>56</sup>. O conflito na Ucrânia mostra como não apenas o Brasil, mas toda a produção mundial, é vulnerável a interrupções do mercado. O Plano Nacional de Fertilizantes 2050 propõe os caminhos para a diminuição da dependência externa por meio do aumento da produção nacional, do desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao clima tropical, da formação de redes de apoio tecnológico ao produtor

47 No processo de cálculo do PIB do agronegócio, o CEPEA calcula os PIBs dos seus segmentos de insumos, agropecuária, agroindústria e agrosserviços.

48 Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA). PIB do Agronegócio Brasileiro. 2022. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/pt/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>

49 O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 2, da Agenda 2030, reúne metas e orientações para “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”.

50 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Plano ABC. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/plano-abc-agricultura-de-baixa-emissao-de-carbono>.

51 Oficialmente denominado “Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura”.

52 Governo Federal. Plano ABC+ tem metas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa na agropecuária. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2021/10/plano-abc-tem-metas-para-reduzir-a-emissao-de-gases-de-efeito-estufa-na-agropecuaria>

53 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Plano ABC+. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/arquivo-publicacoes-plano-abc-abc-portugues.pdf>

54 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Plano ABC+. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/arquivo-publicacoes-plano-abc-abc-portugues.pdf>

55 De 1995 a 2020, a produtividade da agropecuária mais que quadruplicou, enquanto que nos setores de Serviços e Indústria tenha tido um incremento muito discreto. Dado Observatório da Produtividade Régis Bonelli/IBRE/FGV.

56 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O Plano Nacional de Fertilizantes. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/fertilizantes/plano-nacional-de-fertilizantes>

e aos técnicos, dentre outros. O caminho passa pela reformulação destas políticas, de modo a compatibilizá-las com os objetivos ambientais da sustentabilidade<sup>57</sup>.

Mas enquanto os indicadores do agronegócio estão em ascensão, os da indústria da transformação refletem o movimento de desindustrialização pelo qual o país vem passando desde 2008, ano em que o descolamento entre o crescimento do PIB e o da produção industrial inicia-se<sup>58</sup>. À primeira vista, o dado pode não parecer preocupante, tendo em vista o crescimento dos outros setores da economia. No entanto, em economias em transição, como a nossa, a indústria de transformação é fundamental por fomentar a interação entre diversos setores, criando cadeias produtivas e alavancando a difusão tecnológica<sup>59</sup>, que, por sua vez, promove o crescimento agregado da produtividade, *know-how* e inovação, beneficiando toda a economia<sup>60</sup>.

Experiências empíricas levaram ao consenso de que a indústria de transformação é a que oferece as maiores oportunidades de economias de escala, acumulação de capital e geração de empregos de qualidade. Além disso, por produzir bens comercializáveis, contribui para reduzir o risco de crises do balanço de pagamentos<sup>61</sup>. Atividades industriais de maior valor agregado têm, portanto, sido tradicionalmente consideradas o principal caminho que as economias podem seguir para alcançar níveis de renda mais altos e fornecer meios de subsistência sustentáveis para sua população<sup>62</sup>. Prova disso é que existe uma forte correlação positiva entre indicadores de industrialização e de desenvolvimento humano<sup>63</sup>.

A contribuição da industrialização para o desenvolvimento socioeconômico é corroborada na Agenda 2030 da ONU, a qual deixa claro que o setor pode apoiar direta e indiretamente o alcance dos ODS por meio da criação de empregos, melhorias nas condições de trabalho, inovação e desenvolvimento de tecnologias de produção novas e mais ecológicas<sup>64</sup>. O documento destaca a necessidade de se aumentar o acesso das pequenas indústrias aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e de se propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados.

Contudo, nas últimas décadas, a forte concorrência asiática e a mudança para o paradigma digital da produção têm sido encaradas com dificuldade pela indústria brasileira, reflexo de sua baixa produtividade e competitividade impactada pelo já mencionado Custo Brasil<sup>65</sup>. Os números do setor exprimem este panorama. Já fomos o oitavo país no *ranking* dos maiores produtores industriais. Em 2020, ocupamos a 15ª posição, com participação de apenas 1,31% da produção mundial<sup>66</sup>. Movimento parecido foi observado nas exportações, tendo o setor perdido espaço para os produtos primários

57 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Indicadores de Produtividade e Sustentabilidade do Setor Agropecuário Brasileiro. 2021. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com\\_content&view=article&id=39087](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=39087)

58 Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB). Agenda de Propostas para a Infraestrutura 2022. 2022. Disponível em: <https://www.abdib.org.br/agenda-de-propostas-para-a-infraestrutura-2022/>

59 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Avaliando o Desempenho da Indústria Brasileira. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11216>

60 Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO). International Yearbook of Industrial Statistics 2022. 2022. Disponível em: <https://stat.unido.org/content/publications/-international-yearbook-of-industrial-statistics-2022>

61 Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). World Investment Report 2018. Investment and New Industrial Policies. 2018. Disponível em: [https://unctad.org/system/files/official-document/wir2018ch4\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/wir2018ch4_en.pdf)

62 Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO). Structural Change for Inclusive and Sustainable Industrial Development. 2017. Disponível em: [https://www.unido.org/sites/default/files/files/2018-06/EBOOK\\_Structural\\_Change.pdf](https://www.unido.org/sites/default/files/files/2018-06/EBOOK_Structural_Change.pdf)

63 Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO). International Yearbook of Industrial Statistics 2022. Disponível em: <https://stat.unido.org/content/publications/-international-yearbook-of-industrial-statistics-2022>

64 O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 9, da Agenda 2030, é o que diretamente trata da temática da industrialização, reunindo metas e orientações para “construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação”.

65 Confederação Nacional da Indústria (CNI). Propostas da Indústria para as Eleições 2022. Política Industrial: construindo a indústria do futuro. 2022. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/propostas-da-industria-para-eleicoes/propostas/01-politica-industrial/>

66 Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO). 2022. Disponível em: <https://stat.unido.org/>

(agropecuária e indústria extrativa), com a participação no total exportado pelo país caindo de 75% na década de 1990, para 53% em 2020<sup>66</sup>, conforme apresentado no Gráfico 9. Também o PIB do setor, que na década de 1980 passou dos 30% do PIB brasileiro, chegou aos 12,9% em 2022<sup>44</sup>.

**GRÁFICO 9**  
COMPORTAMENTO DE INDICADORES DA INDÚSTRIA DA TRANSFORMAÇÃO - 1990 A 2020



Fontes: UNIDO, 2022.

Como consequência, caímos da 26ª posição (década de 1990) para a 42ª posição no *Competitive Industrial Performance Index 2022*<sup>67</sup>, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial e que avalia 154 economias. Mas apesar destes resultados, a indústria de transformação brasileira responde por 69% do investimento empresarial em pesquisa e desenvolvimento e 38% da arrecadação de tributos federais, ICMS e previdência. Além disso, a cada R\$ 1,00 produzido na indústria, são gerados R\$ 2,43 na economia brasileira (enquanto a agropecuária gera R\$ 1,75 e o setor de comércio e serviços gera R\$ 1,49), restando claro seu papel essencial para o crescimento dos demais setores<sup>68</sup>.

De todo modo, para que a indústria da transformação possa fazer ainda mais pelo país, serão necessárias políticas horizontais (tributação, juros, câmbio, educação, infraestrutura, etc.) e verticais de apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico para segmentos ou produtos que garantam o atendimento ao novo paradigma de crescimento internacional, bem como os que tenham importância estratégica para o país para a indução de nossa competitividade<sup>69</sup>. Além disso, uma política industrial ativa deverá ter ênfase em tecnologias e processos socioambientais sustentáveis<sup>70</sup>, eficiência energética e geração de energias renováveis. Outro fator essencial é que seja construída uma sólida estrutura de governança, que assegure o bom andamento e a eficácia das ações<sup>71</sup>. A recuperação da indústria de transformação brasileira não será uma tarefa simples e de curta duração. Na verdade, exigirá medidas continuadas de vários governos para voltar a ocupar papel relevante na economia.

67 Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial. *Competitive Industrial Performance Index 2022*. [s.d.]. Disponível em: <https://stat.unido.org/database/CIP%20-%20Competitive%20Industrial%20Performance%20Index>

68 Confederação Nacional da Indústria (CNI). *Plano de Retomada da Indústria. 2022*. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/cni-apresenta-plano-de-retomada-da-industria-aos-candidatos/>

69 Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB). *Agenda de Propostas para a Infraestrutura 2022. 2022*. Disponível em: <https://www.abdib.org.br/agenda-de-propostas-para-a-infraestrutura-2022/>

70 Temas como Economia Circular, Logística Reversa e Obsolescência Programada, apenas para citar alguns, deverão fazer parte da política industrial.

71 Confederação Nacional da Indústria (CNI). *Plano de Retomada da Indústria. 2022. 2022*. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/cni-apresenta-plano-de-retomada-da-industria-aos-candidatos/>

Já no setor de serviços e comércio, maior contribuinte ao PIB nacional (68% em 2022<sup>72</sup>), um segmento se destaca pelo potencial de atração de divisas, aumento e distribuição da renda, fortalecimento regional, implantação de infraestrutura, provimento de serviços públicos de qualidade, valorização cultural e preservação ambiental: o turismo. Há décadas são desenvolvidas, nas três esferas governamentais, políticas de fomento ao setor, tendo em vista a grande variedade de atrativos presentes no território nacional.

Em 2019<sup>73</sup>, a produção direta, indireta e induzida do turismo representou cerca de 10% do PIB global e contribuiu com aproximadamente 10% dos empregos no mundo<sup>74</sup>. O segmento tem um importante papel social, uma vez que emprega quase o dobro de mulheres do que outras atividades e grande contingente de jovens. Além disso, é uma importante fonte de renda para minorias, migrantes, trabalhadores informais e mão de obra pouco qualificada<sup>75</sup>. Assim como a indústria de transformação, o turismo pode atuar como importante vetor para o alcance dos ODS da Agenda 2030 da ONU, sendo explicitamente abordado nos Objetivos nº 8, 12 e 14<sup>76</sup>.

Apesar de ter sido um dos segmentos mais afetados pela pandemia de Covid-19, com perda de US\$ 4,5 trilhões no PIB global e de 62 milhões de empregos apenas em 2020, há sinais claros de que a recuperação já começou, embora não no mesmo ritmo em todo o mundo ou nos mesmos segmentos de mercado. Esta, inclusive, é a oportunidade de revisar os planos de desenvolvimento setoriais, para direcionar organizações e destinos ao sucesso.

Para muitas economias emergentes, o turismo é uma importante fonte de receitas de exportação, divisas e investimentos<sup>77</sup>. No Brasil, apesar da natureza e cultura pujantes, o segmento ainda não configura uma política do Estado brasileiro que incorpore a miríade de fatores que permitem que seu desenvolvimento seja efetivamente sustentável. Embora tenhamos atingido importantes avanços nas últimas duas décadas, ainda são evidentes alguns entraves, como a baixa qualificação de produtos, carência de infraestrutura e ordenamento que compromete a preservação ambiental e a experiência do visitante, deficiências em estratégias de marketing e descontinuidades na execução de planejamentos<sup>78</sup>. Nossa produção turística direta, indireta e induzida (PIB turístico) flutua em torno dos 7% há anos, sendo aproximadamente 95% dos gastos turísticos realizados por brasileiros em viagens domésticas<sup>79</sup>. De fato, o turismo interno no Brasil é muito mais representativo que o receptivo internacional. Mesmo com a recente realização dos dois maiores eventos mundiais em território nacional (Copa do Mundo da Fifa, em 2014 e Olimpíadas Rio 2016), não conseguimos ultrapassar a marca de sete milhões de turistas estrangeiros/ano.

Nossa posição no *Travel & Tourism Development Index* (TTDI), do Fórum Econômico Mundial, é outro indicativo de que podemos e devemos fazer mais. Entre 2015 e 2021, o Brasil perdeu vinte e uma posições no índice geral, caindo da 28<sup>a</sup> para

72 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72121>

73 Optou-se por trazer dados anteriores à pandemia da Covid-19 a este diagnóstico devido ao fato de o turismo ter sido um dos segmentos mais afetados pela crise dela decorrente.

74 World Travel & Tourism Council (WTTC). *Travel & Tourism Economic Impact 2021*. 2021. Disponível em: <https://wtcc.org/Portals/0/Documents/Reports/2021/Global%20Economic%20Impact%20and%20Trends%202021.pdf>

75 Fundo Monetário Internacional (FMI). *Tourism in the Post-Pandemic World: Economic Challenges and Opportunities for Asia-Pacific and the Western Hemisphere*. 2021. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/Departmental-Papers-Policy-Papers/Issues/2021/02/19/Tourism-in-the-Post-Pandemic-World-Economic-Challenges-and-Opportunities-for-Asia-Pacific-49915>

76 Organização Mundial do Turismo (OMT). *Tourism for SDGs*. 2022. Disponível em: <https://tourism4sdgs.org/>

77 World Travel & Tourism Council (WTTC). *Travel & Tourism Economic Impact 2021*. 2021. Disponível em: <https://wtcc.org/Portals/0/Documents/Reports/2021/Global%20Economic%20Impact%20and%20Trends%202021.pdf>

78 Confederação Nacional do Comércio de bens, Serviços e Turismo (CNC). *Propostas e Recomendações de Políticas Públicas de Turismo (Nacional)*. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/4ON04Gm>

79 World Travel & Tourism Council (WTTC). *Travel & Tourism Economic Impact 2021*. 2021. Disponível em: <https://wtcc.org/Portals/0/Documents/Reports/2021/Global%20Economic%20Impact%20and%20Trends%202021.pdf>

a 49ª colocação. Na categoria “recursos naturais”<sup>80</sup>, em que o país foi líder global até 2017, ficamos na terceira posição em 2021. O TTDI abrange 117 economias, que juntas representam aproximadamente 95% do PIB turístico mundial. Sua proposta é medir o conjunto de fatores e políticas que permitem o desenvolvimento sustentável e resiliente da atividade<sup>81</sup>. Cumpre destacar que o desempenho dos países no estudo tem correlação positiva com seus PIBs direto de turismo, chegadas e receitas oriundas de turistas internacionais. Portanto, atentar para os indicadores estudados é um caminho promissor para melhorar o desempenho do setor no país<sup>82</sup>.

Para sair deste estado de apatia em que se encontram nossos indicadores do turismo, precisaremos desenvolver uma política de Estado para o segmento. Deve-se aproveitar os movimentos, que já estavam em curso e que foram acelerados pela pandemia da Covid-19, para potencializar nossas vantagens comparativas, como a oferta de experiências autênticas, o contato com a natureza e as trocas culturais genuínas. Mudanças no comportamento da demanda, tais como a maior preocupação com os impactos do turismo às comunidades receptoras, o nomadismo digital e a aliança entre viagens de trabalho e a lazer (conhecidas como “bleisure”) devem ser incorporadas nos planejamentos para o setor. Este por sua vez, precisa ser baseado em pilares como inclusão, conectividade, posicionamento de mercado, acessibilidade, monitoramento e sustentabilidade, uma vez que a busca incessante por crescimento e competitividade pode servir para minar os próprios ativos dos quais o turismo é construído e depende.

No mundo todo, mais de 80% dos negócios de turismo são de pequeno ou médio porte<sup>83</sup>. No Brasil, estima-se que 90% das empresas formais que atuam no segmento sejam de micro e pequeno porte<sup>84</sup>. Estas empresas menores, aliás, têm 77% de seus CNPJs no setor de serviços e comércio e correspondem a 99% dos negócios brasileiros<sup>85</sup>.

Efetivamente, altas taxas de empreendedorismo são, muitas vezes, encontradas em países de baixa renda e/ou onde é reduzida a presença de grandes corporações. Nesse caso, é comum, que os pequenos negócios, em especial, os de caráter familiar, respondam por parcela elevada da população em atividade, o que torna as políticas públicas de apoio às MPes fundamentais dada a importância do segmento para o desenvolvimento econômico inclusivo. Esta relevância foi confirmada na Agenda 2030 da ONU e, de forma mais explícita, nos ODS nº 8, “Trabalho decente e crescimento econômico” e nº 9, “Indústria, inovação e infraestrutura”, nos quais temas como empreendedorismo, incentivo à formalização, financiamento e crescimento de micro, pequenas e médias empresas, e sua integração a cadeias de valor e mercados são trazidos. Estimativas do Banco Mundial indicam que, para absorver a crescente força de trabalho global, serão necessários cerca de 600 milhões de empregos até 2030, o que torna o desenvolvimento das empresas de menor porte uma alta prioridade para muitos governos em todo o mundo<sup>86</sup>.

---

80 Indicador que trata dos pilares do capital natural, qualidade de atividades ao ar livre, quantidade de sítios naturais chancelados pela UNESCO, riqueza da fauna e da biodiversidade e escopo das áreas protegidas, que indicam a extensão dos parques nacionais e das reservas naturais do país.

81 Fórum Econômico Mundial. *Travel & Tourism Development Index 2021*. 2022. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/travel-and-tourism-development-index-2021/>

82 A análise dos dados das 117 economias cobertas pelo índice mostra uma correlação de 84,5%, 81,4% e 73,6% entre as pontuações do TTDI de 2019 e as receitas, chegadas e PIB direto do turismo internacional de 2019, respectivamente.

83 World Travel & Tourism Council (W TTC). *Travel & Tourism as a Catalyst for Social Impact*. 2021. Disponível em: <https://wtcc.org/Portals/0/Documents/Reports/2021/Travel%20and%20Tourism%20as%20a%20Catalyst%20for%20Social%20Impact.pdf?ver=2021-02-25-183248-583>

84 Pessoas físicas e jurídicas no Cadastur. Ministério do Turismo. *Micro e pequenas empresas representam 89% dos empreendimentos do setor de Turismo*. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/micro-e-pequenas-empresas-representam-89-dos-empreendimentos-do-setor-de-turismo>

85 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). *Atlas dos Pequenos Negócios*. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/42R8SfT>

86 Banco Mundial. *Financiamento para Pequenas e Médias Empresas*. 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/sme/finance>

De acordo com dados da Organização Mundial do Comércio (OMC)<sup>87</sup>, a participação das pequenas e médias empresas no PIB de países em desenvolvimento é, em média, de 35%, enquanto nos países desenvolvidos, é, em média, de 50%. No Brasil, as Micro e pequenas empresas (MPEs) ocupam espaço em atividades que desencorajam a economia de escala e que possuem alta intensidade de trabalho. Cerca de 55% dos empregos formais estão alocados nestas empresas, cuja produção corresponde a 30% do PIB nacional<sup>88</sup>.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seus artigos 146, 170 e 179, o tratamento diferenciado e favorecido para as MPEs, considerando sua vulnerabilidade à concorrência direta com segmentos mais robustos e capitalizados. A partir dessa prerrogativa constitucional, instituiu-se o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (conhecido como Lei Geral da MPE), por meio da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Quando considerados os negócios formais e informais, o mais provável é que os pequenos respondam por mais da metade do PIB brasileiro<sup>89</sup>. Diante desse cenário, a Lei Complementar nº 128, de 2008, criou a figura do Microempreendedor Individual (MEI), sobre a qual incidem obrigações reduzidas, com o intuito de diminuir a informalidade. Este propósito foi atingido ao se evidenciar que o número de MEI's tem crescimento doze vezes maior que o de trabalhadores por conta própria, em um movimento claro de que a categoria é porta de entrada para a formalização da atividade empreendedora<sup>90</sup>.

Na edição 2021/2022 do *Global Entrepreneurship Monitor*<sup>91</sup> (conhecido no Brasil como “Pesquisa GEM”), chegamos à taxa de 30% da população adulta envolvida com a atividade empreendedora, o que coloca o país em 5ª posição no ranking de cinquenta economias que participaram do estudo. Mas apesar disso, figuramos em 47ª colocação, na própria GEM, no que se refere ao *National Entrepreneurial Context Index* (NECI). O estudo avalia as condições que potencializam (ou dificultam) a criação de novos negócios em uma economia. Enquanto as médias dos membros da OCDE e do BRICS em 2021 foram de 5 e 4,3 pontos respectivamente, já o Brasil alcançou apenas 3,6 pontos. Em conjunto, estes dados evidenciam que o impacto econômico da atividade empreendedora do Brasil tem sido muitas vezes frustrado por políticas (ou falta delas) que parecem reduzir a produtividade e a competitividade.

Com efeito, apesar de 38% das empresas que exportam no Brasil serem MPEs, os valores negociados respondem por menos de 1% do montante exportado, com elevada participação de bens não industrializados e de baixa tecnologia<sup>92</sup>. Um melhor acesso aos mercados globais e redes de conhecimento pode fortalecer as contribuições das pequenas empresas, desde que barreiras de investimento, infraestrutura física e de tecnologia da informação e comunicação sejam paralelamente reduzidas. Além disso, estas empresas estão ficando para trás na transição digital e os efeitos desta condição precisam ser considerados para que as MPEs ampliem sua participação na economia global<sup>93</sup>.

---

87 Organização Mundial do Comércio (OMC). *World Trade Report 2016. Levelling the trading field for SME's*. 2016. Disponível em: [https://www.wto.org/english/res\\_e/publications\\_e/wtr16\\_e.htm](https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/wtr16_e.htm)

88 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). *Atlas dos Pequenos Negócios*. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/42R8SfT>

89 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Proposta de redação à regulamentação da política nacional de apoio e desenvolvimento das micro e pequenas empresas*. 2022. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10878/1/NT\\_Proposta\\_de\\_redacao\\_Publicacao\\_Preliminar.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10878/1/NT_Proposta_de_redacao_Publicacao_Preliminar.pdf)

90 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). *Atlas dos Pequenos Negócios*. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/42R8SfT>

91 *Global Entrepreneurship Monitor 2021/2022. Global Report: Opportunity amid Disruption*. 2022. Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/file/open?fileId=50900>

92 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). *Guia do Candidato Empreendedor*. 2022. Disponível em: <https://guiadocandidato2022.sebrae.com.br/>

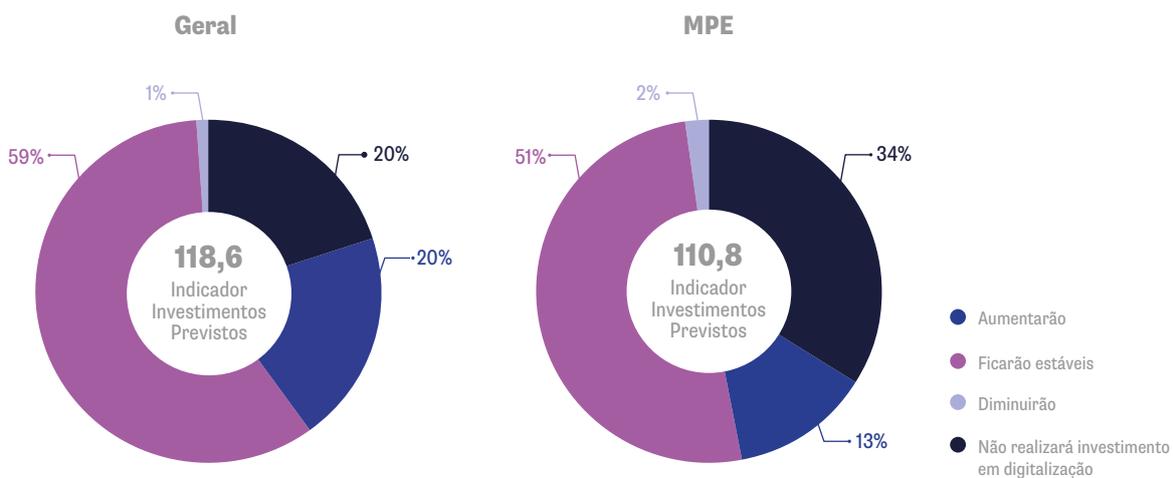
93 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). *Enhancing the contributions of SME's in a global and digitalised economy*. 2017. Disponível em: <https://www.oecd.org/industry/C-MIN-2017-8-EN.pdf>

Um ambiente favorável à transformação digital do setor produtivo é outro aspecto fundamental para promover ganhos em inovação, ampliar a produtividade e promover o crescimento econômico, tanto no que se refere ao setor considerado digital quanto ao processo de digitalização das empresas de todos os setores. A maior produtividade de trabalho da oferta digital em relação às demais atividades, o crescimento das atividades digitais frente a outras ocupações e a remuneração do trabalhador acima da média em atividades tipicamente digitais foram alguns dos principais pontos destacados em recente estudo do MBC que propôs uma agenda estratégica para avançar na transformação digital<sup>94</sup>.

Para garantir e ampliar esses benefícios, é fundamental avançar mais em políticas de estímulo à transformação digital, apoiando o setor produtivo nesse processo. São necessários desde o suporte e financiamento à MPEs<sup>95</sup> até o incentivo ao desenvolvimento das tecnologias em áreas disruptivas e com potencial de crescimento e valorização, tais como inteligência artificial, uso de dados, biotecnologia, supercomputação, entre outros.

Pesquisas recentes realizadas junto ao setor produtivo demonstram que o trabalho é grande nesse sentido. A Sondagem sobre Transformação Digital nas empresas brasileiras<sup>96,97</sup>, desenvolvida pela ABDI em parceria com a FGV, mostrou que 20% das empresas planejavam aumentar investimentos em digitalização nos três meses seguintes, resultado e que isso era mais concentrado nas empresas de maior porte, dado que apenas 13% das MPEs tinham essa intenção.

**GRÁFICO 10**  
PREVISÃO DE INVESTIMENTOS EM PROJETOS DE DIGITALIZAÇÃO



Fonte: FGV e ABDI - Sondagem sobre Transformação Digital nas empresas brasileiras, 2022.

As MPEs demonstram ser a parcela com maior dificuldade em se adaptar ao processo de transformação digital: apesar da adoção de ferramentas e tecnologias habilitadoras para a digitalização das empresas vir aumentando nos últimos

94 Movimento Brasil Competitivo (MBC). Brasil Digital. Salto Para Transformação: uma agenda de desenvolvimento sustentável do país com base na transformação digital. 2022. Disponível em: <https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Estudo-Brasil-Digital-Salto-para-Transforma%C3%A7%C3%A3o-MBC-e-FGV.pdf>

95 Ministério da Economia. Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil 2020-2031. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/gestao/estrategia-federal-de-desenvolvimento>

96 A Sondagem sobre Transformação Digital nas empresas brasileiras, desenvolvida pela ABDI em parceria com a FGV visa realizar o levantamento de informações sobre a digitalização dos setores de três em três meses, com o objetivo de monitorar, principalmente, a jornada das empresas brasileiras rumo à economia digital e identificar as tendências para os curtos e médios prazos.

97 Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. ABDI e FGV lançam a Sondagem trimestral sobre digitalização nas empresas. 2022. Disponível em: <https://www.abdi.com.br/postagem/abdi-e-fgv-lancam-a-sondagem-trimestral-sobre-digitalizacao-nas-empresas>

anos, o nível de maturidade digital de MPEs ainda é incipiente, classificado como emergente pelo estudo (com pontuação de 41,47 em 2022 contra 40,77 em 2021, numa escala de 0 a 100 pontos), conforme mostrou o Mapa da Digitalização das Micro e Pequenas Empresas Brasileiras, pesquisa realizada pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Isto significa que as empresas têm realizado esforços para entrar no mundo digital, mas ainda apresentam modelos de negócios tradicionais e dificuldades para realizar a transformação digital estratégica<sup>98</sup>.

Além das vantagens produtivas e comerciais que a digitalização traz aos negócios, sabe-se hoje que a utilização das tecnologia da informação e comunicação é fator fundamental para a transição rumo à chamada Economia Verde. Com potencial de redução de 20% das emissões globais de dióxido de carbono equivalente (CO2e) até 2030, estas tecnologias podem manter as emissões nos níveis de 2015, dissociando o crescimento econômico do crescimento das emissões<sup>99</sup>. À medida que as ferramentas digitais se tornam mais sofisticadas e acessíveis, passam a gerar importantes benefícios ambientais, econômicos e sociais. Empresas, governos e pessoas físicas conseguem fazer uso mais eficiente dos insumos utilizados em processos, a partir, por exemplo, de produtos e serviços relacionados à conectividade, Internet das Coisas (IoT), dados em nuvem (Cloud), assinatura eletrônica e geração e análise de dados (Big Data).

Mas a Economia Verde não se resume à utilização de tecnologias para a diminuição de danos ambientais, tampouco à redução da emissão de GEEs. O termo é mais abrangente, diz respeito ao modelo econômico que resulta em maior bem-estar humano e equidade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica. Em outras palavras, é uma economia de baixo carbono, eficiente em recursos e socialmente inclusiva<sup>100</sup>. A transição rumo a este modelo é um processo de médio a longo prazo, que exige o envolvimento público para uma abordagem verde nas políticas públicas, tais como energia renovável, processos produtivos com baixa emissão de carbono, promoção de pegadas ambientais e fornecimento de serviços bancários para o investimento verde<sup>101</sup>.

Com a estimativa de que a população mundial chegará a 9,7 bilhões de pessoas até 2050, 68% delas concentradas nos grandes centros urbanos<sup>102</sup>, eleva-se a pressão sobre a produtividade e sustentabilidade na economia mundial. Diversos países estão potencializando suas economias sem abrir mão de um desenvolvimento sustentável alinhado à promoção da igualdade e do combate às mudanças climáticas<sup>103</sup>. A União Europeia, por exemplo, um dos principais parceiros comerciais do Brasil, aprovou um ousado plano de recuperação econômica, de € 800 bilhões, que tem como propósito “acelerar as transições ecológica e digital”<sup>104</sup>.

98 Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Mapa da Digitalização das MPEs Brasileiras. 2022. Disponível em: [https://api.abdi.com.br/file-manager/upload/files/26\\_09\\_22\\_abdi-resumo-executivo-maturidade-digital-2nd-edition\\_HI\\_web\\_1\\_.pdf](https://api.abdi.com.br/file-manager/upload/files/26_09_22_abdi-resumo-executivo-maturidade-digital-2nd-edition_HI_web_1_.pdf)

99 Global Enabling Sustainability Initiative (GeSI). SMARTer2030. 2016. Disponível em: <https://smarter2030.gesi.org/>

100 Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Economia Verde. 2022. Disponível em: <https://www.unep.org/es/regiones/america-latina-y-el-caribe/iniciativas-regionales/promoviendo-la-eficiencia-de-recursos-1>

101 Dogaru, L. Green economy and green growth - Opportunities for sustainable development. Multidisciplinary Digital Publishing Institute Proceedings. 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2504-3900/63/1/70>

102 Nações Unidas. Perspectivas da População Mundial. 2022. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>

103 Instituto Democracia e Sustentabilidade. Economia Verde no Brasil. 2022. Disponível em: [https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/09/IDS\\_AgendaEconomiaVerde\\_2022\\_final-1.pdf](https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/09/IDS_AgendaEconomiaVerde_2022_final-1.pdf)

104 Comissão Europeia. Plano de Recuperação da Europa. Disponível em: [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/recovery-plan-europe\\_pt](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/recovery-plan-europe_pt)

A preservação da biodiversidade pode gerar muito mais ganhos econômicos e sociais do que sua exploração predatória. Estudos indicam que a retomada verde tem o potencial de gerar um aumento acumulado adicional do PIB brasileiro de R\$ 2,8 trilhões até 2030 e 2 milhões de empregos a mais do que o modelo atual em 2030, comparável a quatro vezes mais empregos do que os existentes no setor de petróleo e gás atualmente no país<sup>105</sup>.

O Brasil, há anos, desenvolve políticas formais visando o desenvolvimento sustentável. Como exemplos podem ser citadas a Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC), o Programa Nacional de Crescimento Verde, a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SINARE). Também há planos setoriais importantes, principalmente na agricultura, energia e proteção florestal, além de parcerias internacionais com foco na conservação das florestas. O Banco Nacional do

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é a instituição financeira do país que mais se destaca na atração de investimentos internacionais para projetos sustentáveis e emissão de títulos e letras financeiras verdes<sup>106</sup>.

Ainda que estas iniciativas almejem uma economia nacional mais sustentável, muito precisa ser feito, principalmente considerando-se a necessidade premente de descarbonização da economia mundial, segurança alimentar e energética e redesenho das redes globais de valor. Neste sentido, uma agenda positiva pode estar se abrindo ao Brasil, oportunizando nossa liderança na reorientação do desenvolvimento para bases de baixo carbono, com respeito ambiental e climático. Para isso, é necessário assumir a sustentabilidade como eixo central do desenvolvimento econômico nacional e garantir que setores estratégicos ganhem escala. A Economia Verde, futuro implacável do novo mundo, pode ser a marca do Brasil e traz em sua essência o caminho para o desenvolvimento efetivamente sustentável.

<sup>105</sup> World Resources Institute (WRI). *Uma Nova Economia para uma Nova Era: elementos para a construção de uma economia mais eficiente e resiliente para o Brasil*. 2020. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/publicacoes/uma-nova-economia-para-uma-nova-era-elementos-para-construcao-de-uma-economia-mais>

<sup>106</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). *Latin American Economic Outlook 2022: Towards a Green and Just Transition*. 2022., Disponível em: <https://doi.org/10.1787/3d5554fc-en>

# AMBIENTE MACROECONÔMICO

## PROPÓSITO 1

### REDUÇÃO DO CUSTO BRASIL COMO PRIORIDADE PARA O CRESCIMENTO

- “Custo Brasil” é a expressão que reflete o conjunto de fatores estruturais, burocráticos e econômicos, que incidem sobre a nossa produção e reduzem a competitividade dos negócios;
- Calcula-se que o custo de fazer negócios no Brasil é R\$ 1,5 trilhão maior que a média dos países membros da OCDE, o correspondente a 22% do PIB, em 2019;
- Cinco elementos se destacam e equivalem a 70% do Custo Brasil: “formação e qualificação do capital humano”, “tributos”, “infraestrutura”, “financiamento” e “segurança jurídica”;
- Necessidade premente de redução do Custo Brasil, que deve ser orientada por políticas públicas materializadas em projetos com este objetivo.

	<b>INDICADOR</b>	Carteira de projetos com potencial de zerar o Custo Brasil em implementação
	<b>Fonte</b>	MBC e FGV - Observatório Custo Brasil
	<b>Periodicidade</b>	Sem periodicidade definida
	<b>Último dado</b>	2022
	<b>Situação Atual</b>	7 projetos em andamento
	<b>1ª Meta 2034</b>	Carteira de projetos com potencial de zerar o Custo Brasil implementada

	<b>INDICADOR 2</b>	Custo Brasil em relação ao PIB
	<b>Fonte</b>	MBC e FGV - Observatório Custo Brasil
	<b>Periodicidade</b>	Sem periodicidade definida
	<b>Último dado</b>	2019
	<b>Situação Atual</b>	22%
	<b>2ª Meta 2034</b>	Reduzir o Custo Brasil para 10% do PIB

## PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Garantir a simplificação tributária e a eliminação da cumulatividade** a fim de reduzir o número de horas gastas para o pagamento de tributos indiretos;
- **Assegurar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade** para o aumento da produtividade;
- **Promover a simplificação regulatória, profissionalização e independência das agências reguladoras**, a fim de reduzir a insegurança jurídica e fomentar a governança regulatória dos níveis federativos; e
- **Facilitar o acesso ao crédito competitivo** por meio de maiores volumes e menores custos.

## DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Ampliar e atualizar a infraestrutura digital** visando a democratização do acesso à internet de alta velocidade;
- **Diversificar a matriz logística nacional** com o apoio da iniciativa privada;
- **Reorganizar a matriz energética** para diminuir o custo da energia e o risco de desabastecimento e estimular o uso de fontes renováveis;
- **Modernizar a legislação trabalhista** para criação de empregos formais;
- **Integrar o país à economia global** para potencializar a receita com exportações;
- **Ampliar a eficiência do serviço público a partir da transformação digital;**
- **Melhorar o ambiente de pesquisa, desenvolvimento e inovação** a partir de uma política de estado que incentive maiores investimentos totais em P&D com foco nas demandas do mercado; e
- **Avançar nas políticas públicas de promoção da sustentabilidade e melhoria das regulações ambientais**, alinhadas à agenda e às melhores práticas internacionais, assegurando padrões de produção e de consumo sustentáveis e combatendo a mudança climática e seus impactos.

Fonte das propostas: MBC<sup>22</sup>

## PROPÓSITO 2

### AUMENTO DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO PAÍS

- A “capacidade de investimento” do país é contabilmente correspondente à Taxa de Poupança Interna, que equivale ao que deixa de ser consumido pela população, empresas e governo, e é utilizado para o investimento;
- A história contemporânea demonstra que dispor de Taxa de Poupança Interna mínima de 22% do PIB é condição para o crescimento econômico de um país;
- Ainda que o indicador brasileiro tenha atipicamente aumentado em 2021, em virtude do isolamento social e da insegurança quanto ao futuro, nossa taxa continuou abaixo das médias da América Latina e do Caribe, (20,5%), dos países da OCDE (22,7%), e mundial (28%), tendo apresentado um resultado médio de 17,1% na última década;
- O amplo modelo de bem-estar social, ainda que necessário para garantir condições dignas de vida a importante parcela da população, combinado à reduzida renda familiar do brasileiro, desincentiva a poupança das famílias e colabora para os altos gastos governamentais.

	<b>INDICADOR</b>	Taxa de Poupança Interna em relação ao PIB
	<b>Fonte</b>	Banco Mundial e OCDE - Dados de Contas Nacionais
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2021
	<b>Situação Atual</b>	19,9%
	<b>Meta 2034</b>	Elevar a Taxa de Poupança Interna para 23% do PIB.

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Garantir o equilíbrio fiscal** (Especialista setorial); e
- **Incentivar programas de educação financeira**, voltados à população em geral e a empresários. (CNI<sup>23</sup>)

### DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Manter o regime de metas de inflação e o regime de câmbio flutuante** a partir da atuação junto ao Banco Central, a fim de que a regulamentação do Marco Legal do Mercado de Câmbio forneça as condições necessárias para modernizar as transações cambiais e contribua para um ambiente de negócios mais favorável ao investimento; (CNI<sup>23</sup>; CNC<sup>24</sup>)
- **Realizar a Reforma Tributária do Consumo e da Renda**; (CNI<sup>23</sup>; CNC<sup>24</sup>)
- **Atualizar, simplificar e aprimorar os marcos regulatórios dos diversos setores**, buscando a coerência normativa no arcabouço legal e infralegal, o incentivo à eficiência de mercado pautada por elevados padrões éticos, o aumento da segurança jurídica nas relações públicas e privadas e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade; e (Ministério da Economia<sup>25</sup>)
- **Promover o acesso ao crédito competitivo**. (CNI<sup>23</sup>; MBC<sup>22</sup>; CNC<sup>26</sup>)

## 🎯 PROPÓSITO 3

### GARANTIA DE EQUILÍBRIO FISCAL

- Um superávit primário moderado do Governo Central reflete contas saudáveis e execução de investimentos públicos, comportamento observado nos primeiros cinco anos dos anos 2000, período no qual o Resultado Primário foi de aproximadamente 3% do PIB;
- Instabilidades fiscais recorrentes no início da década de 2020 trazem o tema a amplo debate que envolve discussões e deliberações a respeito de temas delicados como eficiência do Estado, tributação, transferência de renda e previdência;
- As principais consequências do desequilíbrio fiscal duradouro são a redução da capacidade do Estado em prestar serviços públicos de qualidade e o endividamento público, que repercute nas expectativas dos agentes econômicos, na taxa de juros, na inflação e no crescimento do PIB;
- Necessidade de estabelecimento de âncora fiscal.

	<b>INDICADOR</b>	Resultado Primário em relação ao PIB
	<b>Fonte</b>	Tesouro Nacional - Séries Temporais
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2021
	<b>Situação Atual</b>	-0,4%
	<b>Meta 2034</b>	Atingir estabilidade do Resultado Primário em 1,5% do PIB

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Preservar, fortalecer e recalibrar as regras fiscais**, com âncoras bem definidas, a fim de coibir gastos excessivos por parte do governo, mas que possibilitem que o gasto público cresça em torno de 1% a 1,5% ao ano; (CNI<sup>23</sup>; Fecomércio-SP<sup>27</sup>; CNC<sup>24</sup>)
- Buscar, principalmente por intermédio da **reforma administrativa**, o equilíbrio fiscal em um processo gradual, que considere a maior eficiência dos gastos públicos, incluindo a revisão de teto de remuneração de servidores; (CNI; Fecomércio-SP<sup>27</sup>; ABDIB<sup>28</sup>; Ministério da Economia<sup>25</sup>)

### DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS:

- **Aprimorar a Lei de Responsabilidade Fiscal** com a implementação de dispositivos previstos mas que não entraram em vigor, revisão de regras que falharam, inclusão de novas normas para lidar com fenômenos que ainda não tinham se materializado quando a lei foi instituída, equalização dos parâmetros para alocação de orçamento nos demais poderes, institucionalização e implantação de critérios que regulem / limitem o crescimento das despesas (de todos os poderes) em percentuais inferiores ao crescimento do PIB e implantação do Conselho de Gestão Fiscal; (MBC<sup>29</sup>)
- **Aperfeiçoar o sistema previdenciário**, com o objetivo de garantir a sustentabilidade financeira e a justiça social; (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>)

## 🎯 PROPÓSITO 4

### SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA E ELIMINAÇÃO DA CUMULATIVIDADE, COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO

- Um Resultado Primário instável aumenta as tensões sobre a carga tributária brasileira, que já equivale à média das praticadas pelos membros da OCDE (33,9% do PIB em 2021);
- O Brasil segue em última colocação no Irbes (edição 2019), estudo que calcula a relação entre a arrecadação e o IDH dos trinta países com as maiores cargas tributárias (em proporção ao PIB);
- Além da carga tributária, a alta complexidade para o pagamento dos impostos, por si só, já representa importante entrave à operação das empresas, sendo o segundo elemento que mais pesa no Custo Brasil;
- Necessidade premente de reforma tributária que garanta a redução da complexidade, elimine a cumulatividade, promova o equilíbrio entre renda e consumo, e busque maior progressividade do sistema.

	<b>INDICADOR 1</b>	Número de tributos sobre a circulação de bens e serviços
	<b>Fonte</b>	Código Tributário Nacional
	<b>Periodicidade</b>	Sem periodicidade definida
	<b>Último dado</b>	2022
	<b>Situação Atual</b>	5 tributos
	<b>1ª Meta 2034</b>	Reduzir, a no máximo dois, o número de tributos sobre a circulação de bens e serviços

	<b>INDICADOR 2</b>	Irbes (Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade)
	<b>Fonte</b>	Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT)
	<b>Periodicidade</b>	Sem periodicidade definida
	<b>Último dado</b>	2019 (Dados de 2017 - carga tributária, e 2018 - IDH)
	<b>Situação Atual</b>	140,13 pontos
	<b>2ª Meta 2034</b>	Atingir ao menos 152 pontos no Irbes

## PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Aprovar reforma tributária ampla**, alinhada aos padrões internacionais, com prazos razoáveis de transição, que reduza litígios e traga segurança jurídica, contemplando: (MBC<sup>22</sup>; Fundação Dom Cabral<sup>30</sup>; Fecomércio-SP<sup>27</sup>; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; CNI<sup>23,31</sup>; CNI<sup>23,31</sup>; CNC<sup>26</sup>, ENDEAVOR<sup>32</sup>)

- Unificação dos tributos federais, estaduais e municipais sobre o consumo em Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de base ampla; (Fecomércio-SP<sup>27</sup>; MBC<sup>22</sup>; CNI<sup>23</sup>, ENDEAVOR<sup>32</sup>)

- Simplificação legal e operacional;

- Homogeneidade das regras;

- Não cumulatividade plena; (MBC<sup>22</sup>)

- Incidência sobre o preço líquido de tributos; (CNI<sup>23</sup>)

- Crédito financeiro; (CNI<sup>23,31</sup>, ENDEAVOR<sup>32</sup>)

- Adoção do princípio de destino; (MBC<sup>22</sup>; CNI<sup>23</sup>, ENDEAVOR<sup>32</sup>)

- Redução da regressividade;

- Desoneração de investimentos e de exportações; (MBC<sup>22</sup>; CNI<sup>23,31</sup>)

- Extinção da guerra fiscal; (MBC<sup>22</sup>; CNI<sup>23</sup>)

- Preservação do Simples Nacional;

- Manutenção da carga tributária global; e (ENDEAVOR<sup>32</sup>)

- Fortalecimento institucional da Administração Tributária, estimulando uma relação respeitosa e construtiva entre o fisco e os contribuintes e garantindo um ambiente concorrencial saudável e o efetivo combate à sonegação e à corrupção (CNI<sup>33</sup>).

- **Simplificar e diminuir Obrigações Tributárias Acessórias e suas formas de apuração**, via trabalho conjunto com municípios para evitar conflitos de competência entre prefeituras, de modo que a criação de obrigação acessória só seja permitida em formato de lei, para todos os entes públicos; (MBC<sup>22</sup>; Fecomércio-SP<sup>27</sup>)

## DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS:

- **Instituir maior progressividade da tributação da renda e do patrimônio**; e (MBC<sup>22</sup>, Ministério do Planejamento<sup>1</sup>, Desenvolvimento e Gestão, Derrubando Muros<sup>34</sup>, Fecomércio-SP<sup>27</sup>)

- **Reduzir tributos sobre a folha de pagamentos**, tendo em vista as distorções que provocam no mercado de trabalho, e suas consequências para a economia, como o aumento da informalidade dos empreendimentos e evasão fiscal; (Especialista setorial)

- **Promover estratégias para solucionar entraves da tributação da renda das empresas** (CNI<sup>23</sup>).

## PROPÓSITO 5

### CONSOLIDAÇÃO DE UMA ECONOMIA INTEGRADA COM O MUNDO

- Existência de inequívoca correlação positiva entre a abertura comercial e crescimento econômico dos países;
- Corrente de Comércio brasileira há décadas apresenta pequenas oscilações positivas e negativas, tendo ultrapassado os 25 pontos percentuais apenas em 2020 (quando o valor das commodities no mercado exterior deu um salto), o que evidencia as dificuldades das empresas brasileiras de se integrarem às grandes cadeias globais de valor;
- A abertura comercial, contudo, não é uma panaceia, de modo que políticas de liberalização devem levar em consideração seus possíveis efeitos positivos e negativos aos setores produtivos e à economia como um todo.

	<b>INDICADOR</b>	Corrente de comércio em relação ao PIB
	<b>Fonte</b>	Banco Mundial, com estimativas próprias para os PIBs e dados da Organização Mundial do Comércio
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2021
	<b>Situação Atual</b>	32%
	<b>Meta 2034</b>	Aumentar a proporção da corrente de comércio em relação ao PIB para 45%

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Aperfeiçoar a governança e aumentar a segurança jurídica do sistema de apoio oficial às exportações:** concentrar na Camex e no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig) competências de formulação, supervisão e avaliação da política pública de financiamento à exportação, transferindo as competências de operacionalização aos operadores dos mecanismos e melhorar a interface entre a gestão do BNDES sobre as linhas de financiamento e as definições de políticas de apoio à exportação, definidas pela Camex; (CNI<sup>23</sup>)
- **Expandir agenda e acelerar a conclusão, a internalização e a implementação de compromissos bilaterais e regionais estratégicos** para a facilitação de comércio com mercados prioritários; (CNI<sup>23,31</sup>, MBC<sup>22</sup>, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>, CNC<sup>24</sup>)
- **Ampliar o intercâmbio das agências e órgãos reguladores brasileiros com os seus congêneres internacionais** e celebrar acordos de reconhecimento mútuo com os nossos principais parceiros comerciais, e em especial com países que contribuam para o desenvolvimento tecnológico; (CNI<sup>31</sup>; Ministério da Economia<sup>25</sup>)
- **Ratificar os acordos já negociados com a União Europeia e a EFTA e revisar modelo do MERCOSUL**, de modo a criar condições para promover uma abertura comercial que inclua as dimensões autônoma e negociada; (CINDES<sup>35</sup>)

## DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Concluir a implantação do Portal Único de Comércio Exterior com o novo processo de importação**, a total integração dos órgãos anuentes e intervenientes e a implantação do pagamento centralizado de taxas, encargos e contribuições e disponibilizar e manter atualizada, via Portal, a legislação aplicável ao comércio exterior do Brasil, adotada por qualquer agência ou órgão de governo; (CNI<sup>23</sup>)
- **Implementar medidas para redução de custos operacionais nas importações**, por meio da inovação e do uso mais intensivo da tecnologia, como ajustes de processo nos despachos aduaneiros que reduzam tempo na zona alfandegada e a dependência da análise física da carga nas importações recorrentes; (CNC<sup>24</sup>)
- **Potencializar o uso dos portos**, mediante logística integrada de rodovias no seu entorno e investimentos na infraestrutura dessas áreas, com simplificação e redução das tarifas portuárias, padronizando a estrutura de serviços básicos prestados pelos terminais de contêineres e eliminação da cobrança de tarifas abusivas, acompanhado do monitoramento e divulgação de estatísticas do comércio exterior brasileiro, ligadas ao transporte marítimo; (CNI<sup>23,24</sup>)
- **Adotar as melhores práticas da OCDE para tributação de CFCs** (*Controlled Foreign Companies*), ampliar o prazo de concessão do crédito presumido e da consolidação de resultados e aperfeiçoar a rede de acordos para evitar a dupla tributação (ADTs), seguindo o Modelo de Convenção da OCDE; (CNI<sup>23</sup>)
- **Ampliar os canais de crédito para atender os operadores do segmento de produtos manufaturados e implementar um modelo de promoção comercial e de atração de investimentos** que conte com a governança estratégica dos setores público e privado e a coordenação da execução das ações pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – Apex-Brasil. (CNI<sup>23,24</sup>)
- **Ampliar a atuação internacional do país em acordos e foros bilaterais**, regionais e multilaterais que abordem a agenda digital, com foco especial nos esforços para a adesão do Brasil à OCDE. (MBC<sup>38</sup>)

## PROPÓSITO 6

### ESTÍMULO À INOVAÇÃO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

- Oportunidade para ampliação dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), com espaço para o aumento do percentual de investimentos realizados pelo setor privado em pesquisa aplicada, para gerar inovação;
- Promoção de ambiente regulatório favorável à Inovação e diversificação de fontes de financiamento para facilitar os avanços em P&D e Inovação;
- Necessidade de direcionamento de estratégia para alavancar novas tecnologias e setores com potencial de impulsionar o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

	<b>INDICADOR</b>	Investimento público e privado em P&D em relação ao PIB
	<b>Fonte</b>	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com base em dados do PIB (IBGE)
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2020
	<b>Situação Atual</b>	1,14%
	<b>Meta 2034</b>	Elevar o investimento público e privado em P&D para 2% do PIB

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Estruturar uma política nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação de longo prazo, com modelo de governança bem-definido, contemplando a criação de instância de governança que inclua Estado, academia, setor empresarial, sociedade civil organizada e especialistas, vinculada à Presidência da República**, que contemple sistemática de monitoramento e avaliação dos resultados dos investimentos em inovação em curto, médio e longo prazos, com base nos objetivos estabelecidos. (MBC<sup>22</sup>; Revista de Administração Pública<sup>36</sup>; Derrubando Muros<sup>34</sup>; MEI/CNI<sup>37</sup>);
- **Fortalecer as compras públicas de inovação e estimular a contratação de pequenos negócios e startups pelo governo, a fim de dar segurança para aquisição de inovação pelo poder público**, criando capacidade para que o governo adquira soluções de alta tecnologia e estimule o desenvolvimento de tecnologia e inovação para o setor público. Capacitar e oferecer ferramentas e exemplos que possam apoiar aos processos de compras governamentais. (MBC<sup>22</sup>; Revista de Administração Pública<sup>36</sup>; MBC; Sebrae<sup>37</sup>)
- **Agilizar a aprovação do Marco Regulatório de Inovação (incluindo Lei do Bem, Lei das Startups, regulação para Inteligência Artificial), realizando os aprimoramentos necessários, em debate com atores da sociedade e setor produtivo e especialistas, bem como órgãos controladores**. Promover um ambiente regulatório alinhado às regras internacionais, que confira segurança jurídica para estímulo à inovação tecnológica. (MBC<sup>22</sup>; Sebrae<sup>39</sup>; CNI<sup>23</sup>, Fecomércio-SP<sup>27</sup>; Derrubando Muros<sup>34</sup>)
- **Ampliar a capacidade de financiamento à Inovação, por meio de ações como a criação de novas fontes de financiamento à CT&I, aproveitamento das alternativas de financiamento já existentes, redução de burocracias**

que dificultam o financiamento nacional de inovação e revisão dos fundos setoriais, bem como fortalecimento, criação e atuação de fundos patrimoniais (*endowment funds*) por entidades privadas sem fins lucrativos para captar recursos privados para ciência, tecnologia e inovação por meio de incentivos fiscais a doadores, disseminação de conhecimento sobre a importância dos fundos patrimoniais para P&D, fortalecimento da transparência e estruturação de carteira de projetos atrativas para doadores. (MBC<sup>22</sup>; MBC<sup>38</sup>; CNI<sup>23</sup>).

## DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Reformular o modelo de gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), de modo a aumentar sua aderência à Política Nacional de CT&I e garantir resultados mais efetivos para o SNCT&I.** Aumentar a dotação destinada à subvenção econômica e aporte de capital, a fim de que o FNDCT apoie projetos mais ambiciosos, de maior risco tecnológico. (CNI<sup>23</sup>)
- **Promover a ampliação de investimentos em pesquisa básica, aplicada e inovação nas empresas.** (MEI/CNI<sup>38</sup>)
- **Fomentar a cooperação internacional no tema Inovação, ampliando a atuação internacional do país em acordos e foros bilaterais, regionais e multilaterais que abordem inovação e a agenda digital,** a fim de mapear e adaptar as melhores práticas internacionais e atrair de centros de P&D e investimentos estrangeiros. (MBC<sup>39</sup>; MEI/CNI<sup>37</sup>)
- **Fomentar parcerias público-privadas para a promoção de um ecossistema favorável à Inovação, fortalecendo o incentivo à desburocratização e à simplificação das parcerias.** (MBC<sup>38</sup>; MEI/CNI<sup>37</sup>)
- **Estimular e conferir segurança jurídica para produtos inovadores por meio de ações como: revisão de limite de dedutibilidade de royalties relativos a produtos inovadores, incentivo à formação de capital de risco para investimentos; criação de *sandboxes* regulatórios e regulação mínima necessária,** com participação do setor produtivo, academia e sociedade civil, para conferir segurança jurídica aos novos investimentos em inovação, alinhada às regras internacionais, garantindo a integração do Brasil ao mercado internacional. (MBC<sup>22</sup>; MBC<sup>38</sup>)
- **Incentivar o empreendedorismo e inovação nas empresas** por meio de programas, plataformas e organizações promovam capacitação, apoio técnico, incubadoras, apoio à formação de clusters e redes de inovação, colaboração em P&D e alinhamento entre empresas e academia e institutos de pesquisa. (Revista de Administração Pública<sup>36</sup>)
- **Aumentar a cooperação entre empresas, academia e centros de pesquisas para estimular pesquisas voltadas para inovação em produtos, serviços e processos.** Criar plataformas de colaboração pública-privada para identificar lacunas de habilidades e remodelar educação e treinamento para o futuro do trabalho; promover a abertura das Universidades Federais e Centros de Pesquisa para celebrar acordos com a iniciativa privada e receber recursos das empresas privadas para P&D, pensando em formatos que permitam o financiamento de centros de pesquisa por empresas privadas e o recebimento, pelas universidades públicas, de royalties oriundos das patentes e descobertas tecnológicas que forem aplicadas pelas empresas (MBC<sup>38</sup>; Derrubando Muros<sup>34</sup>; Fórum Econômico Mundial<sup>40</sup>).

## SETORES PRODUTIVOS

### PROPÓSITO 7

#### AGROPECUÁRIA FORTE, INDEPENDENTE E TECNOLÓGICA, CAPAZ DE ABASTECER O PAÍS E O MERCADO EXTERNO DE FORMA SUSTENTÁVEL

- Responsável por 8% do PIB nacional em 2021, a agropecuária brasileira ganhou destaque nas últimas duas décadas;
- No Brasil e no mundo, os principais desafios para os próximos anos são aliar o crescimento do setor às questões de sustentabilidade, inclusive a ambiental, e elevar o grau de eficiência na produção;
- Plano ABC+ contém metas ousadas que podem tornar o agronegócio brasileiro descarbonizante;
- Apesar de o Brasil possuir clima favorável, terras agricultáveis e produtores competentes, o país carece da produção de um insumo essencial para o setor: os fertilizantes. Mais de 80% dos fertilizantes utilizados no país são importados, o que nos torna dependentes em um mercado dominado por poucos fornecedores.

	<b>INDICADOR 1</b>	Taxa de crescimento médio anual do PIB agropecuário
	<b>Fonte</b>	IBGE - Contas Nacionais Trimestrais
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2021
	<b>Situação Atual</b>	13% (média de crescimento anual de 2011 a 2021)
	<b>1ª Meta 2034</b>	Garantir taxa de crescimento médio do PIB agropecuário de ao menos 8% ao ano até 2034

	<b>INDICADOR 2</b>	Emissão de carbono equivalente (CO <sub>2</sub> eq) pela Agropecuária e hectares com adoção de práticas ABC
	<b>Fonte</b>	Sistema Integrado de Informações do Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (SIN-ABC)
	<b>Periodicidade</b>	Decenal
	<b>Último dado</b>	Período 2010-2020
	<b>Situação Atual</b>	Redução de 70 milhões de toneladas de carbono equivalente (CO <sub>2</sub> eq), em mais de 50 milhões de hectares agriculturáveis
	<b>2ª Meta 2034</b>	Reduzir a emissão de carbono equivalente (CO <sub>2</sub> eq) em 1,1 bilhão de toneladas, a partir da adoção de práticas sustentáveis em mais de 72 milhões de hectares de terras agriculturáveis

## PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Fortalecer estratégias e desenvolver tecnologias para a redução dos danos ambientais ocasionados pela agropecuária**, que prevejam a gestão integrada de recursos naturais (biodiversidade, água e solo) e da produção (integração lavoura-pecuária-floresta), o uso racional de agrotóxicos, a resiliência da produção, a migração para o uso de energias renováveis com a conversão, por exemplo, de biomassas e resíduos agroindustriais em biocombustíveis e biofertilizantes (expansão do RenovaBio), a adesão do setor aos parâmetros ESG, a adoção de conceitos de Economia Circular e de soluções para a neutralidade de carbono; (MAPA<sup>41</sup>, Derrubando Muros, Embrapa<sup>42</sup>, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; FGV<sup>43</sup>; Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos<sup>44</sup>)
- **Ampliar a conectividade no campo**, a partir, por exemplo, do compartilhamento de infraestruturas de redes (telecomunicações e energia elétrica), visando a inserção e difusão de tecnologias da agricultura de precisão e digital para ganhos de produtividade, menor dependência de fertilizantes e redução de danos ao meio ambiente; (FGV<sup>43</sup>; Embrapa<sup>42</sup>; BNDES<sup>7</sup>; Banco Mundial<sup>45</sup>)
- **Promover a ampliação, a qualificação e o cruzamento de bases de dados e informações de diferentes instituições sobre recursos naturais nacionais**, com incentivo ao maior compartilhamento de dados relacionados às cadeias produtivas, com intensificação do uso de arquiteturas big data e ferramentas de mineração de dados; (MAPA<sup>41</sup>; IPEA<sup>46</sup>; Embrapa<sup>42</sup>)
- **Intensificar a geração de conhecimentos, soluções tecnológicas e programas de assistência técnica que contribuam para a implementação de políticas públicas no setor**, como a regularização da remuneração por serviços ambientais que ajudem a preservar as florestas, regularização fundiária e acesso a financiamentos que viabilizem práticas produtivas e alternativas tecnológicas sustentáveis voltadas para o desenvolvimento regional sustentável, inclusão produtiva, maior qualificação da mão de obra rural e redução da pobreza no campo, agregando pequenos, médios e grandes produtores; (MAPA<sup>41</sup>; FGV<sup>43</sup>; Embrapa<sup>42</sup>)

## DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Instituir programas de disseminação dos princípios orientadores do bem-estar animal e da produção de alimentos orgânicos e neutros em carbono**, visando, dentre outros objetivos, a certificação e o alcance de novos mercados; (MAPA<sup>41</sup>; FGV<sup>43</sup>)
- **Fomentar, via Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA), a inovação e o uso de soluções tecnológicas**, tais como nanotecnologia, biotecnologia, recursos genéticos, engenharia genética, agricultura digital, entre outros, para o aumento sustentável da produtividade e agregação de valor a produtos, processos e serviços das cadeias agropecuárias e agroindustriais, a fim de beneficiar economicamente comunidades locais, associações e cooperativas; (MAPA<sup>41</sup>, IPEA<sup>46</sup>; FGV<sup>43</sup>; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; Embrapa<sup>42</sup>; BNDES<sup>7</sup>; Banco Mundial<sup>45</sup>)
- **Incentivar a colaboração na geração e transferência de conhecimento e inovação** entre atores públicos e privados – regional, nacional e internacionalmente, de modo estratégico para ampliar de forma sustentável a produção e competitividade agrícola e oferecer fontes competitivas de insumos e fertilizantes, visando reduzir a dependência de importação; (MAPA<sup>41</sup>; Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos<sup>44</sup>; FGV<sup>43</sup>)
- **Desenvolver e direcionar pacotes de políticas coerentes que abranjam oportunidades e desafios enfrentados pelo setor e domicílios agrícolas**, incluindo a ampliação e a diversificação de fontes de financiamento, para a convergência com o crescimento econômico e produtivo, aumento de investimentos, geração de empregos e garantia da disponibilidade de serviços públicos que beneficiem produtores rurais; (MAPA<sup>41</sup>; FGV<sup>43</sup>; Embrapa<sup>42</sup>, CNA<sup>47</sup>)

- **Modernizar o sistema de fiscalização e auditoria agropecuária** por meio do estabelecimento da obrigatoriedade de adoção de programas de autocontrole pelos agentes regulados pela Secretaria de Defesa Agropecuária e a criação de Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária para tratar da melhoria contínua dos procedimentos e produtos do setor; (Especialista Setorial)
- **Otimizar a infraestrutura de armazenamento e logística**, com incentivo à construção de armazéns e melhoria da logística existente, a exemplo de hidrovias, ferrovias e portos, com atração de investimentos públicos e privados, de maneira convergente com o Plano Nacional de Logística. (MAPA<sup>41</sup>; BNDES<sup>7</sup>)

## PROPÓSITO 8

### REINDUSTRIALIZAÇÃO PARA GERAÇÃO DE VALOR À PRODUÇÃO NACIONAL

- Desde 2008 o Brasil vem passando por um processo de desindustrialização, caracterizado pelo descolamento entre o crescimento do PIB e o da produção industrial. Quedas em indicadores como participação na produção mundial, exportações do setor e contribuição ao PIB nacional evidenciam este movimento;
- No entanto, em economias em transição, como a do Brasil, a indústria de transformação é fundamental por fomentar a interação entre diversos setores, criando cadeias produtivas e alavancando a difusão tecnológica, que por sua vez promove o crescimento agregado da produtividade, *know-how* e inovação, beneficiando toda a economia;
- Atividades industriais de maior valor agregado têm, portanto, sido tradicionalmente consideradas o principal caminho que as economias podem seguir para alcançar níveis de renda mais altos e fornecer meios de subsistência sustentáveis para sua população;
- Já fomos o oitavo país no ranking dos maiores produtores industriais. Em 2021 ocupamos a 15ª posição, com participação de apenas 1,28% da produção mundial. Movimento parecido foi observado nas exportações, tendo o setor perdido espaço para os produtos primários (agropecuária e indústria extrativa), com a participação no total exportado pelo país caindo de 75% na década de 1990, para 53% em 2020. Também o PIB do setor, que na década de 1980 ultrapassou os 30% do PIB brasileiro, chegou aos 10% em 2021;
- Necessidade de recuperação baseada em políticas horizontais (tributação, juros, câmbio, educação, infraestrutura, etc.) e verticais de apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, pautadas em processos socioambientais sustentáveis.

	<b>INDICADOR 1</b>	Participação da Indústria da Transformação no PIB
	<b>Fonte</b>	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) - Base MVA
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2021
	<b>Situação Atual</b>	10%
	<b>1ª Meta 2034</b>	Aumentar para 15% a contribuição da Indústria de Transformação ao PIB

	<b>INDICADOR 2</b>	Percentual de exportações da Indústria da Transformação em relação aos demais setores
	<b>Fonte</b>	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) - Base MVA
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2020
	<b>Situação Atual</b>	53%
	<b>2ª Meta 2034</b>	Elevar para 65% a contribuição da Indústria da Transformação para as exportações brasileiras

	<b>INDICADOR 3</b>	Posição do Brasil no ranking dos maiores produtores da Indústria de Transformação (VA) mundial
	<b>Fonte</b>	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) - Base MVA
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2021
	<b>Situação Atual</b>	15ª posição
	<b>3ª Meta 2034</b>	Posicionar o país dentre os doze maiores produtores da Indústria de Transformação mundial

## PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Desenvolver política industrial no nível do produto** e não somente do setor, com prioridades, missões e metas claras (competitividade, produtividade, inovação, viés exportador e geração de empregos), e instituir autoridade responsável por sua elaboração, execução e monitoramento, com a configuração de uma agência independente com corpo diretivo baseado em competências técnicas, que opere sobre métricas de resultado e impacto, e tome medidas de revisão sempre que necessário; (CNI<sup>23,31</sup>; ABDIB<sup>28</sup>; BNDES<sup>7</sup>)
- **Estimular o desenvolvimento da indústria 4.0**, por meio da aceleração da disponibilização da rede 5G de telecomunicações, de medidas fiscais e creditícias, e da atração de empresas e centros de P&D para os parques e clusters industriais brasileiros, visando a competição no cenário nacional e internacional, com o desenvolvimento de produtos e serviços de alta qualidade e valor agregado; (CNI<sup>23,31</sup>; ABDIB<sup>28</sup>, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; Ministério da Economia<sup>25</sup>; MBC<sup>22</sup>; Derrubando Muros<sup>34</sup>)
- **Ampliar a integração do país à cadeia produtiva mundial da indústria**, a partir de articulação política internacional, aproveitando, inclusive e principalmente, as vantagens comparativas brasileiras rumo a uma economia mais verde e a distância de zonas de conflito que potencializam a atração de investidores para a produção de insumos de alto teor tecnológico, tais como semicondutores e hidrogênio verde; e (CNI<sup>31</sup>; ABDIB<sup>28</sup>; Fundação Dom Cabral<sup>30</sup>; Derrubando Muros<sup>34</sup>)
- **Priorizar a produção industrial com baixa pegada de carbono**, impulsionada pelo fomento a inovações para a captura e armazenamento de CO<sub>2</sub>, redução de emissões atmosféricas e do uso de água e energia, simplificação e desburocratização da logística reversa, maior responsabilização e comprometimento setorial contra a obsolescência programada, normatização de mecanismos em prol da economia circular, aceleração da transição energética, e regulação de um mercado de carbono. (CNI<sup>23,48</sup>; BNDES<sup>7</sup>; FGV<sup>43</sup>; CNI; Observatório do Clima<sup>49</sup>; Derrubando Muros<sup>34</sup>)

## DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Compatibilizar ambiente macroeconômico com as políticas industriais** (segurança jurídica, tributação da Renda Corporativa e da Renda do Consumo, câmbio, juros, grau de abertura comercial, cunha fiscal sobre investimentos e exportações, isonomia tributária perante competidores internacionais, custos à importação tecnológica e financeira); (CNI<sup>23,31</sup>; ABDIB<sup>28</sup>; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; BNDES<sup>7</sup>)
- **Dinamizar**, via aperfeiçoamento do INPI e seus procedimentos, **o sistema de propriedade industrial do país** para fomento a ativos intangíveis; (CNI<sup>23,31</sup>; ABDIB<sup>28</sup>; Ministério da Economia; BNDES<sup>7</sup>; Ministério do Planejamento<sup>25</sup>, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; Derrubando Muros)

- **Criar fundo de desenvolvimento para a inovação no setor industrial**, com definição de meta no orçamento da União, para ações via EMBRAPAII, FINEP, etc, e para o desenvolvimento de programas de pesquisa e qualificação tecnológica da mão de obra; (CNI<sup>23,31</sup>; ABDIB<sup>28</sup>; Ministério da Economia<sup>25</sup>; BNDES; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; Derrubando Muros<sup>34</sup>)
- **Promover o acesso ao crédito** através de bancos públicos de desenvolvimento e benefícios ao setor produtivo, acompanhados de metas de desempenho e monitoramento de resultados de forma transparente, incentivar empréstimos privados através de sistema de equalização de taxas de juros, com subsídios explícitos no orçamento da União e ampliar o conjunto de ativos que podem ser utilizados como garantia; e (CNI<sup>23,31</sup>; ABDIB<sup>28</sup>)
- **Atualizar as regras de trabalho** tendo em vista as inovações tecnológicas mais recentes, a fim de reduzir a falta de clareza na legislação que motiva interpretações não consistentes na aplicação das leis; e harmonizar legislações de SST e Previdência, com foco na promoção de segurança e amparo aos trabalhadores sem insegurança jurídica e custos desproporcionais para as empresas. (CNI<sup>23,31</sup>)

## PROPÓSITO 9

### TURISMO COMO PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO FORTALECIMENTO REGIONAL

- No setor de serviços e comércio, o turismo se destaca pelo potencial de atração de divisas, aumento e distribuição da renda, fortalecimento regional, implantação de infraestrutura, provimento de serviços públicos de qualidade, valorização cultural e preservação ambiental;
- Em 2022 o turismo alavancou a recuperação pós-pandemia do setor de Serviços, que por sua vez sustentou a alta do PIB;
- No Brasil, apesar da natureza e cultura pujantes, o segmento ainda não configura uma política de Estado que incorpore a miríade de fatores que permitem que seu desenvolvimento seja efetivamente sustentável;
- Embora tenhamos atingido importantes avanços nas últimas duas décadas, ainda são evidentes alguns entraves, como a baixa qualificação de produtos, carência de infraestrutura e ordenamento que compromete a preservação ambiental e a experiência do visitante, deficiências em estratégias de marketing, e descontinuidades na execução de planejamentos;
- Nossa produção turística direta, indireta e induzida (PIB turístico) flutua em torno dos 7% há anos, sendo aproximadamente 95% dos gastos turísticos realizados por brasileiros em viagens domésticas.

	<b>INDICADOR 1</b>	PIB do setor de Viagens e Turismo
	<b>Fonte</b>	World Travel & Tourism Council (WTTC) - Relatórios de Impactos Econômicos
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2019 (Apesar de haver publicação de 2021, optou-se por utilizar como base o último ano pré-pandemia)
	<b>Situação Atual</b>	R\$ 667,8 bilhões (7,7% do PIB brasileiro em 2019)
	<b>1ª Meta 2034</b>	Elevar o PIB do setor de Viagens e Turismo para R\$ 1,2 trilhão (crescimento médio anual de 5% a partir de 2019)

	<b>INDICADOR 2</b>	Pontuação no <i>Travel &amp; Tourism Development Index</i>
	<b>Fonte</b>	Fórum Econômico Mundial (WEF) - <i>Travel &amp; Tourism Development Index</i>
	<b>Periodicidade</b>	Bianual
	<b>Último dado</b>	2021
	<b>Situação Atual</b>	4,2 pontos
	<b>2ª Meta 2034</b>	Atingir e manter, no mínimo, 4,7 pontos no índice geral do <i>Travel &amp; Tourism Development Index</i>

## PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Promover uma governança forte e que estabeleça o turismo como política de estado**, reunindo organismos públicos, privados e a sociedade civil organizada, a partir da modernização da Lei Geral do Turismo, e do relacionamento intersetorial e entre as três esferas governamentais, a fim de garantir a execução e a continuidade das estratégias desenhadas nos planejamentos, incluindo aquelas mais proximamente relacionadas a outros setores, como infraestrutura básica, mobilidade e comunicações; (OMT<sup>50</sup>; CNC<sup>24</sup>; OCDE<sup>51</sup>; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; Fecomércio-SP<sup>27</sup>).
- **Instituir Programa de Qualificação e Certificação de Produtos Turísticos**, com foco na experiência do visitante, por meio da capacitação de gestores públicos, empresários e colaboradores, da estruturação dos atrativos, serviços e equipamentos, e do combate à informalidade, tendo como base a digitalização dos negócios, a sustentabilidade, a segurança, a inclusão e o estímulo à inovação; (CNC<sup>24</sup>; MTur<sup>52</sup>)
- **Efetivar robusto sistema nacional de inteligência do turismo**, orientado para a captação, geração e compartilhamento de dados e informações, com uso intensivo de ferramentas tecnológicas (tais como *big data* e inteligência artificial) e ênfase na aplicabilidade para o planejamento, a gestão e o monitoramento dos impactos e desempenho do setor. (CNC<sup>24</sup>; MTur<sup>52</sup>; OCDE<sup>53</sup>; OMT<sup>50</sup>; IPEA<sup>54</sup>)
- **Incluir a temática do turismo nos ensinos fundamental e/ou médio** como forma de estimular a hospitalidade, o empreendedorismo, e a conscientização sobre benefícios e riscos da atividade, especialmente nas regiões e municípios onde o setor tem maior representatividade socioeconômica; (CNC<sup>24</sup>)

## DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Desenvolver planejamento e ações consistentes de marketing e promoção** direcionados aos mercados-alvo nacionais e internacionais, com posicionamento bem definido para cada segmento, alinhados às tendências mundiais de consumo, foco nas ferramentas digitais tais como redes sociais e *marketplaces* do turismo, e relacionamento com o setor de entretenimento e mídias; (CNC<sup>24</sup>; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; MTur<sup>52</sup>; Fecomércio-SP<sup>27</sup>)
- **Incentivar investimentos no turismo sustentável** enquanto um dos caminhos para a Economia Verde, notadamente representado pelos segmentos de natureza e cultura, a partir da estruturação de Unidades de Conservação (UCs) para visitação e criação de normas que estabeleçam condições especiais de atuação, como modelos diferenciados de contratação de mão de obra (dadas as particularidades deste mercado), acesso facilitado a crédito e financiamento e incentivos fiscais; (IPEA<sup>54</sup>; OCDE<sup>57</sup>; MTur<sup>52</sup>; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; CNC<sup>24</sup>)
- **Estimular a elaboração, execução e monitoramento, de modo participativo, sistêmico e integrado, de planejamentos estratégicos** de curto, médio e longo prazos para o setor como um todo e para seus segmentos, nas três esferas governamentais, com base em metodologias de Destinos Turísticos Inteligentes, dados consistentes e tendências de mercado; (OCDE<sup>51</sup>; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; MTur<sup>52</sup>)
- **Estruturar o ecossistema de empreendimentos inovadores e de base tecnológica em turismo**, articulado com o Sistema Nacional de CT&I e responder a desafios do setor com base na inovação e na tecnologia (MTur<sup>52,55</sup>; OMT<sup>50</sup>; CNC<sup>24</sup>)
- **Intensificar as estratégias de regionalização do turismo**, incluindo o fortalecimento das instâncias de governança regionais e a elaboração de Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS, combinadas à concepção do município enquanto unidade de gestão, e à metodologia de Destinos Turísticos Inteligentes. (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; MTur<sup>52</sup>; CNC<sup>24</sup>)
- **Desenvolver política intersetorial para atração de eventos internacionais** ao país, que congregue esforços e rede de relacionamentos de *Conventions & Visitors Bureau*, entidades de classe do setor, estados, municípios e academia; (CNC<sup>24</sup>)

## PROPÓSITO 10

### INCENTIVO À FORMALIZAÇÃO E À PROSPERIDADE DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- No Brasil, 99% dos CNPJs estão enquadrados como micro e pequenas empresas (MPEs);
- O fomento às empresas de menor porte é uma alta prioridade para muitos governos em todo o mundo, dada sua relevância para o desenvolvimento econômico inclusivo;
- A participação das pequenas e médias empresas no PIB de países em desenvolvimento é, em média, de 35%, enquanto nos países desenvolvidos, é, em média, de 50%. No Brasil, estima-se que a contribuição seja de 30% ao PIB, com a geração de 55% dos empregos formais;
- Ainda que o Estado brasileiro confira tratamento diferenciado a estas empresas, muitas ainda têm dificuldades para crescer e se integrar ao mercado global, ou não querem crescer, com receio dos encargos atribuídos a empresas de maiores portes.

	<b>INDICADOR 1</b>	Contribuição das MPEs ao PIB
	<b>Fonte</b>	Sebrae e FGV - Participação das MPE na economia nacional e regional
	<b>Periodicidade</b>	Sem periodicidade definida
	<b>Último dado</b>	2020
	<b>Situação Atual</b>	30%
	<b>1ª Meta 2034</b>	Aumentar para 40% a contribuição das MPEs ao PIB

	<b>INDICADOR 2</b>	Pontuação do país no National Entrepreneurial Context Index (NECI)
	<b>Fonte</b>	Global Entrepreneurship Monitor (GEM)
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2021
	<b>Situação Atual</b>	3,6 pontos
	<b>2ª Meta 2034</b>	Atingir e manter, no mínimo, 5 pontos no índice geral do <i>National Entrepreneurial Context Index</i>

## PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Promover a inovação e a inserção das MPEs na economia digital**, a partir do direcionamento de instrumentos financeiros (incluindo o FNDCT e os fundos constitucionais das regiões), da regulamentação do capítulo “Do Estímulo à Inovação” da LC 123, do apoio a incubadoras e aceleradoras, da adequação da Lei do Bem, e do fomento à formação de novas Indicações Geográficas (IG); (Ministério da Economia<sup>25</sup>; Banco Mundial<sup>45</sup>; IPEA<sup>54,56</sup>; CNI<sup>57</sup>; Sebrae<sup>57</sup>; CNC<sup>24</sup>)
- **Estimular formas inovadoras de captação de recursos e facilitar o crédito às MPEs** por intermédio da previsão anual ao Pronampe, maior disponibilidade para os fundos garantidores nacionais, criação, regulamentação e ampliação de linhas de crédito direcionadas (com redução de custos e desburocratização), estímulo à inclusão de novos atores no sistema financeiro, e redução das exigências burocráticas nos bancos públicos ou repasses para operações abaixo de R\$ 10 mil; (Ministério da Economia<sup>25</sup>; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; Banco Mundial<sup>45</sup>; IPEA<sup>54,56</sup>; CNI<sup>57</sup>; Sebrae<sup>39</sup>; Derrubando Muros<sup>34</sup>; CNC<sup>24</sup>)
- **Proporcionar uma educação empreendedora** ao país, a partir do estabelecimento de parcerias com atores do ecossistema de educação para a oferta de cursos a secretários de educação e professores, do apoio a escolas para que trabalhem competências empreendedoras e itinerários formativos previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), incluindo a utilização de ferramentas diagnósticas que verifiquem o nível de implantação da educação empreendedora; (Sebrae<sup>39</sup>; Derrubando Muros<sup>34</sup>)
- **Regulamentar a Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas (PNADEMPE)**; e (IPEA<sup>56</sup>)
- **Simplificar a transição do Simples para o modelo mais complexo** (médias e grandes empresas), a fim de incentivar a expansão dos negócios. (Derrubando Muros<sup>34</sup>)

## DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Desburocratizar e simplificar a atuação das MPEs**, através do estímulo à completa adesão de prefeituras, órgãos de licenciamento e tributários à REDESIM, da garantia da fiscalização orientadora, da adoção e promoção do uso de assinaturas avançadas, da automatização de todos os processos de licenciamento, e da simplificação dos procedimentos de inspeção e fiscalização de produtos artesanais de origem animal; (Sebrae<sup>39</sup>; IPEA<sup>54,56</sup>)
- **Facilitar o acesso de MPEs às compras públicas** a partir da padronização de procedimentos e editais e do tratamento diferenciado, que inclua pagamentos em menores prazos, (re)definição de limites mínimos de contratação com MPEs por órgão, e fortalecimento do programa de antecipação de recebíveis do governo federal; (Ministério da Economia<sup>25</sup>; CNI<sup>57</sup>; Sebrae<sup>39</sup>; IPEA<sup>56</sup>; CNC<sup>24</sup>)
- Elevar a eficiência das MPEs, mediante a **criação de programas de capacitação de empreendedores** para a gestão, digitalização do negócio, e atuação competitiva em seus setores e segmentos; (CNI<sup>57</sup>; IPEA<sup>56</sup>; Derrubando Muros<sup>34</sup>)
- **Descomplicar o sistema tributário e fiscal** por intermédio da retirada dos valores do Simples do Demonstrativo de Gasto Tributário da LDO, da eliminação e substituição tributária do ICMS, da digitalização de procedimentos fiscais, automatização e redução de obrigações acessórias, e da adoção da Nota Fiscal Única e do CNPJ como identificador fiscal único; (Sebrae<sup>39</sup>; IPEA<sup>56</sup>)

- **Identificar e desenvolver as vocações produtivas nos territórios**, com base no apoio a setores estratégicos locais e regionais, organização e fortalecimento de governanças participativas, programas de capacitação e de coalizão de lideranças locais, e do estímulo aos APLs para a preparação das MPEs com vistas obterem maior acesso a soluções e mercados; (Sebrae<sup>39</sup>)
- **Ampliar oportunidades de MPEs brasileiras a parcerias internacionais**, por meio do estímulo à capacitação e fornecimento de informações para aquelas que buscam acesso a mercados estrangeiros, bem como linhas de crédito internacionais; e (IPEA<sup>54,56</sup>; IPEA<sup>57</sup>; Derrubando Muros<sup>34</sup>; CNC<sup>24</sup>)
- **Intensificar a articulação e fortalecer a governança** entre os atores que fazem parte do ecossistema das MPEs, a partir do fortalecimento do Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa, de maior proximidade com a Frente Parlamentar das MPEs, e no apoio às iniciativas via Secretaria da Micro e Pequena Empresa. (IPEA<sup>56</sup>; Sebrae<sup>39</sup>)

## 🎯 PROPÓSITO 11

### FOMENTO À TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO SETOR PRODUTIVO

- A transformação digital promove ganhos em inovação, aumento na produtividade e crescimento econômico em todos os setores;
- A produtividade da oferta digital é três vezes superior à produtividade das demais atividades, e o crescimento de suas ocupações é superior à demais ocupações, com remuneração acima da média para os trabalhadores;
- Empresas brasileiras ainda apresentam modelos de negócios tradicionais e dificuldades para realizar a transformação digital estratégica de seus negócios;
- O nível de maturidade digital de MPEs brasileiras ainda é incipiente, demonstrando a dificuldade ainda maior das empresas desses portes em evoluir no processo de digitalização;

	<b>INDICADOR</b>	Média de maturidade digital das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) brasileiras
	<b>Fonte</b>	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Mapa da Digitalização das Micro e Pequenas Empresas Brasileiras
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2022
	<b>Situação Atual</b>	41,47 pontos (escala que varia de 0 a 100 pontos)
	<b>Meta 2034</b>	Aumentar a média de maturidade digital das MPEs brasileiras para 55

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Reativar e fortalecer o Conselho Consultivo da Transformação Digital e Fortalecer e ampliar o papel do Comitê Interministerial para a Transformação Digital – CITDigital** (MBC<sup>22</sup>)
- **Aperfeiçoar o sistema de estatísticas nacionais para incorporar aspectos da transformação digital de forma mais consistente.** Desenvolver uma metodologia para medir a digitalização da economia, o impacto na produtividade e no PIB, de forma comparativa com parâmetros internacionais que permita monitorar esta evolução. (MBC<sup>22</sup>)
- **Estimular e viabilizar a digitalização das micro e pequenas empresas,** criando condições econômicas e fiscais para inovação em processos, produtos/serviços. (MBC<sup>38</sup>; Derrubando Muros<sup>34</sup>)

### DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Acelerar a implementação de políticas de estímulo a novas tecnologias e auxiliares da transformação digital com base no uso de dados.** (MBC<sup>22</sup>)
- **Fortalecer ações de desenvolvimento do ecossistema digital,** incentivar o empreendedorismo digital, startups, pequenas e médias empresas e a cooperação com empresas de maior porte, principalmente na área de desenvolvimento

de soluções em nuvem e Dados & IA, consultoria, ciência de dados e segurança cibernética. (MBC<sup>22</sup>; Sebrae<sup>39</sup>)

- **Criar um sistema de incubação para incentivar e proteger empresas que estejam desenvolvendo produtos digitais com tecnologias de ponta e com potencial de escalabilidade** (tais como Biotecnologia, nanotecnologia, desenvolvimento de novos materiais, Web 3.0, Indústria 4.0, Cripto+blockchain, IA+RV+RA, Metaverso, Superapps, Sustainable technology) (Especialista Setorial);
- **Integrar o país às cadeias globais de valor no setor espacial, a fim de absorver as tecnologias de ponta no setor (GPS, telecomunicações, meteorologia e monitoramento ambiental)**, destacando diferencial competitivo em temas como agronegócio, mineração e desenvolvimento sustentável como resultado do uso de soluções de base espacial. (Especialista setorial).
- **Fomentar a criação de soluções digitais de aplicação prática** nas cadeias produtivas; (MBC<sup>38</sup>)
- **Acelerar a implementação de políticas de estímulo a novas tecnologias e auxiliares da transformação digital** com base no uso de dados; (MBC<sup>38</sup>)
- **Aprimorar os instrumentos de apoio a empresas para a difusão de tecnologias digitais** no Brasil; (MBC<sup>38</sup>)
- **Promover a desoneração de bens e serviços críticos estrangeiros;** (MBC<sup>38</sup>)
- **Estabelecer mecanismos para a transferência internacional de dados;** (MBC<sup>38</sup>)
- **Criar estrutura vinculada à Presidência da República**, de caráter transversal, com orçamento robusto e equipe completa e qualificada, centralizando o planejamento, a coordenação e a articulação no âmbito federal e subnacional. (MBC<sup>38</sup>)

## PROPÓSITO 12

### ECONOMIA VERDE COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO GENUÍNO E ÚNICO PARA O BRASIL

- “Economia Verde” é a expressão que diz respeito ao modelo econômico que resulta em um maior bem-estar humano e equidade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica.
- A transição rumo a este modelo é um processo de médio a longo prazo, que exige forte liderança dos Estados, em cooperação com a iniciativa privada e a sociedade civil.
- O processo deve prever uma transição justa, que enfrente desigualdades econômicas e sociais estruturais, com políticas voltadas para a inclusão de grupos vulneráveis, como mulheres, negros, povos indígenas e comunidades tradicionais.
- O Brasil há anos desenvolve importantes políticas com vistas ao desenvolvimento sustentável, e detém vantagens comparativas nos temas de segurança alimentar, transição energética e captura de carbono;
- A Economia Verde, futuro implacável do novo mundo, é “a cara” do Brasil, o que deve ser aproveitado como oportunidade para alçar o país a protagonista mundial no assunto.

	<b>INDICADOR</b>	Superávit / déficit ecológico
	<b>Fonte</b>	Footprint Data Foundation - National Footprint and Biocapacity Accounts
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2018
	<b>Situação Atual</b>	6 gha (hectare global)
	<b>Meta 2034</b>	Atingir e manter o superávit ecológico de 7 gha (hectare global)

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Criar Plano Nacional para o Desenvolvimento da Economia Verde**, que inclua: (IDS<sup>58</sup>)
  - Elaboração de uma política industrial e de inovação tecnológica nacional que reorienta investimentos robustos através de Fundos Constitucionais e dos principais agentes financeiros públicos para setores verdes da economia, com prioridade para o desenvolvimento de uma indústria nacional de baixo carbono e com incentivos à inovação para o desenvolvimento de Soluções Baseadas na Natureza que contribuam para a preservação da biodiversidade brasileira.
  - Criação de uma política de compras públicas sustentáveis, integrando o sistema de compras governamentais a ferramentas de monitoramento da aplicação de critérios climáticos e socioambientais.
  - Criação de uma agenda política para destravar gargalos regulatórios setoriais que impedem o surgimento e o crescimento de novos empreendimentos verdes, e que reduzem sua competitividade frente aos setores e atividades econômicas não-alinhadas com políticas e metas climáticas e ambientais.

- Estabelecimento de critério para a elaboração e aprovação de todas as políticas públicas e concessão de incentivos e renúncias fiscais, a obrigatoriedade de análise de impacto e justificativa de conformidade com os objetivos ambientais brasileiros.

- **Aprovar a PEC do Clima, metas e mecanismos de acompanhamento para o Brasil zerar emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).** (IDS<sup>58</sup>)

- **Internalizar as variáveis ambientais na tomada de decisão econômica** como incentivo à adoção de modelos sustentáveis de produção e consumo (Ministério da Economia<sup>25</sup>);

- **Estabelecer em lei federal critérios e processo para a criação de uma taxonomia para atividades econômicas sustentáveis**, estabelecendo indicadores ambientais e sociais. (IDS<sup>58</sup>)

- **Ampliar investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação para a sustentabilidade**, com a criação de novos mecanismos de financiamento, inspirados em políticas de fomento já existentes. (IDS<sup>58</sup>)

## DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Fomentar setores estratégicos para a Economia Verde**, tais como a energia solar, a mobilidade elétrica, a bioeconomia, a agricultura sustentável, o turismo de natureza e a economia circular e a reciclagem. (IDS<sup>58</sup>)

- **Promover uma Reforma Tributária Sustentável** sem comprometer a arrecadação, dentro dos princípios do equilíbrio fiscal, do não aumento da carga tributária, da essencialidade e progressividade socioambiental. (IDS<sup>58</sup>)

- **Promover atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade**, propiciando a inclusão social e produtiva das comunidades locais (Ministério da Economia<sup>25</sup>);

- **Incentivar compras públicas sustentáveis** para aquisição de materiais e para contratações de serviços e de investimentos (Ministério da Economia<sup>25</sup>);

- **Estabelecer novas estratégias, conceder novos incentivos econômicos e fortalecer os existentes para a exploração dos produtos da socio biodiversidade**, especialmente os referentes às atividades indígenas, à agricultura familiar, orgânica e ao agro extrativismo. (Ministério da Economia<sup>25</sup>, Observatório do Clima<sup>49</sup>)

# EDUCAÇÃO



## PAÍS ALFABETIZADO E MAIS PREPARADO PARA O FUTURO

A qualidade da educação está profundamente relacionada à competitividade e capacidade de desenvolvimento de uma nação<sup>107</sup>. Sem investimentos robustos no ensino e desenvolvimento pleno de seus cidadãos não é possível ao país alcançar a totalidade de seu potencial e ocupar níveis elevados de desenvolvimento social e econômico. A baixa qualidade do ensino, altos índices de evasão escolar e as desigualdades sociais, geográficas, raciais e de gênero ainda se fazem muito presente nos desafios enfrentados no âmbito educacional no Brasil e constituem um significativo obstáculo para o alcance de níveis de excelência da educação brasileira. Este cenário foi ainda mais agravado pela pandemia da Covid-19, tendo sido as lacunas e desigualdades já existentes potencializadas pelo longo período de fechamento das escolas e a adoção do ensino remoto<sup>108</sup>. Desse modo, os desafios que já eram grandes foram aprofundados e demandarão nos anos futuros ainda mais esforços e estratégias para serem transpostos.

Para a mudança desse cenário é necessária uma série de iniciativas e ações. No Brasil, ainda que grande parte das crianças esteja matriculada nas escolas e os recursos destinados à educação não sejam considerados baixos, o retorno observado não está adequado ao nível de gastos, sendo considerado insuficiente e abaixo do seu potencial. Dessa forma, é fundamental o aprimoramento de políticas e processos educacionais e maior eficiência no gerenciamento dos recursos disponíveis, com análises que pautem o seu direcionamento para ações prioritárias e com maior potencial de promoverem avanços, assim como reestruturações focadas na melhoria do ensino e dos indicadores nacionais e internacionais de educação.

Os gastos do Brasil com educação são considerados relativamente altos. Em 2022, a parcela do PIB destinada à educação foi de 6%, valor correspondente a média dos países membros da OCDE. Em relação à parcela de gastos públicos do governo, em 2018 o valor destinado pelo Brasil à educação básica foi de 3,9% do PIB, valor acima da média da OCDE, que nesse período foi de 3,1%<sup>109,110</sup>, como mostrado no Gráfico 11. No entanto, os desafios existentes na educação brasileira são maiores e mais profundos do que os existentes nesses países. Ao se analisar o panorama educacional do Brasil, é preciso considerar que esse nível de investimento foi alcançado apenas na última década e que o valor do PIB brasileiro é menor comparado ao desses países. Outro ponto importante é que a população brasileira é maior e mais jovem em comparação a maioria dos países da OCDE, o que representa maior número de crianças e jovens e consequentemente, de alunos. Desse modo, embora os valores destinados para a educação sejam correspondentes, o valor gasto por aluno e as necessidades existentes não são.

Ainda assim, o retorno observado em relação aos recursos investidos não é compatível, sendo possível alcançar resultados melhores com os recursos existentes. Países Latino-americanos como México e Chile possuem o mesmo gasto por aluno na

107 Todos Pela Educação. Educação Já: contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na educação básica brasileira. 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/04/educacaoja2022-abril02-todospelaeducacao.pdf>

108 Todos Pela Educação. A Educação no Brasil: Uma Perspectiva Internacional. 2021.

Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil-uma-perspectiva-internacional.pdf>

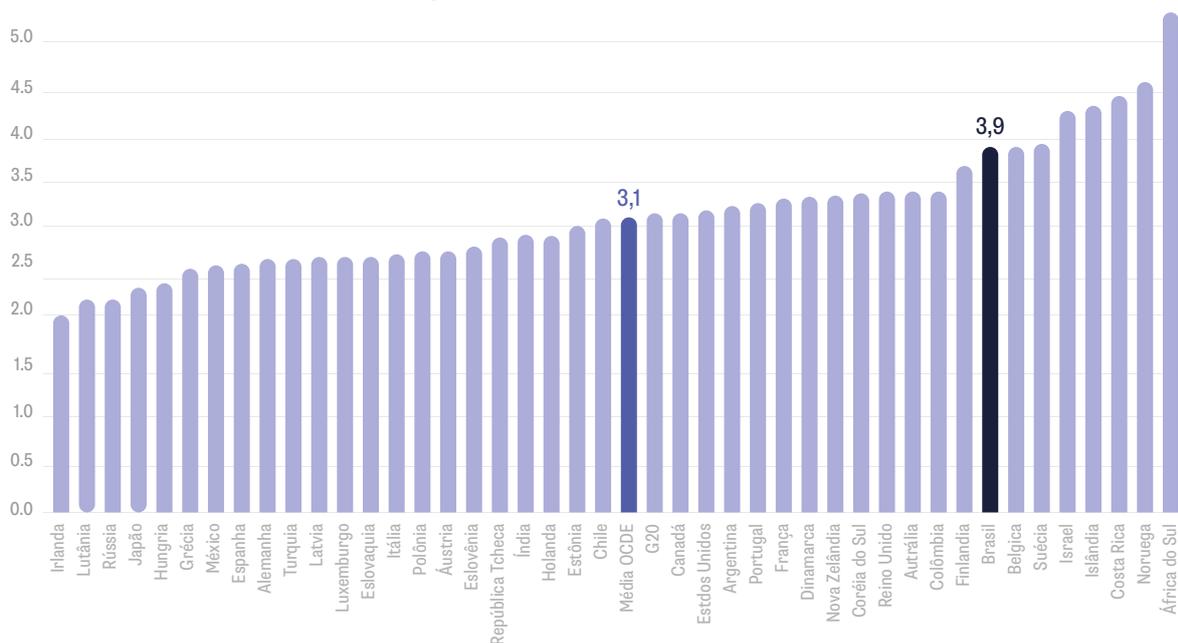
109 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Education at a Glance 2020. OCDE Indicators. 2020. Disponível em: [https://www.OECD-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2020\\_69096873-en](https://www.OECD-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2020_69096873-en)

110 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Public spending on education (indicator). 2023. Disponível em: <https://data.oecd.org/eduresource/public-spending-on-education.htm>

educação básica que o Brasil, mas apresentam resultados significativamente melhores em avaliações internacionais como o PISA (*Programme for International Student Assessment*), como mostrado na Gráfico 12. É fundamental, portanto, que mudanças e o aprimoramento da gestão precedam o aumento dos recursos destinados à educação. Elevar o investimento sem melhorar a sua gestão pode gerar melhoras pouco significativas nos resultados educacionais e se traduzir em desperdícios de recursos, com pouco avanço real para o país.

Outro desafio existente é a distribuição de funções e responsabilidades dentro do sistema educacional. O Brasil é uma República Federativa, em que os três níveis de governo, municipal, estadual e federal, possuem o mesmo nível de autonomia formal, repartição de competências e atribuições educacionais com estabelecimento de áreas prioritárias, porém, não exclusivas. Nesse regime, os entes federativos devem colaborar entre si na oferta da educação. No entanto, falta clareza quanto às atribuições e responsabilidades de cada ente frente ao sistema educacional, o que ocasiona em conflitos de oferta e cumprimento insuficiente de atribuições, visto que não é claramente definido o que cada um deve atender. A falta de definições bem estabelecidas quanto às responsabilidades e funções de cada ente compromete a qualidade do ensino ofertado e a gestão dos recursos distribuídos<sup>111</sup>. Assim, ações direcionadas para a melhor estruturação do sistema educacional e definição das responsabilidades de cada ente federado são um importante passo para o avanço da educação, tanto em termos de qualidade no ensino ofertado quanto de maior eficiência na distribuição e uso de recursos.

**GRÁFICO 11**  
GASTOS PÚBLICOS DO GOVERNO DIRECIONADOS À EDUCAÇÃO – 2018



Fonte: OCDE, 2023.

<sup>111</sup> Todos Pela Educação. Educação Já. Sistema de Cooperação Federativa na Educação. s.d. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/165.pdf>

No ano de 2007, o percentual de alunos ao final do ensino fundamental que apresentava níveis de proficiência satisfatórios em língua portuguesa era de apenas 20,5%, passando para 41,4% no ano de 2019, enquanto ao final do ensino médio o percentual era de 24,5% em 2007, passando para 37,1% em 2019. A aprendizagem em matemática, por sua vez, apresentou números mais modestos de avanço, sendo o percentual de aprendizagem satisfatório ao final do ensino fundamental de 14,3% em 2007 e 24,4% em 2019. Na conclusão do ensino médio o percentual apresentado era de 9,8% em 2007 e 10,3% em 2019<sup>112</sup>. Observa-se então, que embora o Brasil tenha apresentado avanços nos indicadores de educação ao longo dos últimos anos ainda assim o país apresenta índices insatisfatórios de desempenho.

Em relação ao PISA, realizado a cada três anos pela OCDE, metade dos alunos brasileiros não alcançam proficiência satisfatória, contra a média de 23% dos países membros da OCDE. Ainda nestes países, 8,8% dos alunos apresentam alto desempenho em leitura contra apenas 1,8% dos alunos brasileiros. No PISA 2018, as pontuações alcançadas pelos alunos brasileiros foram de 413 (quatrocentos e treze) em leitura<sup>113</sup>, 384 (trezentos e oitenta e quatro) em matemática<sup>114</sup> e 404 (quatrocentos e quatro) em ciências<sup>115</sup>, enquanto a média dos alunos de países membros da OCDE foi de 487 (quatrocentos e oitenta e sete), 489 (quatrocentos e oitenta e nove) e 489 (quatrocentos e oitenta e nove), respectivamente. Estes resultados, mostrados no Gráfico 12, evidenciam a disparidade existente no nível educacional entre Brasil e OCDE, e como ainda são muitos os desafios para transpor essa distância e alcançar níveis melhores de educação.

No PISA 2018, a média de proficiência em leitura dos alunos brasileiros foi de 74 (setenta e quatro) pontos abaixo da média dos estudantes dos países da OCDE. Ainda nessa avaliação, o Brasil ficou abaixo de países latino-americanos, como Chile, Uruguai, Costa Rica e México, mostrado no Gráfico 12, que apresentaram pontuações de 452 (quatrocentos e cinquenta e dois), 427 (quatrocentos e vinte e sete), 426 (quatrocentos e vinte e seis) e 420 (quatrocentos e vinte), respectivamente<sup>116</sup>. Estes dados mostram que o Brasil se encontra ainda distante do ideal e abaixo do nível apresentado por países próximos e com nível econômico semelhante.

---

<sup>112</sup> Todos Pela Educação. Educação Já: contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na educação básica brasileira. 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/04/educacaoja2022-abril02-todospelaeducacao.pdf>

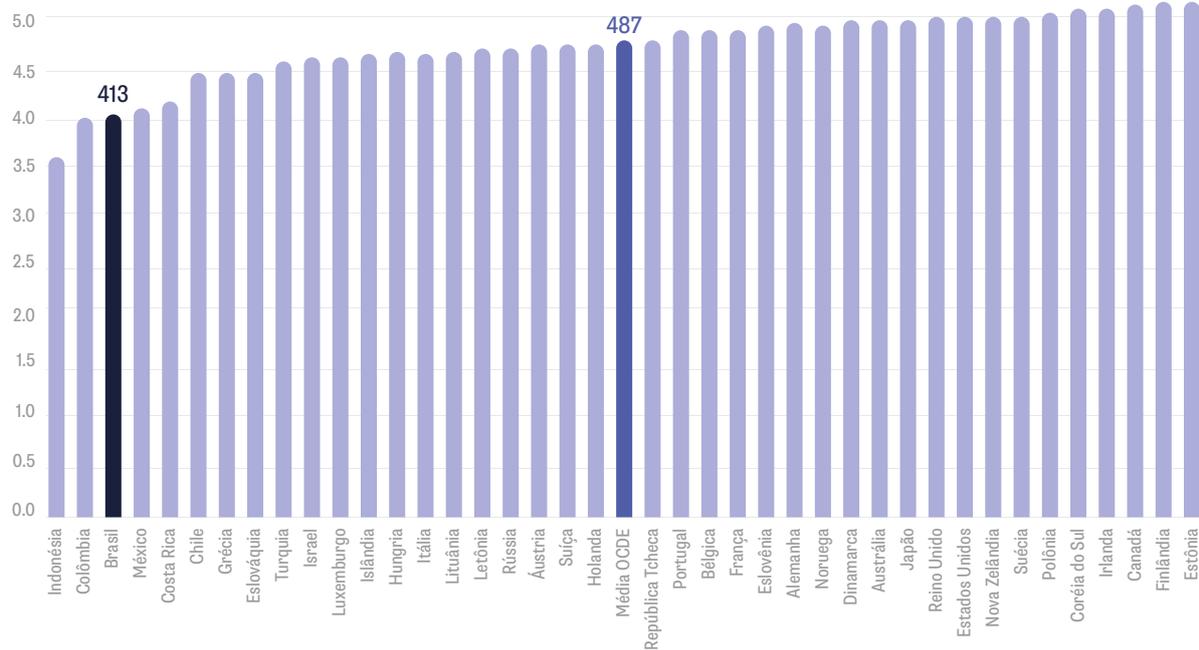
<sup>113</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasil no Pisa 2018. 2020. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_basica/relatorio\\_brasil\\_no\\_pisa\\_2018.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_brasil_no_pisa_2018.pdf)

<sup>114</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Mathematics performance (PISA). 2023. Disponível em: <https://data.oecd.org/pisa/mathematics-performance-pisa.htm#indicator-chart>

<sup>115</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Science performance (PISA). 2023. Disponível em: <https://data.oecd.org/pisa/science-performance-pisa.htm>

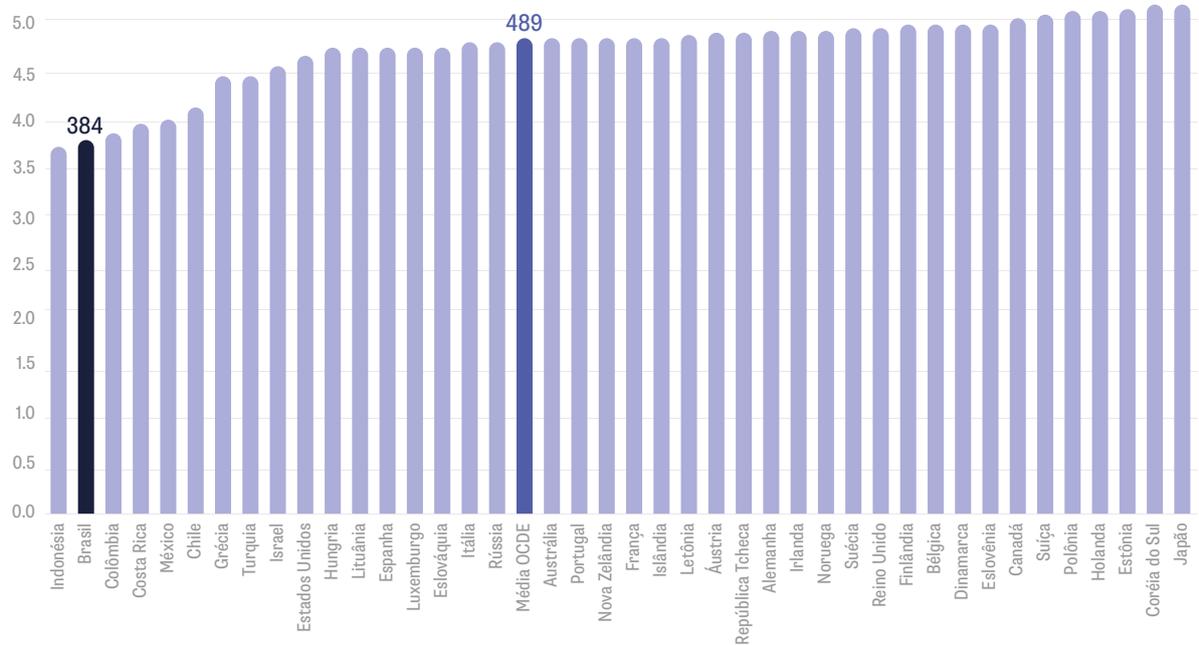
<sup>116</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasil no Pisa 2018. 2020. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_basica/relatorio\\_brasil\\_no\\_pisa\\_2018.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_brasil_no_pisa_2018.pdf)

**GRÁFICO 12**  
**PERFORMANCE EM LEITURA, MATEMÁTICA E CIÊNCIAS - PISA 2018**  
**A) LEITURA**



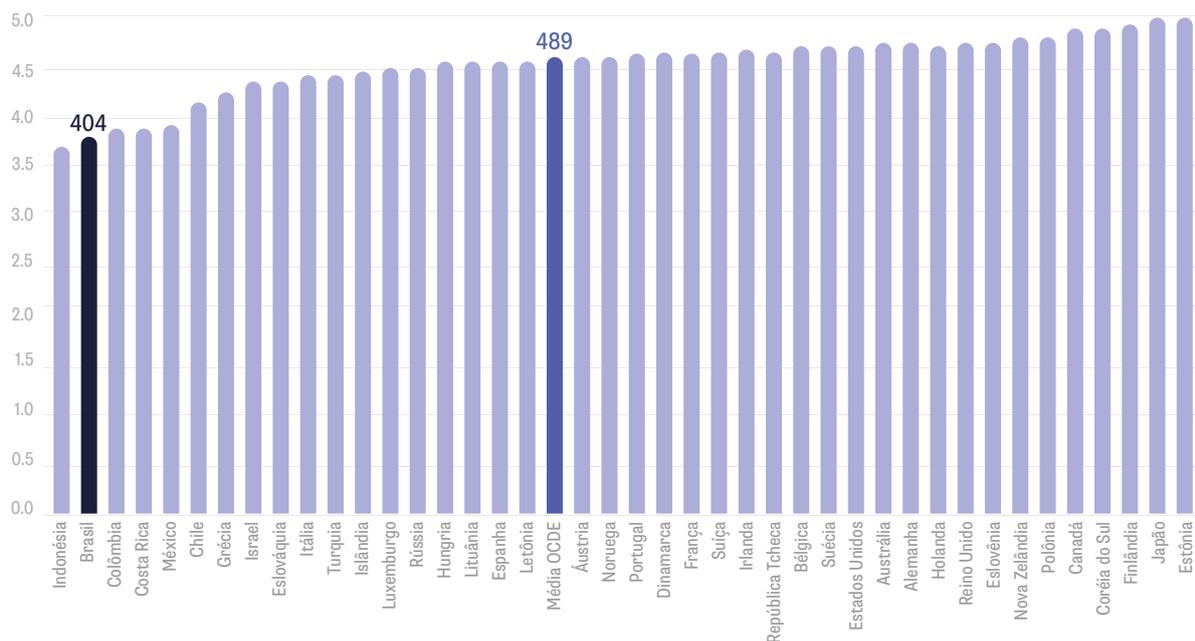
Fonte: OCDE, 2023.

**B) MATEMÁTICA**



Fonte: OCDE, 2023.

C) CIÊNCIAS



Fonte: OCDE, 2023.

Como resultado da baixa qualidade do ensino, o Brasil apresenta também alto índice de analfabetismo funcional. Cerca de 30% dos brasileiros entre 15 e 64 anos não alcançam níveis de proficiência em português e matemática adequados, o que compromete a empregabilidade dessa população e sua inclusão social<sup>117</sup>. Além disso, o analfabetismo funcional promove perdas produtivas para o país, decorrente de incapacidades de compreensão de instruções, normas de qualidade e segurança e o acompanhamento e aproveitamento de cursos e capacitações que exijam leitura e interpretação<sup>118</sup>. Neste contexto, o Banco Mundial traz o conceito de Pobreza de Aprendizagem<sup>119</sup>, representado pela falta de capacidade de leitura e compreensão de um texto simples na idade de 10 (dez) anos. Nesta avaliação, mais da metade das crianças brasileiras foram reportadas como não tendo tal capacidade.

Em 2018 foi criado também pelo Banco Mundial o Índice de Capital Humano (ICH)<sup>120</sup>, um indicador da quantidade de capital humano que uma criança pode alcançar, considerando os desafios que ela enfrentará ao longo do seu crescimento, incluindo condições adversas de saúde e educação. De acordo com o indicador, crianças nascidas no Brasil no ano de 2019, ao chegarem a fase adulta terão apenas 60% do potencial de produtividade que teriam caso recebessem saúde e educação de qualidade. Nesta avaliação, o Brasil ocupou a 81ª posição dentre os 157 países analisados, ficando próximo da média global, mas distante da posição que poderia ocupar, ao se considerar o seu nível de renda.

117 Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF). Alfabetismo no Brasil. 2023. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil/>

118 Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF). Analfabetismo funcional freia o crescimento econômico. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/analfabetismo-funcional-freia-o-crescimento-economico/>

119 Banco Mundial. Agir agora para proteger o capital humano de nossas crianças: Os custos e a Resposta ao Impacto da pandemia da COVID- no Setor de Educação na América Latina e no Caribe. 2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2021/03/17/hacer-frente-a-la-crisis-educativa-en-america-latina-y-el-caribe>

120 Banco Mundial. Brazil Human Capital Review. Investing in People. 2021. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099359007012217076/pdf/IDU0c9bcb58a08ac704dbe081eb077b28ef22453.pdf>

Para o alcance de níveis de excelência da educação e para que esta seja uma força motriz do crescimento e aumento da competitividade do país, é imprescindível acompanhar as mudanças tecnológicas, as novas demandas da sociedade e do mercado de trabalho e conectá-las às formas de ensino e oferta de vagas. Nesta perspectiva, é importante também oferecer diferentes oportunidades e possibilidades aos jovens frente ao caminho profissional e que contemplem as suas diferentes realidades e perspectivas.

Todavia, embora os desafios da educação brasileira sejam muitos e complexos, há também espaço para avançar e promover mudanças significativas, sendo um exemplo a Educação Profissional Técnica (EPT), voltada diretamente para o mercado de trabalho. Esse tipo de formação traz consideráveis ganhos aos jovens, como maior inserção no mercado de trabalho e maiores salários, também ao país, através do aumento de competitividade. No entanto, apesar das vantagens apresentadas, a taxa de matrícula nessa modalidade ainda é baixa. No ano de 2018, apenas cerca de 4% dos jovens brasileiros com idade entre 15 (quinze) a 24 (vinte e quatro) anos estavam matriculados em cursos técnicos ou profissionalizantes, sendo esta a pior performance dentre os 37 (trinta e sete) países avaliados pela OCDE<sup>121</sup>.

A pouca atratividade exercida por essa modalidade de ensino pode ser explicada pela grande discrepância existente entre as condições de trabalho e perspectivas salariais entre ocupações de nível médio e superior em uma mesma área profissional, assim como a baixa valorização na sociedade de carreiras técnicas em comparação às de nível superior. Desse modo, se por um lado é importante oferecer diferentes possibilidades de ensino e carreira profissional aos jovens e ampliar o número de vagas nas redes de ensino, é necessário também um profundo realinhamento dos conceitos atribuídos à EPT. Nesse aspecto, maior ênfase à sua contribuição para o desenvolvimento profissional, às boas perspectivas profissionais e salariais e ao vínculo com

a agenda de desenvolvimento e inovação tecnológica do país são imprescindíveis.

Por fim, os esforços em educação não podem deixar de lado o processo de transformação digital da sociedade, a fim de garantir a inclusão digital de todos os brasileiros, ampliando as suas competências digitais e facilitando o seu acesso a serviços públicos e a melhores oportunidades. Um dos desafios nesse sentido é aumentar o interesse dos estudantes por áreas ligadas à inovação, ciências e tecnologia, visto que o número de matrículas nessas áreas no Brasil ainda é baixo<sup>122</sup>. Esse é um importante passo para ampliar a formação de profissionais que possam promover avanços em tecnologia e inovação no país e assim atender às demandas atuais e futuras do mercado de trabalho e contribuir para o aumento da sua competitividade.

Além disso, a inovação tecnológica é um recurso que deve ser aproveitado na educação, contemplando a capacitação e atualização constante dos educadores e promovendo novas e melhores formas de ensino e aprendizagem. No entanto, o desafio é grande uma vez que o acesso a equipamentos e conectividade ainda é limitado no Brasil. Em 2021, as escolas da rede pública que contavam com internet para uso em ensino e aprendizagem representavam somente 49% do total de escolas no país<sup>123</sup>.

A melhoria do desempenho dos alunos junto com o aumento da qualidade do ensino nas escolas é um dos principais desafios para o Brasil no campo da educação. A baixa qualidade da educação limita a ascensão socioeconômica e acesso a melhores oportunidades ao longo da vida das pessoas e aumenta os desafios para se alcançar uma sociedade mais justa e produtiva. Para mudar esse quadro é preciso que o país promova meios para que a trajetória educacional de seus alunos apresente índices satisfatórios de acesso, qualidade e proficiência. Somente assim o Brasil terá meios de alcançar posições econômicas e competitivas condizentes com o seu potencial.

<sup>121</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Panorama da Educação: destaques do Education at a Glance 2021*. 2021. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/panorama\\_da\\_educacao\\_destaque\\_do\\_education\\_at\\_glance\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/panorama_da_educacao_destaque_do_education_at_glance_2021.pdf)

<sup>122</sup> Ministério da Educação e INEP. *Censo da educação superior. 2018*. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2019/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2018-notas\\_estatisticas.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf)

<sup>123</sup> Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (NIC. BR). *Conectividade nas escolas públicas brasileiras. 2022*. Disponível em: <https://www.nic.br/publicacao/conectividade-nas-escolas-publicas-brasileiras/>

## PROPÓSITO 1

### MELHOR GESTÃO DOS RECURSOS EM EDUCAÇÃO

- Recursos destinados à educação não são poucos, mas os resultados sim;
- É possível alcançar melhores resultados com os recursos já existentes;
- Desempenho abaixo do de países com investimentos e características semelhantes;
- Necessário haver mudanças na forma de gestão dos recursos disponíveis e nos processos educacionais para se alcançar melhores resultados;
- Elevar o investimento sem a prévia melhoria da gestão pode resultar em desperdícios de recursos e pouco avanço real para a educação e o país.

	<b>INDICADOR</b>	Avaliações de educação nacionais e internacionais (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Programme for International Student Assessment - PISA).
	<b>Fonte</b>	Ideb - MEC/INEP PISA - OCDE/INEP
	<b>Periodicidade</b>	Ideb - Bienal / PISA - Trienal
	<b>Último dado</b>	2019/2018
	<b>Situação Atual</b>	Ideb - 5,8. Pisa - 413
	<b>Meta 2034</b>	Aumentar a pontuação em avaliações de educação nacionais e internacionais. Ideb - 7,9 Pisa - 473

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Realizar uma completa revisão e atualização da gestão escolar**, de modo que as escolas possam incorporar técnicas modernas de gestão e controle de recursos, fixando metas e objetivos claros a serem atingidos; (IPEA<sup>59</sup>, OCDE<sup>60</sup>)
- **Regulamentar e implementar o Sistema Nacional de Educação**, visando a uma melhor pactuação das políticas educacionais entre as esferas de governo, com foco no alcance de melhorias na eficiência e eficácia da gestão e redução das desigualdades educacionais do país; (Todos Pela Educação<sup>61</sup>)
- **Aprimorar a gestão e a governança da rede pública de educação**, os mecanismos de cooperação federativa e regime de colaboração entre os sistemas de ensino, definindo melhores critérios de redistribuição de recursos que promovam a melhoria da qualidade da educação e reduzam as desigualdades sociais e regionais; (Todos Pela Educação<sup>61</sup>, OCDE<sup>60</sup>, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; BNDES<sup>7</sup>)
- **Profissionalizar os processos de seleção dos gestores escolares**, com adoção de critérios técnicos de mérito, desempenho e participação da comunidade escolar para a nomeação, utilização de incentivos para elevar a atratividade dos cargos e desenho de processos efetivos de alocação dos gestores nas unidades escolares, considerando as competências e

a experiência de cada profissional, a complexidade de gestão, os resultados educacionais e as características das escolas. (Todos Pela Educação<sup>61</sup>, OCDE<sup>60</sup>)

## DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Criar um robusto programa de apoio à melhoria de gestão das Secretarias de Educação**, com disponibilização de ferramentas e referenciais para suporte às diferentes áreas e necessidades da gestão educacional, incluindo diagnósticos da rede, planejamento, gestão de Recursos Humanos, gestão orçamentária e gestão de contratos, entre outros. (Todos Pela Educação<sup>61</sup>)
- **Focalizar as ações do MEC** nas tarefas de: idealizar políticas educacionais, avaliar permanentemente o desempenho escolar, produzir informações estatísticas e avaliar, acompanhar e fazer ampla disseminação de iniciativas locais bem-sucedidas; (IPEA<sup>59</sup>)
- **Estabelecer legalmente definições claras quanto às funções e responsabilidades de cada ente federado**, estruturando a atuação e articulação conjunta entre os entes, de forma a garantir a qualidade da oferta de ensino em todas as etapas e modalidades da educação básica. (Todos Pela Educação<sup>62</sup>)
- **Criar um mecanismo de financiamento e autonomia financeira das escolas** que preze pela redução das iniquidades, com análises eficientes das prioridades de financiamento destinando mais recursos para aquelas que atendem alunos em situação de maior vulnerabilidade, assegurando que a verba pública chegue onde é mais necessária e possibilite a promoção de ambientes escolares inclusivos e adaptados para as etapas que atendem; (Todos Pela Educação<sup>61</sup>)
- **Implementar uma política nacional de formação inicial e continuada de gestores, técnicos e educadores**, ofertando especializações específicas em gestão escolar, coordenação pedagógica e aperfeiçoamento em gestão para que os recursos disponíveis sejam mais eficientemente aproveitados; (OCDE<sup>60</sup>, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>, BNDES<sup>7</sup>)
- **Fomentar a troca de informações e ações entre os gestores, municípios e instituições** para difusão de boas práticas e avaliar a funcionalidade, eficácia e resultados de programas educacionais. (OCDE, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>)

## 🎯 PROPÓSITO 2

### TODAS AS CRIANÇAS E JOVENS CONCLUINDO O ENSINO COM APRENDIZAGEM E PROFICIÊNCIA ADEQUADAS

- Número alto de matrículas, mas proficiências insatisfatórias e não condizentes com o período escolar;
- Índices de aprendizado insatisfatórios em leitura, matemática e ciências;
- Dificuldade no acesso à educação relacionado à região e situação socioeconômica;
- Altas taxas de evasão.

	<b>INDICADOR</b>	Aprendizagem e proficiência adequadas
	<b>Fonte</b>	Ideb - MEC/INEP
	<b>Periodicidade</b>	Bienal
	<b>Último dado</b>	2019
	<b>Situação Atual</b>	Porcentagem dos alunos com proficiência adequada: 5º ano Ensino Fundamental: Português: 61,1%, Matemática: 51,5%; 9º ano Ensino Fundamental: Português: 41,4%, Matemática: 24,4%; 3º ano Ensino Médio: Português: 37,1%, Matemática: 10,3%.
	<b>Meta 2034</b>	100% das crianças e jovens concluindo o ensino com aprendizagem e proficiência adequadas

## PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Coordenar nacionalmente a implementação dos novos currículos** desenhados a partir da BNCC, com diretrizes e programas de apoio, acompanhamento, fomento e tomada de decisões estratégicas sobre as políticas pedagógicas da educação brasileira; (Todos Pela Educação<sup>61</sup>; OCDE<sup>60</sup>; IPEA<sup>59</sup>)
- **Ampliar as modalidades e as formas de ensino** para aumentar o alcance e o acesso de crianças e jovens à educação básica, **atualizar as metodologias de ensino para os desafios atuais e futuros e implementar o uso de tecnologias educacionais**, que fomentem a interdisciplinaridade, a resolução de problemas e o desenvolvimento de habilidades, elevando a qualidade da educação e preparando os estudantes para o pleno desenvolvimento da pessoa humana e para a vida cidadã e profissional; (CNI<sup>63</sup>; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>, BNDES<sup>12</sup>)
- **Implementar ações e programas de recuperação e remediação para alunos que tiveram menor acesso ao ensino remoto e foram mais fortemente afetados pelo fechamento das escolas e migração para o ensino remoto durante o período da pandemia da Covid-19**, assim como para aqueles que não tenham sido plenamente alfabetizados nos anos iniciais do ensino fundamental ou apresentem dificuldades de aprendizagem de leitura, escrita e matemática básica; (Todos Pela Educação<sup>61</sup>, PNA<sup>64</sup>, OCDE<sup>60</sup>)
- **Implementar estratégias de apoio à saúde mental de estudantes e profissionais da educação**, com ações de acolhimento e suporte emocional, formação de equipes adequadas responsáveis pelas ações de acolhimento no ambiente

escolar, promoção de espaços de escuta e diálogo entre estudantes e profissionais, intensificação da relação com as famílias e principalmente, formação de professores para lidarem com a temática da saúde mental. (Todos Pela Educação<sup>61</sup>).

## DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Desenvolver materiais didático-pedagógicos cientificamente fundamentados** para a literacia emergente, a alfabetização e a numeracia, e de ações de capacitação de professores para o uso desses materiais na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; (PNA<sup>64</sup>)
- **Ampliar a implementação da educação integral e sua institucionalização**, integrando as inovações curriculares com políticas de formação inicial e continuada de profissionais de educação, material didático e educativo, avaliação e infraestrutura e articulando as dimensões física, afetiva e socioemocional, social e cultural de modo a possibilitar um desenvolvimento pleno dos estudantes; (Movimento Pela Base<sup>65</sup>; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>)
- **Promover políticas de formação e valorização dos professores**, fortalecendo os planos de carreira e remuneração, melhorando as condições de trabalho e saúde e fornecendo formação inicial e continuada que estimule a articulação entre teoria e prática; (Todos Pela Educação<sup>61</sup>; OCDE<sup>60</sup>; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão<sup>1</sup>; BNDES<sup>12</sup>; IPEA<sup>59</sup>)
- **Garantir que a Base Nacional Comum para a Formação Inicial e a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da educação básica sejam implementadas** em todos os cursos de Pedagogia e licenciaturas no país e em todos os processos de formação continuada, assim como enfatizar o ensino de conhecimentos linguísticos e de metodologia de ensino de língua portuguesa e matemática nos currículos de formação de professores da educação infantil e de professores dos anos iniciais do ensino fundamental; (Todos Pela Educação<sup>61</sup>, PNA<sup>64</sup>; CNI<sup>63</sup>; IPEA<sup>59</sup>)
- **Fortalecer a investigação das causas da evasão escolar**, considerando as particularidades de cada ocorrência, de modo a possibilitar a identificação de práticas discriminatórias no ambiente escolar que comprometam a permanência do aluno e adotar estratégias contínuas e permanentes de apoio à saúde mental de estudantes e profissionais da Educação; (Todos Pela Educação<sup>61</sup>; OCDE<sup>60</sup>)
- **Elaborar, validar e reformular instrumentos de avaliações nacionais, indicadores e diagnóstico de aprendizagem e proficiência dos estudantes, promovendo mudanças e inovações à luz da BNCC**, de modo a estarem alinhadas com as competências e habilidades previstas para as diferentes etapas da Educação Básica. (Todos Pela Educação<sup>61</sup>; PNA<sup>64</sup>; OCDE<sup>60</sup>)

## PROPÓSITO 3

### TODOS OS CIDADÃOS FUNCIONALMENTE ALFABETIZADOS

- Resultados insatisfatórios do sistema de alfabetização atual;
- Baixa qualidade da educação básica;
- Falta de investimentos na Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- Baixo incentivo à leitura e acesso à cultura;
- Há cerca de 38 milhões de analfabetos funcionais no Brasil;
- Exclusão social e prejuízos socioeconômicos decorrentes do analfabetismo funcional.

	<b>INDICADOR</b>	Alfabetização consolidada em leitura, escrita e matemática
	<b>Fonte</b>	Instituto Nacional de Alfabetização Funcional - INAF
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2018
	<b>Situação Atual</b>	37% da população com a alfabetização consolidada (níveis intermediário e proficiente de leitura, escrita e matemática)
	<b>Meta 2034</b>	100% da população nos níveis de alfabetização consolidada em leitura, escrita e matemática

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Atualizar as metodologias de ensino e promover o uso de tecnologias digitais inclusivas** para fortalecer os níveis de alfabetização e habilidades básicas e prover melhor preparação aos alunos para os desafios atuais e futuros, para o pleno desenvolvimento da pessoa humana e para a vida cidadã e profissional; (CNI<sup>63</sup>)
- **Promover ações de recuperação e remediação** para alunos que não tenham sido plenamente alfabetizados nos anos iniciais do ensino fundamental ou que apresentem dificuldades de aprendizagem de leitura, escrita e matemática básica; (PNA<sup>64</sup>; OCDE<sup>60</sup>)
- **Ampliar as modalidades e as formas de ensino**, para aumentar o alcance e o acesso de crianças, adolescentes, jovens e adultos à educação e cultura, contemplando ações específicas para os diferentes públicos das modalidades especializadas de educação, como por exemplo alunos surdos e com deficiência auditiva, cegos e surdos-cegos; (PNA<sup>64</sup>)
- **Fomentar a leitura e acesso a livros**, o fortalecimento da cadeia produtiva cultural, projetos de construção de bibliotecas públicas e de promoção de leitura, a compra e produção de livros educativos, de modo a promover e incentivar a prática da leitura no dia a dia da população brasileira; (PNA<sup>64</sup>)

## **DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS**

- **Aumentar o suprimento de professores qualificados para ensino de adultos e desenvolver materiais didático-pedagógicos específicos** para a alfabetização e desenvolvimento de habilidades de jovens e adultos. (PNA<sup>64</sup>)
- **Melhorar a efetividade dos resultados da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e desenvolver mecanismos de assistência e apoio aos alunos** que favoreçam a aprendizagem, a permanência e a conclusão dos cursos. (CNI<sup>63</sup>)
- **Ampliar o acesso à atividades e materiais culturais educacionais**, em especial para a população que se encontra em áreas de vulnerabilidade social; (PNA<sup>64</sup>)
- **Difundir as boas práticas dos Municípios e das instituições de ensino** que conseguiram dar saltos de qualidade nos indicadores de educação; (Todos Pela Educação<sup>66</sup>)
- **Produzir e disseminar sínteses de evidências científicas e de boas práticas** de alfabetização, de literacia e de numeracia; (PNA<sup>64</sup>)
- **Fomentar a participação do setor privado** no desenvolvimento de Projetos de alfabetização, incentivo à leitura e acesso à cultura dentro das empresas. (BNDES<sup>12</sup>)

## PROPÓSITO 4

### AMPLIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO ENSINO MÉDIO ALINHADA ÀS PRIORIDADES DO MERCADO

- Potencial de aumentar o desenvolvimento econômico e competitividade do país;
- A adesão de jovens à essa forma de ensino ainda é muito baixa;
- Baixa valorização da sociedade e do mercado;
- Divulgado como meio de inclusão social e não como opção de carreira e crescimento profissional;
- Número de vagas abaixo do ideal;
- Necessário haver maior conectividade entre as demandas do mercado e a oferta de cursos.

	<b>INDICADOR</b>	Matrículas na modalidade de ensino médio profissionalizante
	<b>Fonte</b>	INEP. Censo Escolar.
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2022
	<b>Situação Atual</b>	10% do total de matrículas no ensino médio regular
	<b>Meta 2034</b>	50% dos alunos totais matriculados na modalidade de ensino médio profissionalizante

## PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Mudar o foco da divulgação das políticas públicas de EPT** para ações que privilegiem em sua divulgação informações sobre empregos, salários, plano de carreira e salarial e perspectivas para os profissionais técnicos e não somente na perspectiva de inclusão social, assim como divulgar modelos de planos de carreira que demonstrem a valorização profissional e salarial dos profissionais técnicos. (IPEA<sup>59</sup>)
- **Conectar mercado e instituições de EPT** para direcionamento das formações a demandas reais, com identificação e implantação de mecanismos de previsão permanente das necessidades (qualitativas e quantitativas) do mercado de trabalho em termos de competências e perfis profissionais, com vistas a adequar a oferta da educação profissional e tecnológica às demandas de médio e longo prazo dos setores produtivos. (CNI<sup>63</sup>; OCDE<sup>60</sup>; IPEA<sup>59</sup>)
- **Fornecer condições efetivas para que todas as escolas possam ofertar os diferentes itinerários formativos**, especialmente no que diz respeito à Formação Técnica e Profissional, garantindo que todos os estudantes tenham a possibilidade de fazer escolhas alinhadas a seus projetos de vida. (CNI<sup>63</sup>; OCDE<sup>60</sup>, MBC<sup>38</sup>)

- **Ampliar as matrículas na educação profissional e tecnológica e fomentar a implementação dos itinerários profissionais** do Novo Ensino Médio junto aos estados, aumentando progressivamente o número de jovens que concluem a educação básica com certificação profissional, adequando a oferta de vagas de EPT às demandas do setor produtivo. (CNI<sup>63</sup>; OCDE<sup>60</sup>; MBC<sup>22</sup>)

## **DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS**

- **Fomentar maior participação do setor privado na oferta de vagas de EPT**, formando um ecossistema de promoção de atividades de aprendizagem que contemplem a experiência no ambiente real, com maior coordenação entre as empresas, para desenvolvimento e retenção de talentos. (MBC<sup>38</sup>)
- **Implantar um sistema nacional de avaliação da educação profissional**, para definir indicadores capazes de avaliar a qualidade e a efetividade dos cursos ofertados, envolvendo a coleta e a análise de informações sobre o desempenho dos alunos, dos docentes e gestores, das instituições de ensino e dos programas de educação profissional e tecnológica. (CNI<sup>63</sup>)
- **Desenvolver estratégias e programas voltados para atrair jovens em situação de risco social** para os processos de formação e qualificação profissional, por meio de política pública específica, que possa prepará-los para o mundo do trabalho em constante transformação, de forma articulada com a elevação da escolaridade. (CNI<sup>63</sup>)
- **Implantar Programa de Capacitação Permanente de Professores e programas de formação de gestores** para atender ao novo perfil dos estudantes de EPT e às demandas do mercado, possibilitando a oferta de cursos alinhada com a demanda de desenvolvimento socioeconômico do país. (CNI<sup>63</sup>; MBC<sup>22</sup>)
- **Adotar mecanismos de compensação tributária** para fomentar o investimento das empresas em programas de aprendizagem para atender às demandas de curto prazo do mercado e implantar estratégias de incentivo às empresas para implementação de ações de requalificação e aperfeiçoamento profissional. (MBC<sup>22</sup>; IPEA<sup>59</sup>)
- **Estruturar redes de colaboração e articulação interinstitucional**, aproximando empresas e empresários demandantes de pessoal qualificado dos ofertantes de EPT, e instituindo fóruns adequados à troca de experiências por parte das entidades/organizações. (MBC<sup>22</sup>)

## PROPÓSITO 5

### LETRAMENTO DIGITAL E ESTÍMULO À INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E SUPERIOR

- Interesse por alunos em STEM e desempenho nas matérias é baixo;
- A participação de empresas no desenvolvimento de projetos de pesquisa acadêmica para estimular a inovação pode trazer muitos ganhos, mas ainda é baixa;
- Necessária a revisão de currículos para formar pessoas com capacidade e interesse em inovação;
- O estímulo a atividades como intercâmbio de estudantes auxilia na inovação e oxigenação do ambiente de pesquisa nas universidades.

	<b>INDICADOR</b>	Porcentagem de graduados em ciências e engenharia
	<b>Fonte</b>	UNESCO / UNESCO Institute for Statistics (UIS) Database
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2020
	<b>Situação Atual</b>	17,5% do total de matrículas
	<b>Meta 2034</b>	25% de graduados em ciência e engenharia

## PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Criar um programa nacional de letramento digital robusto para redução do analfabetismo digital**, que promova o exercício da cidadania digital e ampliação das habilidades de uso da população (MBC<sup>38</sup>; especialista setorial)
- **Atrelar iniciativas de digitalização e educação a compromissos dos governos**, no intuito de universalizar o acesso a infraestruturas e a conteúdos educacionais digitais. (Derrubando Muros<sup>34</sup>)
- **Promover a implementação de competências associadas a Cultura Digital, Mundo Digital e Pensamento Computacional na Educação Básica**, tal como definidas na BNCC junto a governos federais, estaduais e municipais, bem como estimular as trilhas formativas conforme Resolução 1/21, do CNE. (MBC<sup>38</sup>)
- **Fomentar a criação de programas para a imersão de professores e diretores de escolas** em experiências inovadoras concretas, com metodologias e ferramentas de ensino atualizadas. (CNI<sup>67</sup>)

## DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Fortalecer a formação em STEM em todos os níveis**, por meio de reformas de currículos e estímulo à criação de cursos de pós-graduação em STEM multidisciplinares. (CNI<sup>67</sup>; MBC<sup>38</sup>; RGB<sup>5</sup>)
- **Desenvolver um programa de bolsas de formação, iniciação científica, mestrado e doutorado nas áreas de STEM e/ou para projetos inovadores**, cuja concessão esteja alinhada às demandas da sociedade e do setor produtivo, financiado por meio de parcerias com o setor privado. (MBC<sup>38</sup>; RGB<sup>5</sup>)
- **Incentivar instituições de ensino a desenvolverem estudos científicos sobre impactos econômicos e sociais da transformação digital e inovação**, com a facilitação a acesso a microdados do governo sobre programas e ações realizadas e de instituições associadas, como o IBGE). (Especialista setorial)
- **Promover intercâmbio de estudantes nas áreas ligadas à inovação entre as universidades brasileiras e estrangeiras**, enriquecendo o debate interno e capacitando estudantes brasileiros para novas formas de pensar os problemas de sua nação. Prever contrapartida para que os estudantes brasileiros contemplados apliquem conhecimento adquirido no Brasil em projetos de pesquisa e ou na iniciativa privada. (Derrubando Muros<sup>34</sup>)
- **Desenvolver iniciativas que ampliam a presença de capital humano qualificado e a manutenção de pesquisadores brasileiros**, especialmente em áreas estratégicas para a Inovação. (MBC<sup>38</sup>)
- **Fortalecer Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) das universidades e institutos federais de ensino superior** com equipes e infraestrutura permanentes. (SEBRAE<sup>68</sup>)

# INFRAESTRUTURA

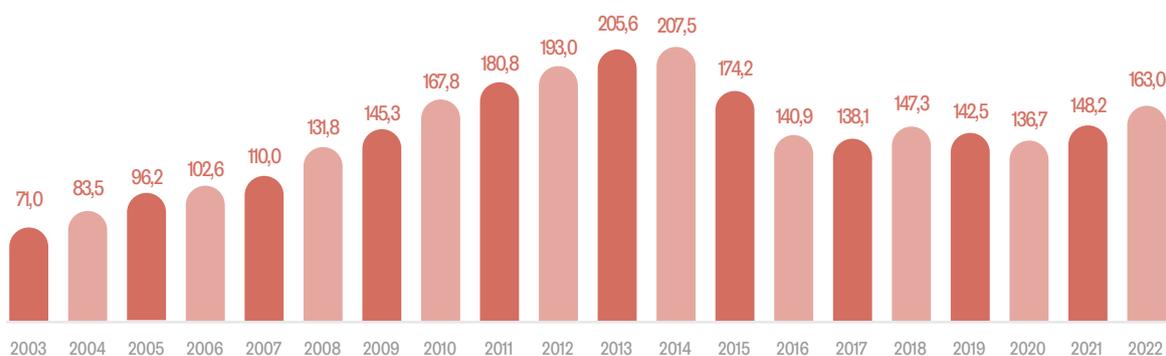


## INTEGRAÇÃO, SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA E CONEXÃO COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

A infraestrutura é um dos principais pilares para o desenvolvimento de um país, sendo base para o aumento da competitividade dos setores produtivos e para a melhoria da qualidade de vida da população. Nos últimos anos, a falta de investimentos e as obras paralisadas intensificaram a necessidade de ampliação da participação privada para alavancar setores estruturantes para o desenvolvimento socioeconômico do país, como energia, logística, saneamento básico e telecomunicações.

De acordo com a ABDIB<sup>124</sup>, enquanto o setor público investiu R\$31,9 bilhões em 2022, um dos piores resultados dos últimos 15 anos, os investimentos privados alcançaram R\$131 bilhões no mesmo ano, o maior das últimas duas décadas. O aumento da participação da iniciativa privada se deve, entre outros fatores, ao fomento às concessões e parcerias público-privada por meio da consolidação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), do Governo Federal, e na modernização de marcos regulatórios do país na área de infraestrutura. Apesar da ampliação de investimentos privados, ainda há desafios a serem superados para garantir um estoque de infraestrutura adequado às necessidades do país.

**GRÁFICO 13**  
EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA  
(EM VALORES CONSTANTES ATUALIZADOS PELO IPCA, EM R\$ BILHÕES)

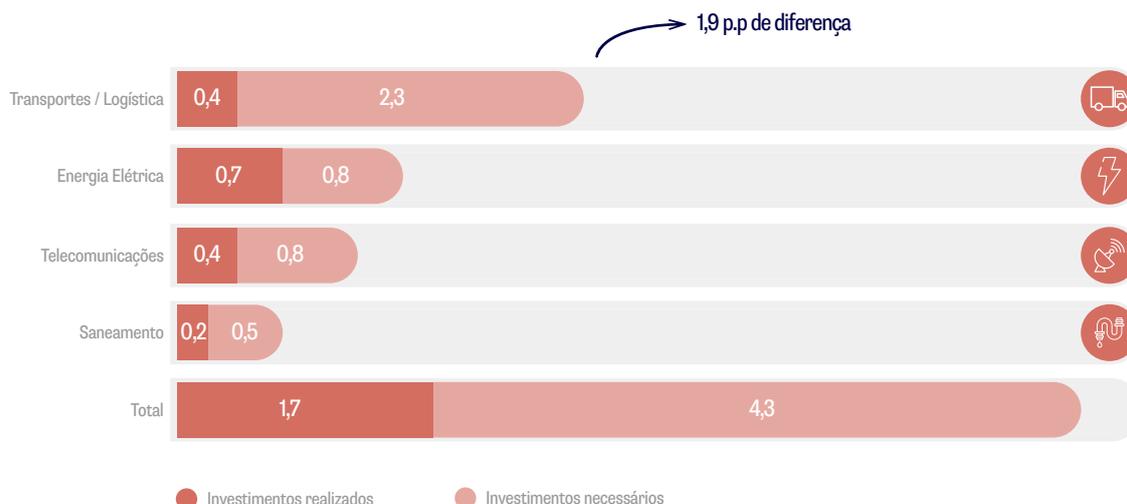


Fonte: ABDIB, 2022.

<sup>124</sup> Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB). Livro Azul da Infraestrutura - Edição 2022. 2022. Disponível em: <https://www.abdib.org.br/livro-azul-da-infraestrutura-edicao-2022/>

**GRÁFICO 14**

INVESTIMENTOS REALIZADOS VERSUS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS POR SEGMENTO NO BRASIL PARA ALCANÇAR PADRÃO DE PAÍS DESENVOLVIDO (EM % DO PIB)



Fonte: ABDIB, 2022.

Atualmente, os maiores gargalos em termos de infraestrutura, encontram-se nos setores de logística e saneamento básico. No que se refere a transportes e logística, é prevista a necessidade de investimentos de, pelo menos, 2,26% do PIB ao ano. No entanto, em 2021, o montante investido foi de 0,35%, entre investimentos públicos e privados. No mesmo ano, o investimento em saneamento básico somou 0,20% do PIB, sendo necessário aporte anual de 0,45%<sup>125</sup>.

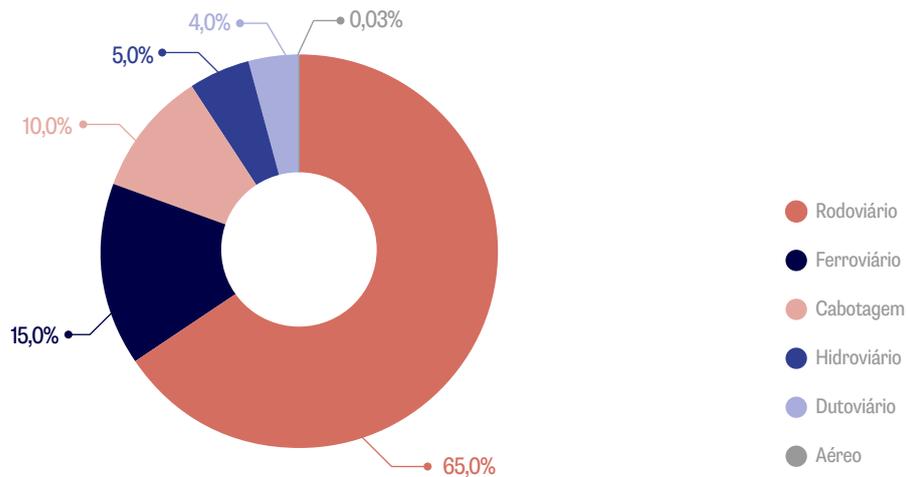
A infraestrutura logística nacional é um fator fundamental que impacta a competitividade nas cadeias de abastecimento e um dos principais componentes do custo Brasil. O transporte de cargas movimenta tanto insumos quanto produtos para todos os setores da economia e sua capacidade influencia a atuação competitiva das atividades com participação na pauta das exportações e a eficiência de vários mercados com bens essenciais.

A matriz logística brasileira atual é majoritariamente rodoviária, correspondendo a 64,8% do transporte de carga do país. No entanto, de acordo com o levantamento da Confederação Nacional de Transportes (CNT)<sup>126</sup>, que avaliou cerca 110 mil quilômetros de estradas pavimentadas, o estado geral de 61,8% da malha ferroviária brasileira é classificado como regular, ruim ou péssimo. O estudo também observou que as rodovias geridas pelo poder público apresentam 71,8% da extensão em situação inadequada.

<sup>125</sup> Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB). Livro Azul da Infraestrutura - Edição 2022. 2022. Disponível em: <https://www.abdib.org.br/livro-azul-da-infraestrutura-edicao-2022/>

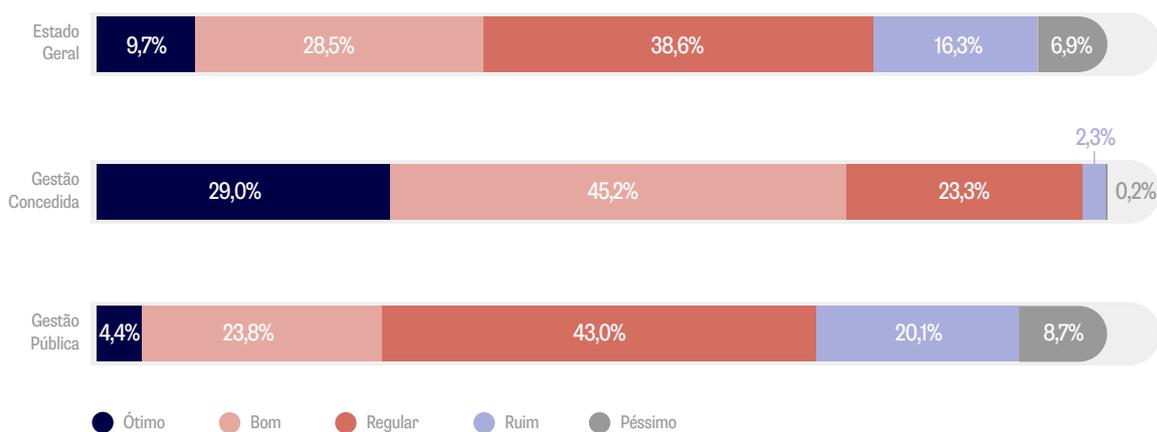
<sup>126</sup> Confederação Nacional do Transporte (CNT). Pesquisa CNT perfil empresarial 2021: transporte rodoviário de cargas. 2022. Disponível em <https://static.poder360.com.br/2022/04/pesquisa-cnt-perfil-empresarial-transporte-rodovia%CC%81rio-de-cargas.pdf>

**GRÁFICO 15**  
DISTRIBUIÇÃO DA MATRIZ LOGÍSTICA BRASILEIRA



Fonte: CNT, 2021.

**GRÁFICO 16**  
RESULTADO DA PESQUISA CNT RODOVIAS PARA 2021 PARA A EXTENSÃO TOTAL PESQUISADA, RODOVIAS CONCEDIDAS E RODOVIAS PÚBLICAS



Fonte: CNT, 2021.

Notas: \* Dados consolidados para os meses de janeiro a outubro de 2021. Informações mais recentes disponíveis no painel de incidência criminal do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp).

\*\* Dados disponíveis no Painel CNT de Acidentes Rodoviários. Acesse: <https://www.cnt.org.br/painel-acidente>.

\*\*\* Foram pesquisados 109.103 km de rodovias pavimentadas, sendo 23.636 km de rodovias concedidas e 85.467 km de rodovias sob gestão pública.

Esse cenário é consequência de anos de investimentos públicos precários na infraestrutura de transporte. Em 2020, os investimentos em rodovias representaram apenas 0,09% do PIB. Nos últimos anos, em decorrência das crises fiscais e política, os investimentos do Governo Federal diminuíram consideravelmente. De 2010 a 2021, a redução de recursos investidos pelo poder público em infraestrutura de transporte chegou a aproximadamente R\$ 20 bilhões<sup>127</sup>.

<sup>127</sup> Confederação Nacional do Transporte (CNT). Pesquisa CNT perfil empresarial 2021: transporte rodoviário de cargas. 2022. Disponível em <https://static.poder360.com.br/2022/04/pesquisa-cnt-perfil-empresarial-transporte-rodovia%CC%81rio-de-cargas.pdf>

Iniciativas como a BR do Mar e a atualização do marco ferroviário têm como intuito de a diversificação da matriz logística brasileira, rumo à menor dependência do modal rodoviário e em busca de alternativas mais competitivas e atrativas para investimentos privados. O potencial para o crescimento e desenvolvimento de ambos modais é um vetor de transformação e da retomada necessária do crescimento econômico brasileiro, com maior eficiência e produtividade.

O Novo Marco Ferroviário, instituído por meio da Lei nº 14.273/2021, é um avanço para a construção de novas ferrovias, além das que estão no modelo de concessão. A lei nº 14.273/2021 estabelece a organização do transporte ferroviário e possibilita a construção de novos trechos por autorização do poder público. Até o mês de outubro de 2022, já haviam sido registrados 89 (oitenta e nove) requerimentos para construções de trechos nesse modelo, com projeção de investimentos de R\$ 258 bilhões e ampliação da malha ferroviária em 22 (vinte e dois) mil quilômetros<sup>128</sup>. Atualmente, a matriz ferroviária corresponde a 14,95% do transporte de carga no país e a expectativa é que até 2035 esse valor corresponda a 40%, com previsão para a geração de 225 mil postos de trabalho.

Já o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem – BR do Mar pode significar um aumento de 40% nas embarcações que trafegam pela costa brasileira e a expectativa é que a nova legislação promova um aumento para 30% na participação da cabotagem na matriz de transportes. Estimativas da Empresa de Planejamento e Logística (EPL)<sup>129</sup> apontam que, atualmente, a cabotagem custa em média 60% menos que o modo rodoviário e 40% menos que o ferroviário. Isso se deve, especialmente, à característica do modal de alta capacidade e de baixo risco de roubo e danificação da carga, o que possibilita ganho de escala.

Em relação ao setor de energia, o preço praticado no Brasil é um dos mais altos do mundo, o que torna a indústria brasileira pouco competitiva. De acordo com a *International Energy Agency* (IEA)<sup>130</sup>, o Brasil é o segundo país com preço de energia gerada mais cara do mundo, atrás somente da Alemanha. Isso se deve à alta incidência de tributos e encargos setoriais na composição tarifária. No caso da energia elétrica, os tributos e encargos setoriais são equivalentes a 44% do valor total da tarifa<sup>131</sup>.

---

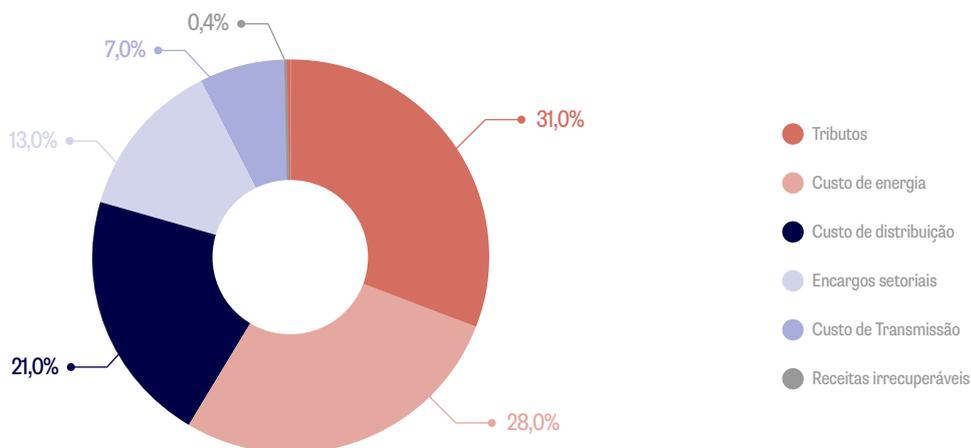
<sup>128</sup> Governo Federal. Pro Trilhos chega a 89 propostas e R\$ 258 bilhões de investimentos projetados em um ano. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2022/10/pro-trilhos-chega-a-89-propostas-e-r-258-bilhoes-de-investimentos-projetados-em-um-ano>

<sup>129</sup> A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), criada pela Lei 12.743/2012, “é uma empresa estatal que tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no país, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias.”. Disponível em: <https://portal.epl.gov.br/quem-somos>.

<sup>130</sup> International Energy Agency (IEA). World Energy Statistics and Balances. 2023. Disponível em: <https://www.iea.org/data-and-statistics/data-product/world-energy-statistics-and-balances>

<sup>131</sup> Confederação Nacional da Indústria (CNI). Impacto Econômico do Aumento no Preço da Energia Elétrica. 2021. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/11/impacto-economico-do-aumento-no-preco-da-energia-eletrica/>

**GRÁFICO 17**  
COMPOSIÇÃO DA TARIFA DE ENERGIA (%)



Fonte: CNI, 2021.

O custo e a segurança no fornecimento da energia elétrica são fatores determinantes para diversos segmentos econômicos. De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE)<sup>132</sup>, em 2021, o setor industrial foi o segundo maior consumidor de energia no Brasil, respondendo por 32,3% do consumo total brasileiro, com crescimento de 3,6% em relação à 2020.

Uma iniciativa relevante para a competitividade dos preços da energia elétrica se refere à expansão do mercado livre de energia. Em setembro de 2022, o Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a Portaria no 50/2022, que habilita todos os consumidores de alta tensão (Grupo A), independentemente de seu consumo, a migrar para o ambiente de contratação livre (ACL) a partir de janeiro de 2024. Atualmente, somente grandes clientes<sup>133</sup> têm acesso ao mercado livre de energia, modalidade na qual são negociadas livremente entre fornecedor e consumidor as condições comerciais da energia contratada. A ampliação da comercialização da energia traz maior liberdade de escolha para os consumidores e conseqüente benefícios em termos de competitividade, uma vez que a concorrência tende a proporcionar preços mais atrativos, de modo a melhorar a eficiência do setor elétrico.

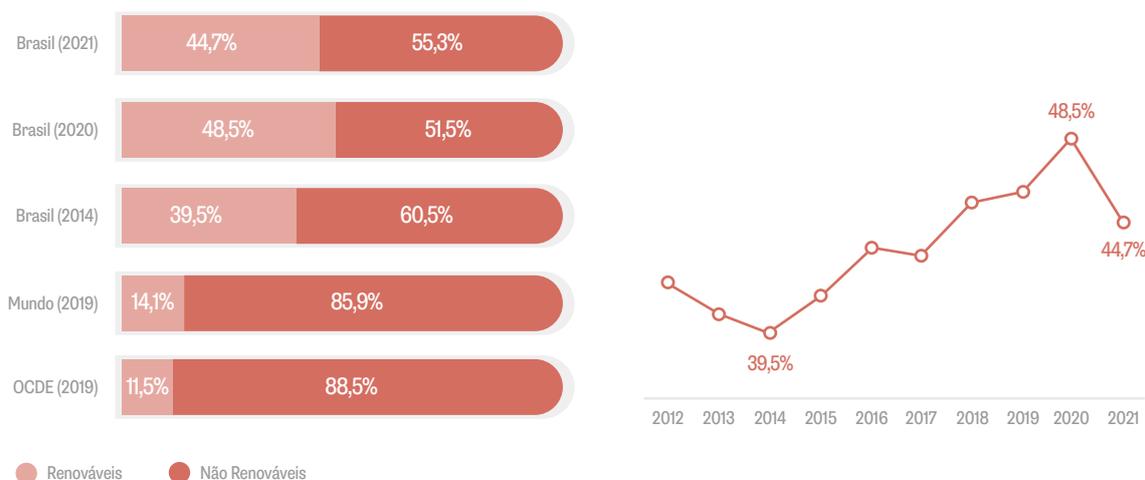
No caminho da transição energética, o Brasil deve aproveitar seu lugar de destaque para se manter na liderança da agenda ambiental. Atualmente, a matriz energética brasileira é uma das mais limpas do mundo. A participação de fontes renováveis na matriz nacional corresponde a 44,7%, muito superior ao observado no resto do mundo (14,1%)<sup>134</sup>. As fontes não renováveis são responsáveis pela emissão de GEEs, associados à mudança climática e centro das discussões sobre sustentabilidade. O Brasil, pela característica de sua matriz energética, com participação considerável de fontes de energia renovável, produz menos GEE por habitante do que grande parte dos países do mundo.

<sup>132</sup> Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Balanço Energético Nacional. Relatório Síntese 2022 ano base 2021. 2022. Disponível em: [https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-675/topico-631/BEN\\_S%C3%ADntese\\_2022\\_PT.pdf](https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-675/topico-631/BEN_S%C3%ADntese_2022_PT.pdf)

<sup>133</sup> Clientes cujo consumo de energia elétrica é maior ou igual a 500 kW.

<sup>134</sup> Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Balanço Energético Nacional. Relatório Síntese 2022 ano base 2021. 2022. Disponível em: [https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-675/topico-631/BEN\\_S%C3%ADntese\\_2022\\_PT.pdf](https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-675/topico-631/BEN_S%C3%ADntese_2022_PT.pdf)

**GRÁFICO 18**  
PARTICIPAÇÃO DAS RENOVÁVEIS NA OIE



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética, 2022.

Nota: A queda da participação de renováveis na matriz energética entre 2020 e 2021 se justifica pela queda de energia hidráulica, associada à escassez hídrica e ao acionamento das usinas termelétricas.

Enquanto o país busca a liderança de fontes limpas na matriz energética nacional, uma alternativa para atender a demanda energética com estabilidade e segurança é a utilização do gás natural, menos poluente do que outros combustíveis fósseis. Atualmente, o gás natural corresponde a 13% da matriz energética brasileira<sup>135</sup>, sendo a terceira fonte de energia mais utilizada no país. A aprovação da Nova Lei do Gás e as recentes iniciativas governamentais relacionadas ao gás natural têm como objetivo a abertura do mercado de gás natural, com a transição para um mercado menos concentrado e mais competitivo. De acordo com a Associação Brasileira de Comercializadores de Energia (ABRACEEL), a implementação da Nova Lei do Gás tem potencial de gerar R\$ 260 bilhões de investimentos anuais até 2032 e promover R\$ 162 bilhões de redução de custos aos consumidores por ano<sup>136</sup>.

Em se tratando dos serviços de telecomunicações, o provimento de infraestrutura digital é condição habilitadora e transversal para a transformação digital do país. A economia digital necessita da infraestrutura de conectividade e de dados para permitir o surgimento e desenvolvimento de inovações tecnológicas. Quanto maior a qualidade e disponibilização do acesso da infraestrutura digital, ampliam-se as possibilidades de difusão dos processos tecnológicos, fortalecendo sua presença em todas as esferas de interação da economia.

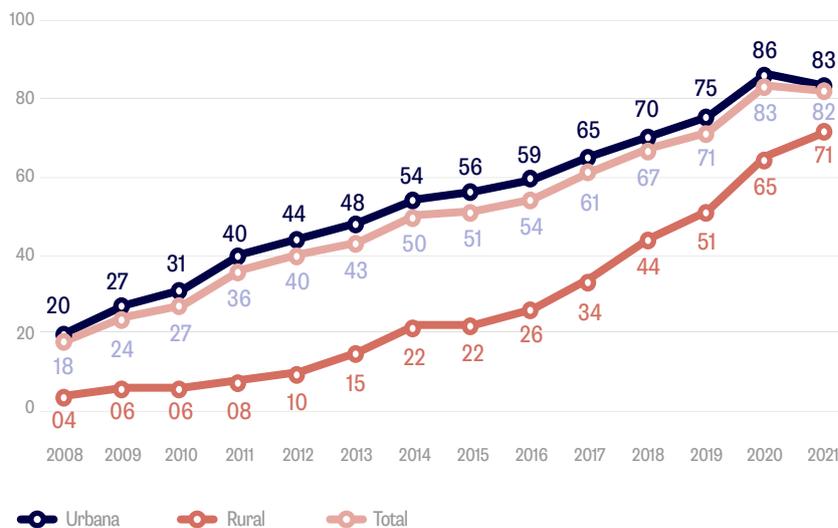
Dados da pesquisa TIC Domicílios, do Comitê Gestor da Internet (CGI.br)<sup>137</sup>, apontam para o aumento da conectividade da população brasileira, com aproximadamente 82% dos domicílios brasileiros com acesso à internet. Isso representa um salto de 21 (vinte e um) pontos percentuais de domicílios conectados na área rural e 8 (oito) pontos percentuais na área urbana, em relação a 2019.

<sup>135</sup> Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Balanço Energético Nacional. Relatório Síntese 2022 ano base 2021. 2022. Disponível em: [https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-675/topico-631/BEN\\_S%C3%ADntese\\_2022\\_PT.pdf](https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-675/topico-631/BEN_S%C3%ADntese_2022_PT.pdf)

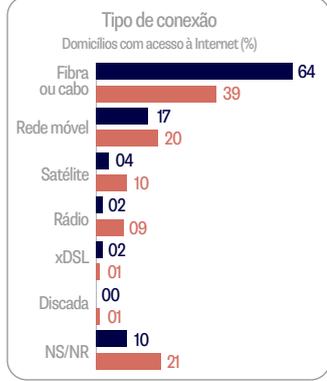
<sup>136</sup> Associação Brasileira de Comercializadores de Energia (ABRACEEL). Setor de gás lista propostas para desconcentrar mercado, acelerar competição e reduzir custos anuais de R\$ 162 bi dos consumidores. 2022. <https://abraceel.com.br/blog/2022/08/setor-de-gas-lista-propostas-para-desconcentrar-mercado-acelerar-competicao-e-reduzir-custos-anuais-de-r-162-bi-dos-consumidores/>

<sup>137</sup> Comitê Gestor da Internet no Brasil. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2021. 2022. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20221121125504/tic\\_domicilios\\_2021\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20221121125504/tic_domicilios_2021_livro_eletronico.pdf)

**GRÁFICO 19**  
DOMICÍLIOS COM ACESSO À INTERNET POR ÁREA (2008-2021)



Aumento significativo entre domicílios de área rural (+11 pp) e urbana (+8 pp) (2019-2021)



Fonte: CGI, 2022.

Com a intensificação do uso de dados e o aumento de dispositivos conectados, amplia-se a necessidade de garantir uma estrutura de conectividade estável, segura e de qualidade nos municípios brasileiros. A tecnologia 5G corresponde a uma evolução da conectividade, com o aumento da qualidade de forma exponencial, capaz de gerar um ciclo de inovações a partir da sua velocidade, baixa latência e enorme disponibilidade. A capacidade de processar dados com rapidez possibilitará a transformação na indústria 4.0, além de representar avanços em diversos setores da economia.

Um marco importante para a melhoria da conectividade no país se refere ao leilão do 5G, com objetivo de garantir a implantação e expansão da tecnologia no país. Seu caráter não arrecadatário teve foco na viabilização da infraestrutura de forma rápida e com ampla cobertura geográfica e não na geração de altas arrecadações para o Estado. De acordo com o cronograma de implantação das empresas vencedoras, está prevista a universalização do espectro 5G para todo país até 2030.

A implantação de infraestruturas de comunicação, no entanto, especialmente com relação a direitos de passagem e à instalação de estações rádio base continua sendo um gargalo no Brasil. As operadoras precisam cumprir regulamentações federais e locais, que podem variar por estado e município, mas apenas uma pequena parcela das cidades brasileiras conta com Leis de Antenas atualizadas de acordo com a legislação federal, além de processos simplificados para licenciamento de infraestrutura de redes móveis.

Os custos elevados para construção e operação de todos os segmentos de investimentos em redes de telecomunicações e TI, incluindo redes de acesso, transporte, data centers, softwares e outros segmentos também constituem um entrave para o avanço da infraestrutura digital no país. Estes custos incluem elevada e complexa carga tributária, o custo de energia, logística e de importação de equipamentos, incerteza jurídica e regulatória, falta de mão de obra qualificada, entre outros.

Por fim, no que se refere ao saneamento básico, serviço essencial para a melhoria da qualidade de vida e saúde da população e com potencial de geração de efeitos sobre outras dimensões, como produtividade dos trabalhadores, educação e valorização imobiliária, o país ainda apresenta um déficit significativo. De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)<sup>138</sup>, atualmente quase 100 (cem) milhões de brasileiros (45%) não tem acesso à coleta de esgoto, e 16% não tem acesso à água tratada.

O Novo Marco Legal do Saneamento Básico, instituído pela Lei 14.026/2020, representa um avanço na universalização dos serviços de água e esgoto. A lei visa contribuir para a constituição de um arcabouço legal que incentive os investimentos na área e avanços na sua regulação. De acordo com o Governo Federal<sup>139</sup>, a nova legislação tem sido uma ferramenta eficaz para a atração de recursos para obras e projetos de saneamento básico no país. Desde de sua sanção em 2020, a lei já gerou cerca de R\$72,2 bilhões em nove leilões de concessão de serviços realizados sob as regras da nova legislação para o setor. O marco legal aumentou a segurança jurídica, propiciando um ambiente mais competitivo e sustentável, o que tem viabilizado a atração de investidores.

De acordo com o Instituto Trata Brasil<sup>140</sup>, a universalização do saneamento pode gerar em torno de R\$ 816 bilhões em benefícios líquidos no período de 2021-2040, equivalente a R\$ 40,8 bilhões por ano em benefícios, com ganhos na área da saúde, educação, produtividade do trabalho, turismo e valorização imobiliária.

No âmbito da infraestrutura, de forma geral, o Brasil avançou significativamente nos últimos anos em termos de parcerias e concessões. No entanto, o desenvolvimento da infraestrutura não deve estar ancorado somente em investimentos privados. É fundamental que o setor público busque alternativas para ampliação de seus investimentos em infraestrutura, especialmente para projetos pouco atrativos, de maior risco e menor retorno financeiro.

A melhoria da qualidade da infraestrutura deve estar alicerçada no incentivo à participação de investimentos privados, na busca por alternativas às restrições fiscais que dificultam a ampliação dos investimentos públicos em obras de infraestrutura, na continuidade da modernização dos marcos regulatórios, no fortalecimento e independência dos órgãos reguladores, e no planejamento integrado e a longo prazo, que se traduza em um *pipeline* previsível de projetos bem estruturados. Desse modo, será possível construir uma infraestrutura robusta, capaz de apoiar o desenvolvimento das atividades econômicas, com geração de oportunidades e melhoria da qualidade de vida da população.

---

<sup>138</sup> Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Diagnóstico Temático Serviços de Água e Esgoto Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento DEZ/2021 Visão Geral ano de referência 2020. 2021. Disponível em: [http://antigo.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/ae/2020/DIAGNOSTICO\\_TEMATICO\\_VISAO\\_GERAL\\_AE\\_SNIS\\_2021.pdf](http://antigo.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/ae/2020/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2021.pdf)

<sup>139</sup> Governo Federal. Novo Marco Legal do Saneamento permitiu atração de R\$ 72,2 bilhões em investimentos para o setor. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2022/03/novo-marco-legal-do-saneamento-permitiu-atracao-de-r-72-2-bilhoes-em-investimentos-para-o-setor>

<sup>140</sup> Instituto Trata Brasil. Benefícios econômicos e sociais da expansão do saneamento no Brasil. 2022. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/beneficios-economicos-e-sociais-da-expansao-do-saneamento-no-brasil/>

## PROPÓSITO 1

### **MATRIZ LOGÍSTICA NACIONAL DIVERSIFICADA, INTEGRADA, SUSTENTÁVEL E COM NÍVEL DE SERVIÇO ALINHADO AOS PAÍSES DE PRIMEIRO MUNDO**

- Logística é um dos principais componentes do custo Brasil, impactando na produtividade do setor produtivo. Em 2020, o Brasil registrou o menor patamar de recursos federais destinados para melhorias e expansões de rodovias, ferrovias, aeroportos e portos dos últimos 10 anos – um montante de R\$ 8,3 bilhões.
- A matriz logística brasileira é desequilibrada, sendo majoritariamente rodoviária, modal que corresponde a 64,8% do transporte de carga do país.
- Iniciativas como a BR do Mar e a atualização do marco ferroviário têm como intuito de a diversificação da matriz logística brasileiro, rumo a menor dependência do modal rodoviário e em busca de alternativas mais competitivas e atrativas para investimentos privados.

	<b>INDICADOR</b>	Percentual de participação dos modais na matriz logística nacional, por tipo
	<b>Fonte</b>	CNT
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2021
	<b>Situação Atual</b>	Rodoviário: 64,86% Ferroviário: 14,95% Cabotagem: 10,47% Hidroviário: 5,25% Dutoviário: 4,45% Aeroviário: 0,03%
	<b>Meta 2034</b>	Rodoviário: 51% Ferroviário: 31% Cabotagem: 11% Hidroviário: 6% Dutoviário : 1% Aeroviário: 0,05%

## PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Fortalecer o planejamento logístico integrado de longo prazo**, a partir de uma estratégia de sustentabilidade nos transportes, considerando a viabilidade financeira dos projetos e seus resultados econômicos, sociais e ambientais. O resultado do planejamento deve se traduzir em um *pipeline* previsível de projetos hierarquizados, de acordo com critérios amplamente aceitos e com benefícios para a sociedade, comunicando adequadamente as vantagens estimadas perante os custos de implantação, acompanhadas de um cronograma estimado de implantação, de modo a torná-lo plano de Estado, preservado inclusive em transições políticas. (BNDES<sup>7</sup>, ABDIB<sup>28</sup>; Governo Federal<sup>69</sup>; Ministério da Infraestrutura<sup>70</sup>)
- **Incentivar os instrumentos privados de fomento** e aprovação da lei de debêntures de infraestrutura. (MBC<sup>22</sup>/ Especialistas setoriais)
- **Melhorar a operação e manutenção das rodovias brasileiras** por meio da expansão e aprimoramento dos modelos de concessão da malha rodoviária e da recuperação da capacidade do poder público de investir na malha rodoviária (União, Estados e Municípios) em trechos que tragam maior ganho de produtividade para a economia (Ministério da Infraestrutura<sup>70</sup>; ABDIB<sup>28</sup>)
- **Reforçar o Programa de Parceria de Investimentos (PPI)**, com *pipeline* de projetos bem definidos, que garantam segurança jurídica dos investidores, com garantia de sequência de investimentos. (BNDES<sup>7</sup>, Ministério da Infraestrutura<sup>70</sup>, Governo Federal<sup>60</sup>, especialista setorial)

## DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Incentivar investimentos nos principais eixos rodoviários de ligação do país para ampliação de sua capacidade e interligação de modais eficientes**, garantindo logística para escoamento da produção brasileira, com redução do custo de transporte e aumento da competitividade da produção nacional; (Ministério da Infraestrutura<sup>70</sup>, CNT)
- **Dar continuidade ao processo de privatização aeroportuária**; (CNI<sup>71</sup>; MBC<sup>22</sup>)
- **Privatizar as administrações portuárias públicas**; (CNI; MBC<sup>22</sup>)
- **Expandir a malha ferroviária nacional por meio da viabilização de obras qualificadas pelo PPI, com o estímulo** à inserção do modelo ferroviário de curta distância (short lines), de maior interesse do setor privado, conectado a eixos principais; (Ministério da Infraestrutura<sup>70</sup>; ABDIB<sup>28</sup>)
- **Aprimorar a eficácia e a qualidade da atuação regulatória no setor de transportes**, por meio da fusão da ANTT com a ANTAQ e do fortalecimento da ANAC, para ampliar nesta a transparência das cobranças e coibir preços abusivos dos serviços específicos (CNI<sup>71</sup>)

## PROPÓSITO 2

### FORNECIMENTO DE ENERGIA REGULAR E A PREÇOS COMPETITIVOS, GARANTINDO A LIDERANÇA DE FONTES LIMPAS NA MATRIZ ENERGÉTICA NACIONAL

- O preço para o consumidor final é o segundo mais caro do mundo, atrás apenas da Alemanha;
- A participação de fontes renováveis na matriz nacional corresponde a 44,7%, muito superior ao observado no resto do mundo (14,1%);
- A matriz energética brasileira é uma das mais limpas do mundo. A participação de renováveis na matriz energética brasileira corresponde a 44,7%, muito superior ao observado no resto do mundo (14,1%).

	<b>INDICADOR 1</b>	Repartição da Oferta Interna de Energia, por tipo de fonte
	<b>Fonte</b>	EPE
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2021
	<b>Situação Atual</b>	Fontes renováveis: 44,7% Fontes não renováveis: 55,3%
	<b>1ª Meta 2034</b>	Participação de 60% de fontes renováveis na matriz energética brasileira

	<b>INDICADOR 2</b>	Custo da energia elétrica
	<b>Fonte</b>	ANEEL, Relatório Mercado Cativo - SAMP; OCDE - IEA, Key World Energy Statistics; Empresa de Pesquisa Energética, Consumo Mensal de Energia Elétrica por Classe; Bacen, Câmbio e Capitais Internacionais
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	ANEEL: 2020; OCDE - IEA: 2021 (dados de 2020); Empresa de Pesquisa Energética: 2020; Bacen (2020)
	<b>Situação Atual</b>	Fontes renováveis: 44,7% Fontes não renováveis: 55,3%
	<b>2ª Meta 2034</b>	Brasil: R\$ 562,93/MWh - 17ª posição. Média OCDE: R\$ 566,56/MWh; Noruega: R\$ 103,88/MWh - 1ª posição; Suécia: R\$ 324,57/MWh; EUA: R\$ 343,39/MWh; Dinamarca: R\$ 397,57/MWh; Finlândia: R\$ 401,95/MWh - 5ª posição; ...Coreia do Sul: R\$ 486,29/MWhV - 10ª posição

## PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Aprimorar os modelos computacionais para formação dos preços e reduzir o custo da energia** elétrica a partir da revisão do modelo atual e eliminação dos subsídios existentes nas contas de energia elétrica, com a transferência progressiva dos subsídios embutidos na CDE para o Tesouro (ABDIB<sup>28</sup>; ABRACE; CNI<sup>72</sup>; ABRACEEL<sup>73</sup>; ; MBC<sup>22</sup>)
- **Modernizar o setor elétrico e acelerar de forma segura e confiável a abertura do mercado**, dando ampla liberdade de escolha do fornecedor de energia elétrica a todos os consumidores, de forma a promover redução de custos, realocação de riscos, melhorar o atendimento e ampliar incentivos à inovação. (Aprovar as propostas sugeridas nos PL 414/2021 e PL 1917/2015;) (ABDIB<sup>28</sup>; ABRACEEL<sup>73</sup>; CNI<sup>72</sup>; MBC<sup>22</sup>)
- **Aumentar a oferta e demanda de Gás Natural como alternativa de energia mais limpa para a transição energética brasileira**, com competitividade setorial e garantindo estabilidade e segurança energética para expansão de fontes intermitentes (como eólica, solar e biomassa) (ABDIB<sup>28</sup>; CNI<sup>72</sup>; MBC<sup>22</sup>; Ministério de Minas e Energia<sup>74</sup>)
  - Fortalecer a ANP para dar celeridade à agenda regulatória prevista na Nova Lei do Gás;
  - Implementar o Pacto Nacional para Abertura do Mercado de Gás, em que os estados aderirão às boas práticas regulatórias para facilitar o mercado livre de gás natural.
  - Promover políticas de desconcentração na oferta de gás natural, criando ambiente concorrencial equânime aos novos ofertantes.

## DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS:

- **Modernizar a infraestrutura do setor elétrico e seu uso, por meio do incentivo à utilização de sinais de preço e redes inteligentes**, viabilizando novos produtos e fluxo de informação que suportará uma gestão mais eficiente dos ativos elétricos; (ABDIB<sup>28</sup>; ABRACEEL<sup>74</sup>; Ministério de Minas e Energia<sup>74</sup>)
- Aprimorar políticas públicas, marcos regulatórios e desenhos de mercado de energia que estimulem de forma competitiva a **ampliação de fontes renováveis na matriz elétrica brasileira**; (MBC<sup>22</sup>; ONU<sup>75</sup>; Ministério de Minas e Energia<sup>74</sup>)
- **Ampliar os investimentos em expansão e modernização da malha de transmissão**, garantindo maior resiliência e estabilidade na operação do Sistema Elétrico Nacional, por meio da ampliação de leilões de concessão. (SIN) (ABDIB<sup>28</sup>; CNI<sup>72</sup>; MBC<sup>22</sup>)

## PROPÓSITO 3

### CONECTIVIDADE E INFRAESTRUTURA DE DADOS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL PARA ALAVANCAR A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

- 82% dos domicílios brasileiros possuem acesso à internet. Tal número representa um salto de 21 (vinte e um) pontos percentuais de domicílios conectados na área rural e 8 (oito) pontos percentuais na área urbana, em relação a 2019;
- A característica geográfica do Brasil é um desafio para a expansão da banda larga de qualidade para que o país expanda redes de comunicação em áreas rurais e remotas;
- A implantação de infraestruturas de comunicação, especialmente com relação a direitos de passagem e à instalação de estações rádio base, continua sendo um gargalo no Brasil. As operadoras devem cumprir regulamentações federais e locais, que podem variar por estado e município;
- Os custos elevados para construção e operação de todos os segmentos de investimentos em redes de telecomunicações e TI, incluindo redes de acesso, transporte, *datacenters*, *softwares* e outros segmentos são um entrave para o avanço da infraestrutura digital no país. Estes custos incluem elevada e complexa carga tributária, o custo de energia, logística e de importação de equipamentos, incerteza jurídica e regulatória, falta de mão de obra qualificada, entre outros.

	<b>INDICADOR</b>	Percentual de municípios com acesso à banda larga no país
	<b>Fonte</b>	Anatel
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2020
	<b>Situação Atual</b>	84% dos municípios com acesso à banda larga
	<b>Meta 2034</b>	100% dos municípios com acesso à banda larga

## PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Melhorar a coordenação política entre Governo Federal e Subnacionais para desburocratizar os processos de licenciamentos e facilitar a implantação da infraestrutura de conectividade e de dados** do país, a partir da harmonização das legislações municipal e federal, especialmente em relação à Lei Geral de Antenas; (Brasscom<sup>76</sup>; CNI<sup>72,77</sup>; Conexis<sup>78</sup>; MBC<sup>38</sup>; OCDE<sup>79</sup>)
- **Priorizar recursos do FUST para investimentos em expansão e melhoria do acesso à banda larga fixa e móvel no país**, por meio do fortalecimento do conselho gestor do fundo, de modo a garantir melhoria da governança e mobilização de seus recursos para a ampliação da conectividade, especialmente nas áreas rurais; (E-Digital<sup>80</sup>; MBC<sup>38</sup>; OCDE<sup>79</sup>)
- **Editar políticas efetivas que reduzam o custo de investimento em infraestrutura digital no país**, incluindo redes de telecomunicações, TI, *software*, *datacenters* e outros, passando pela desoneração e simplificação tributária, redução de custos e tarifas de importação, de assimetrias regulatórias e outras medidas; (Especialistas setoriais)

- **Estimular, investir e apoiar projetos de democratização do acesso à rede de internet e serviços públicos nas cidades**, especialmente em áreas remotas e de baixa renda e para grupos sociais vulneráveis. (OCDE; E-Digital; Especialistas setoriais)

## **DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS**

- **Priorizar política de fomento à atração de *datacenters* no país**, como base para maior desenvolvimento da economia digital, fomentando a competitividade nacional frente a outros países, em especial atenção aos altos custos de operação de tais infraestruturas no país em comparação a outros países; (E-digital<sup>80</sup>; ABDI<sup>81</sup>; OCDE<sup>79</sup>; MBC; Especialistas setoriais)
- **Elevar o nível de proteção das infraestruturas críticas do país**, por meio da adoção e uso de tecnologias digitais e serviços avançados de segurança digital, e estabelecimento de políticas de segurança cibernética; (Conexis<sup>82</sup>; MBC<sup>38</sup>; E-Ciber<sup>83</sup>; OCDE<sup>79</sup>; Especialistas setoriais)

## PROPÓSITO 4

### UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE ÁGUA TRATADA, COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

- No Brasil, a cobertura de saneamento básico ainda apresenta um déficit significativo, especialmente no que se refere à cobertura de esgoto. Atualmente, quase 100 (cem) milhões de brasileiros (45%) não tem acesso à coleta de esgoto e 16% não tem acesso à água tratada.
- Estima-se ser necessário o montante de R\$ 27,6 bilhões<sup>141</sup> ao ano investidos em serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para suprir os déficits existentes no país. No entanto, a média anual de investimentos entre 2010 e 2020 foi de R\$ 13,7 bilhões<sup>142</sup>, significativamente abaixo do estimado.
- Sobre o impacto de investimentos em saneamento básico sobre indicadores de saúde, um município que recebe um novo investimento de saneamento básico alcança uma redução de até 1,1% em suas internações hospitalares, considerando o total da população. Para bebês, a redução é de 4,0%. Em 2019, o Brasil teve mais de 273 mil internações por doenças de veiculação hídrica<sup>143</sup>.

	<b>INDICADOR 1</b>	Percentual da população com água potável (Índice de Atendimento Total de Água)
	<b>Fonte</b>	SNIS
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2020
	<b>Situação Atual</b>	84% da população com água potável
	<b>1ª Meta 2034</b>	99% da população com água potável

	<b>INDICADOR 2</b>	Percentual da população com coleta e tratamento de esgoto (Índice de Atendimento Total de Esgoto)
	<b>Fonte</b>	SNIS
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2020
	<b>Situação Atual</b>	55% da população com coleta e tratamento de esgoto
	<b>2ª Meta 2034</b>	90% da população com coleta e tratamento de esgoto

<sup>141</sup> A preços de 2019.

<sup>142</sup> A preços de 2019.

<sup>143</sup> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Impactos de investimentos em água e esgoto sobre indicadores de saúde. 2021. Disponível em: [https://web.bnades.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/21362/1/RAE\\_v.%203%2C%20n.%207%2C%20Impactos%20de%20investimentos%20de%20C3%A1gua%20e%20esgoto\\_ago.%202021.pdf](https://web.bnades.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/21362/1/RAE_v.%203%2C%20n.%207%2C%20Impactos%20de%20investimentos%20de%20C3%A1gua%20e%20esgoto_ago.%202021.pdf)

## PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Fortalecer a atuação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) como órgão regulador e normatizador de referência para o saneamento básico no Brasil**, de modo a contribuir para o fortalecimento da regulação infranacional dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos; (BNDES<sup>84</sup>; Instituto Trata Brasil<sup>85</sup>)
- **Melhorar a articulação e harmonização da legislação entre subnacionais para viabilizar a prestação única dos serviços de saneamento de forma regionalizada**, especialmente nos casos das regiões cujas companhias de estaduais de saneamento básico (CESBs) não foram capazes de comprovar capacidade econômico-financeiro para universalização dos serviços de água e esgoto; (BNDES<sup>84</sup>; Instituto Trata Brasil<sup>85</sup>)
- **Ampliar a participação de investimentos privados para universalização dos serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto**, por meio da realização de concessões, parcerias público-privadas e debêntures incentivadas. (BNDES<sup>84</sup>; Instituto Trata Brasil<sup>85</sup>; ABDIB<sup>84</sup>)

## DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Direcionar e ampliar investimentos para regiões remotas e de menor viabilidade financeira**, por meio da análise prévia da viabilidade de projetos de parceria público-privada e de concessão de serviços de água e saneamento, de modo a reduzir riscos associados e elevar a taxa de sucesso para os atores envolvidos; (BNDES<sup>84</sup>; Instituto Trata Brasil<sup>85</sup>)
- **Aprimorar a estruturação de projetos e concessões de saneamento**, promovendo a continuidade, o aprimoramento e a expansão do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e PPPs (FEP), viabilizando novas concessões e parceria público-privada estaduais e municipais; (MDR<sup>86,87</sup>)
- **Melhorar a eficiência e a redução de perdas na distribuição de água tratada** pelos prestadores de serviços públicos de saneamento básico e de abastecimento de água, por meio de mecanismos que viabilizem a manutenção do sistema de captação e distribuição de água, com definição de requisitos mínimos de qualidade do serviço (limites máximos de perda na distribuição) e garantindo a viabilidade econômica dos investimentos em medidas para diminuição do desperdício. (Projeto de Lei do Senado (PLS) 317/2018) (Instituto Trata Brasil<sup>85</sup>)

# MEIO AMBIENTE



## PATRIMÔNIO NATURAL EQUILIBRADO, COM USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS E FOCO NO COMBATE À MUDANÇA CLIMÁTICA

O Brasil é um país riquíssimo em recursos naturais e biodiversidade, que tem enfrentado desafios significativos no que diz respeito à preservação do meio ambiente. Desde a extinção de espécies até a poluição nos grandes centros urbanos, ele enfrenta constantemente obstáculos para manter seus ecossistemas saudáveis. A maior ameaça é a destruição dos ecossistemas naturais, causada pelo desmatamento. O governo brasileiro tem implementado diversas medidas para controlar a destruição ambiental, mas muito trabalho ainda precisa ser feito para restaurar os ecossistemas danificados e proteger aqueles que ainda existem. O pilar de meio ambiente representa uma oportunidade de soluções para as questões nacionais mais presentes e também possui relação direta com as agendas globais, onde o Brasil possui compromissos firmados. Para a promoção do desenvolvimento sustentável, além da questão ambiental, o Brasil possui relevantes desafios a serem perseguidos nos próximos anos.

Ao longo dos anos, a política ambiental brasileira foi pouco a pouco arquitetada e desenvolvida com base em uma organização que prevê a possibilidade de meio ambiente equilibrado e de responsabilidade tanto dos governos quanto da sociedade<sup>144</sup>. Algumas estruturas, como o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA<sup>145</sup>) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA<sup>146</sup>), foram criadas pela Lei da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) com o objetivo de organizar a gestão dessa política.

Como mencionado no documento Governança Ambiental no Brasil<sup>147</sup>, não há como ter uma boa governança sem princípios básicos, que por si já representam desafios para a política ambiental brasileira. Tais princípios prezam pela definição de metas e objetivos, garantindo processos de decisão participativos, equitativos e globalizante, incluindo a responsabilização, transparência, prestação de contas, e que garantam a tríade: efetividade, eficiência e eficácia.

Alguns gargalos da narrativa do meio ambiente no Brasil estão concentrados no investimento de recursos financeiros e humanos (qualificados) no tema. Atualmente se faz necessário reestabelecer de forma ampla a estrutura de governança e dos órgãos primordiais para a boa gestão da política ambiental. Além disso, é preciso ampliar e garantir a execução dos recursos orçamentários e extraorçamentários destinados à essa área de políticas públicas - com destaque para a reativação e o fortalecimento dos fundos existentes, ampliar os recursos financeiros e humanos do Ministério do Meio Ambiente (MMA), dos órgãos federais do SISNAMA e dos órgãos com interface em outros ministérios, garantir pessoal habilitado tecnicamente a exercer as funções pelas quais são responsáveis e certificar transparência e responsabilização nos processos governamentais afetos à política ambiental.

<sup>144</sup> Observatório do Clima. *Construindo uma potência ambiental - Volume 1: Propostas para a Política Ambiental Brasileira em 2023-2024*. 2022. Disponível em: [Observatório do Clima Observatório do Clima - construindo uma potência ambiental - vol. 1 - OC | Observatório do Clima](#)

<sup>145</sup> Criado em 1981, o SISNAMA é uma estrutura que une órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a fim de organizar a gestão ambiental no país.

<sup>146</sup> O CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA.

<sup>147</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6800>

Torna-se fundamental também estabelecer uma agenda estratégica que valorize ativos ambientais brasileiros, assim como devemos pensar num planejamento territorial integrado que contemple as áreas urbanas e rurais. Em relação à gestão urbana, o assunto se tornou menos evidente com a extinção da pasta Ministério das Cidades. A condução desse tema ainda está longe de ter efetiva correlação com a questão ambiental e climática no país, e as perspectivas de avanços nesse sentido ficaram ainda mais distantes<sup>148</sup>. Somado a isso, nos últimos anos, o Brasil tem presenciado o aumento de desastres naturais gerados por grandes deslizamentos e inundações violentas que deram relevância e destaque a esse propósito.

É sabido que a infraestrutura natural proporciona diversos benefícios para a população, dentre eles estão: a proteção costeira contra erosão e inundação, a redução de danos por enchentes e tempestades, a conservação e a melhoria na qualidade da água e no sequestro de carbono, entre outros, podendo desempenhar um papel importantíssimo no fortalecimento da resiliência dos ecossistemas aos impactos da variabilidade e mudança climática<sup>149</sup>. O que faz do planejamento ambiental urbano tema de suma importância também para a prevenção e o controle de desastres ambientais.

Em meio a utilização dos recursos naturais, não podemos ignorar o fato de que as conquistas econômicas e sociais da atualidade não podem comprometer a capacidade de preservação dos ativos ambientais e de atendimento às necessidades das gerações futuras. Portanto é necessário

que o desenvolvimento seja ambientalmente sustentável. A atenção com o meio ambiente se torna emergencial na medida em que alguns indicadores manifestam que o planeta está sendo explorado em um ritmo acima da sua capacidade de regeneração<sup>146</sup>.

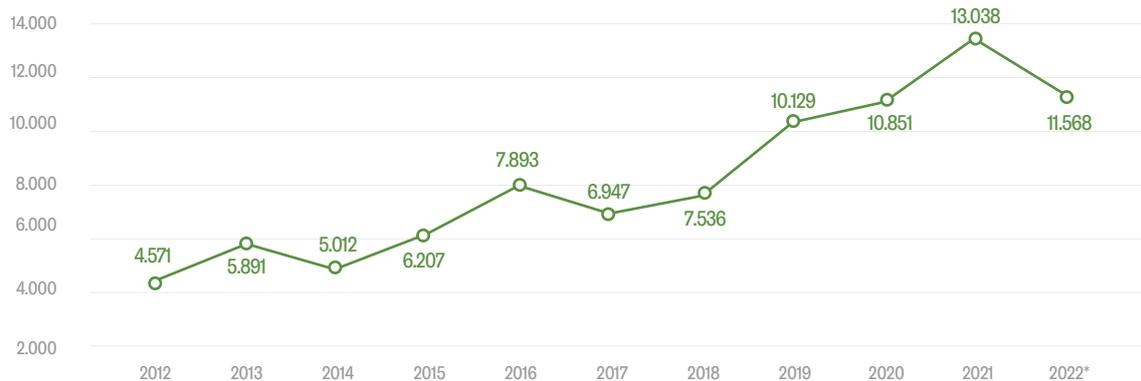
O Brasil hospeda cerca de 59% da floresta amazônica, uma proporção significativa de seus recursos de água doce e pelo menos 10% da biodiversidade mundialmente conhecida, bem como terras agrícolas valiosas e florestas, vários minerais, petróleo e gás, entre outros recursos naturais que representam um imenso potencial para o crescimento econômico do Brasil.

Apesar de ter implementado políticas integradas e ações coordenadas em nível federal por meio do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), que conseguiu reduzir o desmatamento anual de 27.772 km<sup>2</sup> em 2004 para 4.571 km<sup>2</sup> em 2012, a menor taxa já registrada, o desmatamento tem aumentado nos últimos anos, atingindo quase 8.000 km<sup>2</sup> em 2016, 7.000 km<sup>2</sup> em 2017 e mais de 7.500 km<sup>2</sup> em 2018, conforme apresentado no gráfico a seguir. Ainda de acordo com o Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES), em 2019 a taxa de desmatamento anual consolidada situou-se ligeiramente acima de 10.000 km<sup>2</sup>, aumentando no ano seguinte e atingindo extensão superior a 13.000 km<sup>2</sup> em 2021. A última atualização disponível da Taxa PRODES foi em 30/11/22, portanto o valor apresentado ainda não representa o consolidado anual.

<sup>148</sup> Observatório do Clima. *Construindo uma potência ambiental - Volume 1: Propostas para a Política Ambiental Brasileira em 2023-2024*. 2022. Disponível em: [Observatório do Clima Observatório do Clima - construindo uma potência ambiental - vol. 1 - OC | Observatório do Clima](https://observatorio.clima.org.br/observatorio-do-clima-construindo-uma-potencia-ambiental-vol-1-oc-observatorio-do-clima)

<sup>149</sup> Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*. 2018. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1058>

**GRÁFICO 20**  
TAXA PRODES - KM²



Fonte: INPE - Observatório da terra - PRODES Amazônia, elaboração FGV, 2022.

O estabelecimento e gestão de áreas protegidas é considerado como uma das melhores formas para proteger a biodiversidade e a função do ecossistema, também é reconhecido como uma forma eficaz de redução do desmatamento. Embora ainda seja discutido se as áreas protegidas realmente reduzem o desmatamento ou simplesmente o desviam para outros locais, o uso estratégico de áreas protegidas, em conjunto com outras políticas, tem se mostrado eficaz na redução do desmatamento, no caso da Amazônia brasileira.

No âmbito da exploração das florestas públicas, o Brasil avançou significativamente em termos de concessões. A Lei de Gestão de Florestas Públicas<sup>150</sup> (LGFP), que também criou o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) – responsável pela gestão dos contratos de concessão – e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), tem por objetivo garantir o uso racional e eficiente dos recursos naturais, regulamentando o acesso à estas áreas. Dando possibilidade ao Governo Federal de conceder florestas públicas à terceiros, por meio de licitação, para que explorem economicamente o espaço desde que sigam as diretrizes estabelecidas pelo governo para minimizar os impactos ambientais, mediante à manejo florestal sustentável<sup>151</sup>. Além disso, o governo também estabelece regras específicas para a certificação do manejo florestal sustentável, visando garantir que as áreas sejam devidamente cuidadas e preservadas. Diante dessa possibilidade, surgem novas perspectivas para o uso sustentável dos recursos florestais, o que se torna uma medida interessante para estimular uma mudança do sistema predominante de produção de madeira na Amazônia, a exploração predatória e ilegal, para uma exploração planejada baseada no manejo florestal.

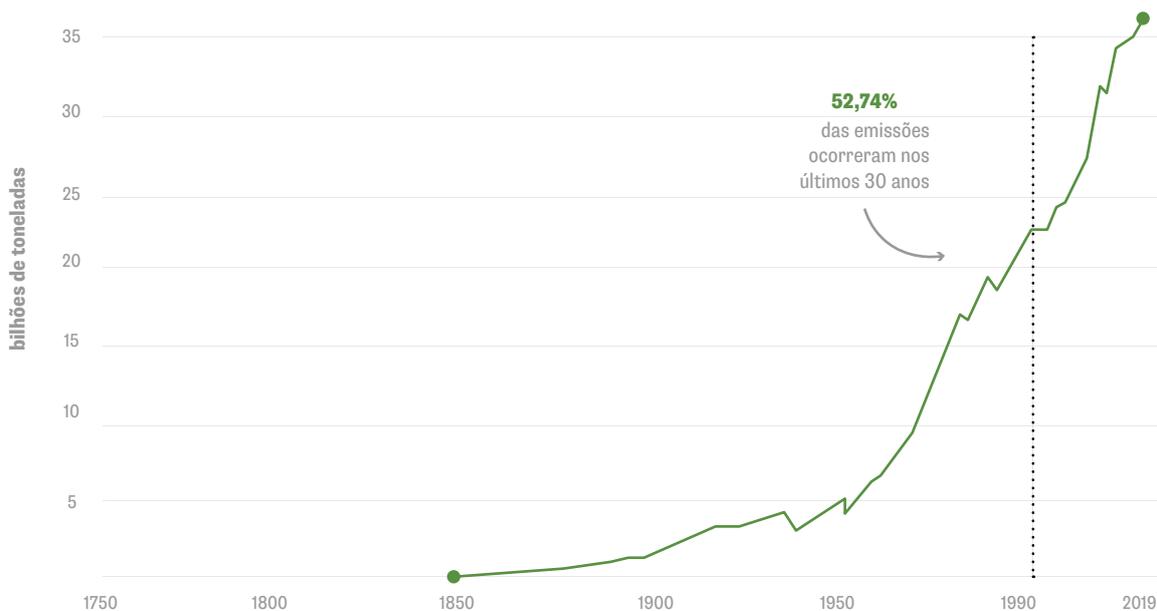
<sup>150</sup> Lei Federal 11.284, de 02/03/2006

<sup>151</sup> O manejo florestal sustentável é uma forma de exploração ambientalmente adequada, que atende às necessidades econômicas sem prejudicar o meio ambiente, regulamentado pelo Plano de Manejo Florestal Sustentável, documento elaborado por engenheiros ambientais e aprovado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

De acordo com o monitoramento realizado pelo World Resources Institute - Global Forest Review<sup>152</sup> o Brasil está no topo da lista de países para desmatamento no mundo tropical. Nos últimos anos, as políticas relacionadas ao controle do desmatamento sofreram forte impacto, com paralisações ou até mesmo reversões, o que estimulou esse avanço. O uso consciente e planejado dos recursos naturais tem por finalidade promover a conservação e a recuperação de ecossistemas, bem como a valorização e o reconhecimento de suas populações locais, buscando condições para reverter os impactos negativos no bioma da região explorada<sup>153</sup>. Conforme previsto na Constituição Federal<sup>154</sup>, o cuidado com o meio ambiente deve ser de responsabilidade tanto dos governos, como de reconhecimento e envolvimento de toda a população.

O aquecimento global é um dos maiores desafios mundiais hoje. De acordo com o primeiro volume do documento elaborado pelo Observatório do Clima - Construindo uma potência ambiental, o mundo não dispõe de muito tempo para sanar a crise climática. Ainda de acordo com o mesmo documento, a mudança climática traz prejuízos econômicos, sociais e ambientais que não deixam outra alternativa a não ser alcançar metas agudamente ambiciosas de redução de GEE e acelerar a transformação da economia mundial. Desafios grandes, mas também igualmente grandes as oportunidades para as nações que conseguirem se adiantar nessa agenda<sup>155</sup>.

**GRÁFICO 21**  
EMISSIONES TOTAIS DE CO<sub>2</sub> POR ANO



Fonte: Global Carbon Project - 2021.

152 World Resources Institute - Global Forest Review. The Top 10 Countries for Humid Tropical Primary Forest Loss from 2002 to 2021. [s.d.] Disponível em <https://research.wri.org/gfr/top-ten-lists#the-top-10-countries-for-humid-tropical-primary-forest-loss-from-2002-to-2021>

153 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 2018. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1058>

154 Ver artigos 23 e 24, 30 e 225 da Constituição Federal. Ver também a Lei Complementar nº 140/2011.

155 Observatório do Clima. Construindo uma potência ambiental - Volume 1: Propostas para a Política Ambiental Brasileira em 2023-2024. 2022. Disponível em: [Observatório do Clima Observatório do Clima - construindo uma potência ambiental - vol. 1 - OC | Observatório do Clima](#)

## PROPÓSITO 1

### REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA RUMO À ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

- Acordo do Clima de Paris: compromissos apresentados em 2015 não foram suficientes para limitar as mudanças climáticas e manter o aumento da temperatura média global em 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais (Wri Brasil);
- Promover ações para alcançar a condição de país emissor negativo de carbono até 2045;
- Direcionar o ambiente de negócios e os mercados para produtos agrícolas de baixo carbono.

	<b>INDICADOR</b>	% emissão de carbono
	<b>Fonte</b>	Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
	<b>Periodicidade</b>	A cada 5 anos
	<b>Último dado</b>	2020
	<b>Situação Atual</b>	1.208 MtCO <sub>2e</sub> até 2030 (NDC 2015) / 1.281 MtCO <sub>2e</sub> até 2030 (NDC 2020)
	<b>Meta 2034</b>	55% de redução em emissões de carbono até 2034, utilizando a mesma base numérica de 2015 (960 MtCO <sub>2e</sub> )

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Cumprir o Acordo de Paris**, mas revisar a NDC (metas climáticas, também conhecidas como Contribuição Nacionalmente Determinada) brasileira, alinhando-a com a meta de 1,5°C e a exigência de progressividade, **e efetuar sua integração com a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)**; (Observatório do Clima<sup>49</sup>)
- **Regulamentar o mercado de carbono no Brasil** com base no modelo de sistema de comércio de emissões (Cap & Trade); (MBC<sup>22</sup>)

### DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Fortalecer a agricultura de baixa emissão de carbono e os sistemas integrados de produção** (lavoura, pecuária, florestas), promovendo a sustentabilidade da produção agropecuária e florestal como as principais medidas para o desenvolvimento sustentável na agricultura e a ampliação do acesso a novos mercados; (Ministério da Economia<sup>25</sup>)
- **Promover novos padrões de tecnologias limpas e ampliar medidas de eficiência energética e de infraestrutura de baixo carbono**; (Ministério da Economia<sup>25</sup>)
- **Ampliar e fortalecer instrumentos econômicos para a promoção de atividades de baixa emissão de carbono**, considerando a inclusão produtiva e social (economia circular). (Ministério da Economia<sup>25</sup>)

## PROPÓSITO 2

### FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES GESTORAS E ÓRGÃO REGULADORES

- Restabelecimento e o fortalecimento da estrutura de governança e dos órgãos colegiados necessários para a boa gestão da política ambiental;
- Ampliação e a garantia de execução dos recursos orçamentários e extraorçamentários destinados à essa área de políticas públicas - com destaque para a reativação e o fortalecimento dos fundos existentes;
- Estrutura técnica, funcional, administrativa e de pessoal das instituições ambientais federais;
- Restabelecimento do programa de conversão de multas em serviços ambientais, principalmente para ações de recuperação ambiental e restauração ecológica.

	<b>INDICADOR</b>	Execução orçamentária do Ministério do Meio Ambiente e órgão vinculados
	<b>Fonte</b>	Portal da Transparência
	<b>Periodicidade</b>	PPA a cada 4 anos
	<b>Último dado</b>	2019
	<b>Situação Atual</b>	Menos da metade dos recursos previstos foram executados nos últimos 3 anos
	<b>Meta 2034</b>	Executar 100% do orçamento previsto para o Ministério do Meio Ambiente e órgão vinculados

### PROPOSTAS IMEDITAS

- **Fortalecer os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC);** (CBMC<sup>88</sup> - adaptado por especialista setorial)
- **Ampliar os recursos financeiros e humanos do MMA,** dos órgãos federais do SISNAMA e dos órgãos com interface em outros ministérios, **garantindo que os cargos de direção sejam ocupados por quadros técnicos;** (Observatório do Clima<sup>49</sup>)
- **Retomar e fortalecer os fundos ambientais,** particularmente o Fundo Amazônia, o Fundo Clima e o Fundo Nacional do Meio Ambiente. (Observatório do Clima<sup>49</sup>)
- **Aperfeiçoar o licenciamento ambiental** que considere a padronização e prezando pela eficiência dos processos e priorizando do tratamento isonômico, sem perda da qualidade ambiental, que contemple o fortalecimento dos órgãos ambientais, a melhoria na fiscalização e a criação de políticas que estimulem o uso sustentável dos recursos naturais; (MBC<sup>22</sup>, adaptado por especialista setorial)

### DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Implementar a integração dos sistemas** informatizados de controle das licenças, autorizações e certificações de manejo de fauna e flora entre os órgãos dos estados e da União; (Observatório do Clima<sup>49</sup>)
- **Proibir financiamento,** público ou privado, a empreendimentos **que causam desmatamento não autorizado.** (Observatório do Clima<sup>49</sup>)

## PROPÓSITO 3

### ERRADICAÇÃO DO DESMATAMENTO ILEGAL E GARANTIA DE REPOSIÇÃO DE 100% DO DESMATAMENTO LEGAL

- O Brasil é o país campeão de desmatamento no mundo tropical;
- Prevenir e controlar o desmatamento constitui componente crucial para política climática no país;
- PL 5518/20 aperfeiçoa a Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/06);
- Prevenção e controle do desmatamento no país e, por consequência, na redução das emissões de gases de efeito estufa e na garantia do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

	INDICADOR	Taxa PRODES
	Fonte	INPE - Observatório da terra - PRODES Amazônia
	Periodicidade	Anual
	Último dado	2022
	Situação Atual	11.568 Km <sup>2</sup> (AMZ LEGAL)
	Meta 2034	Erradicação do desmatamento ilegal e garantia de reposição de 100% do desmatamento legal

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Retomar o plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia legal (PPCDAM), o plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no cerrado (PPCERRADO) e o Fundo Amazônia;** (Observatório do Clima<sup>49</sup>)
- **Reforçar o controle do desmatamento em todos os biomas por meio do fortalecimento dos órgãos de monitoramento e fiscalização e das políticas ambientais,** com apoio da Polícia Federal, das Policiais Estaduais e de outros órgãos de fiscalização. (Observatório do Clima<sup>49</sup>)
- **Garantir a restauração florestal** de 14 milhões de hectares em áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente entre 2023 e 2030. (Observatório do Clima<sup>49</sup>)

### DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Promover a implementação efetiva da Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012 - Código Florestal e garantir o declínio do desmatamento ilegal;** (Ministério da Economia<sup>25</sup>)
- Estudar potencial de exploração sustentável de florestas públicas via utilização de **concessões florestais;** (Especialista setorial)

- **Incrementar incentivos econômicos voltados às ações de recuperação, conservação e uso sustentável** das florestas e demais formas de vegetação nativa de todos os biomas; (Observatório do Clima<sup>49</sup>)
- **Garantir** que as florestas e áreas públicas não-destinadas sejam dedicadas à conservação e ao uso sustentável, combatendo a grilagem de terras; (Observatório do Clima<sup>49</sup>)
- **Estabelecer e unificar políticas de prevenção e controle do desmatamento** voltadas a zerar e reverter a perda de vegetação nativa até 2030, conforme previsto na declaração de líderes de Glasgow sobre florestas. (Observatório do Clima<sup>49</sup>)

## PROPÓSITO 4

### PLANEJAMENTO AMBIENTAL URBANO COM FOCO NA OCUPAÇÃO CONSCIENTE DO SOLO, QUALIDADE DA ÁGUA E DO AR

- Necessidade de integrar o planejamento urbano e o planejamento ambiental;
- Gestão urbana com menos atenção desde a extinção da pasta ministerial (Cidades);
- Retomar políticas e medidas de adaptação às mudanças climáticas com urgência;
- Aumento de desastres ambientais nos últimos anos são resultado da crise climática;
- Poluição dos corpos hídricos como causa para catástrofes naturais;
- Necessidade de melhorias na gestão de resíduos e planejamento na ocupação do solo urbano.

	<b>INDICADOR</b>	Nº de municípios com Plano Diretor de Uso do Solo elaborado
	<b>Fonte</b>	IBGE - Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC
	<b>Periodicidade</b>	Anual
	<b>Último dado</b>	2019
	<b>Situação Atual</b>	51,5%
	<b>Meta 2034</b>	90% de municípios com Plano Diretor de Uso do Solo vigente

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- Realizar a **gestão ambientalmente adequada dos resíduos e erradicar os lixões** nos prazos estabelecidos pela legislação; (Ministério da Economia<sup>25</sup>, adaptado por especialista setorial)
- Retomar a **adoção de políticas de medidas de adaptação as mudanças climáticas**, com ênfase em ações voltadas para a natureza, conectadas com uso do solo urbano; (Especialista setorial)
- **Integrar o planejamento da mobilidade urbana com o planejamento de uso e ocupação do solo nas cidades.** (Ministério da Economia<sup>25</sup>)

### DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Reduzir o lançamento de efluentes não tratados nos corpos hídricos**, com diminuição dos impactos ambientais sobre a qualidade da água e cumprir as metas de universalização dos serviços estabelecidas pela legislação e pela ANA; (Ministério da Economia<sup>25</sup>, adaptado por especialista setorial)
- **Proteger e manter as áreas de preservação de mananciais;** (Ministério da Economia<sup>25</sup>)
- **Executar ações de combate ao lixo nos corpos hídricos, nas áreas costeiras e marinhas;** (Ministério da Economia<sup>25</sup>)

# GOVERNANÇA

## COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA PARA O FUTURO DO PAÍS



Governança Pública é um tema plural, complexo, de grande relevância para o desenvolvimento sustentável. Em tempos de questões cada vez mais transversais, as soluções e estratégias precisam ser orientadas a demandas múltiplas ao mesmo passo que necessitam ter embasamento e propósitos comuns. A meta de construção de um Estado moderno, democrático, inclusivo e competitivo perpassa o enfrentamento de questões intrincadas e, a miscelânea de prioridades e metas dificulta o acompanhamento efetivo dos avanços, o que gera dispersão e baixa capacidade de implementação de processos e políticas públicas. No caminho de uma coordenação estratégica para o futuro do país, a governança traz consigo a tarefa e o desafio de induzir aos demais entes da Federação, setor produtivo e sociedade; a construção do Estado Nacional<sup>156</sup> baseado em competência e flexibilidade.

É importante destacar que o propósito da governança não pode ser balizado pela criação de mais controles e de mais burocracia, ele precisa prover formas de remover controles desnecessários que dificultam a obtenção de resultados<sup>157</sup>. Esse processo acabaria por engessar um molde de governança de difícil aplicabilidade, resultando em mais um conjunto de boas intenções encapsuladas em agendas obsoletas.

Um outro destaque é a respeito da utilização de indicadores para governança. Estudos variados sobre o relacionamento de governança e performance demonstram ganhos e problemas enfrentados em se medir por meio de indicadores de governança a performance dos governos. A abordagem aqui tratada não corresponde à governança de um único só órgão, mas sim sobre a cultura de governança que deve ser disseminada, compartilhada e adaptada por diferentes órgãos públicos e entes federativos. Por se tratar de um eixo que aborda a construção de organizações eficazes dentro do setor público, e que para o alcance dessa eficácia são relevantes inúmeros atributos, é ideal que cada organização adapte e incorpore suas necessidades às melhores práticas a serem abordadas e combiná-las aos seus principais elementos e conceitos. Por conta disso, entende-se que, para o eixo de governança, é importante manter o espaço para a realização de diagnósticos próprios e para a busca de soluções específicas e contextualizadas, decidindo-se então, não propor a aplicação de um grupo de indicadores neste eixo.

A OCDE, desde 2004, publica seu próprio conjunto de princípios de governança. No Brasil, o Tribunal de Contas da União (TCU) em cooperação com a própria OCDE, tem buscado contribuir com o aperfeiçoamento da administração pública nacional em benefício da sociedade. Com isso, dedicou-se à elaboração de um referencial<sup>158</sup> de avaliação do Governo Central com o objetivo de realização de estudo internacional para identificar e disseminar boas práticas de governança de políticas públicas. Assim como muitos países, o Brasil desenvolveu diversos outros documentos com diretrizes que buscam abordar tanto a qualidade técnica quanto a avaliação da boa governança em distintos setores e esferas. São referências

<sup>156</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). *Instituições e da Democracia (Diest). A Agenda Contemporânea de Gestão Pública e seus Desafios, na Visão de Francisco Gaetani*. 2011. Disponível em: [120906\\_boletim\\_analisepolitico\\_02\\_cap4](https://www.ipea.gov.br/120906_boletim_analisepolitico_02_cap4) ([ipea.gov.br](https://www.ipea.gov.br))

<sup>157</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). *Recomendação do Conselho da OCDE sobre Integridade Pública*. 2017. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/ethics/integrity-recommendation-brazilian--portuguese.pdf>

<sup>158</sup> Tribunal de Contas da União (TCU). *Referencial para avaliação da governança do centro de governo*. 2016. Disponível em: [https://portal.tcu.gov.br/data/files/F7/61/FC/79/7351F6107AD96FE6F18818A8/Referencial\\_avaliacao\\_governanca\\_centro\\_de\\_governo\\_portugues.pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/F7/61/FC/79/7351F6107AD96FE6F18818A8/Referencial_avaliacao_governanca_centro_de_governo_portugues.pdf)

produzidas que tratam uma ampla variedade de tópicos específicos e que, em conjunto, apresentam um panorama das diferentes normas em termos de orientações sobre o tema.

O documento Guia da Política de Governança Pública<sup>159</sup>, publicado em 2018 pela Casa Civil da Presidência da República, ressalta que é preciso destacar a coerência e fomentar a coordenação entre os diversos modelos de governança existentes no âmbito da administração pública federal. As políticas públicas, por serem orientadas através de princípios e diretrizes, direcionam a atuação estatal para construção de boas práticas de governança. Entretanto, para que não sejam gerados problemas advindos da tentativa de harmonização desses princípios, é necessário que seja reconhecida a natureza dinâmica da governança privilegiando a adaptabilidade. Os órgãos e entidades possuem características, objetivos e níveis de maturidades distintos, não cabendo, então, uma solução única e genérica para atendimento a todas as demandas existentes. Em geral, as políticas públicas federais possuem pouca aderência às realidades regionais e locais em função de sua uniformização, baixa flexibilidade e pouca adaptabilidade.

Os países cujas políticas públicas não forem capazes de promover as novas competências para o desenvolvimento – incorporando avanços tecnológicos em um ambiente de eficiência econômica, equidade, flexibilidade e coesão social – estão inclinados à estagnação ou ao declínio<sup>160</sup>. Para que um Estado consiga enfrentar tais desafios, não é plausível prometer que sejam realizadas todas as demandas expostas em agendas, e tampouco se limitar à regulação. O documento “Contribuições para um Governo Democrático e Progressista<sup>160</sup> aponta que o Estado tem de promover mudanças que reforcem o potencial de crescimento do país, empenhando-se para que seus benefícios sejam distribuídos de modo amplo, equitativo e tempestivo, bem como para que os eventuais custos dessas mudanças sobre pessoas vulneráveis sejam amortecidos por mecanismos bem desenhados de proteção social. Trata-se da alteração relevante na forma de agir do setor público, no qual o papel do governo deixa de ser o de normatizador, para ser o próprio agente de mudança prática e proativa.

A boa governança coloca em prática resultados que ressaltam a importância de diferentes valores para o fomento da composição de ações governamentais que (i) reforçam a valorização de uma governança integrada, (ii) aumentam a eficiência na prestação de serviços à sociedade com a modernização do Estado, (iii) transmitam a relevância do avanço na transparência governamental e participação da sociedade civil para estruturação de políticas, e (iv) promovam melhoria regulatória orientada pela desburocratização.

Em 2020, o Tribunal de Contas da União publicou o Referencial Básico de Governança Pública Organizacional<sup>161</sup> o qual aponta que a governança das organizações públicas envolve três atividades básicas realizadas pelos seus responsáveis: avaliar, direcionar e monitorar. O documento enfatiza a diferença entre os conceitos de governança e gestão, onde a primeira empenha uma função direcionadora enquanto a segunda uma função realizadora. De acordo com este conceito, e assimilado pelo Decreto nº 9.203, de 2017<sup>162</sup>, a governança pública organizacional compreende essencialmente os mecanismos de

159 Casa Civil da Presidência da República. Guia de Política de Governança Pública. 2018. Disponível em: [guia-da-politica-de-governanca-publica-versao-defeso.pdf](http://guia-da-politica-de-governanca-publica-versao-defeso.pdf) ([www.gov.br](http://www.gov.br))

160 Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP). Contribuições para um governo democrático e progressista, Bernard Appy, Carlos Ari Sunfeld, Francisco Gaetani, Marcelo Medeiros, Pérsio Arida, Sérgio Fausto. 2022. Disponível em: [contribuicoes-para-um-Governo-Democratico-e-Progressista-040822.pdf](http://contribuicoes-para-um-Governo-Democratico-e-Progressista-040822.pdf) ([sbdp.org.br](http://sbdp.org.br))

161 Tribunal de Contas da União (TCU). Referencial básico de governança aplicável a organizações públi-cas e outros entes jurisdicionados ao TCU. 2020. Disponível em: [Levantamento de governança | Portal TCU](http://levantamento-de-governanca-portal-tcu)

162 Brasil. Decreto Nº 9.203, de 22 de Novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: [D9203 \(planalto.gov.br\)](http://D9203.planalto.gov.br)

liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. O mesmo Decreto apresenta uma lista sintética de princípios de governança, e aponta como norteadores: i) capacidade de resposta; ii) integridade; iii) confiabilidade; iv) melhoria regulatória; v) prestação de contas e responsabilidade; e vi) transparência.

Portanto, apesar de ter uma abordagem prescritiva, o Decreto nº 9.203/2017, tem como principal elemento a criação de um arcabouço institucional capaz de direcionar a atuação estatal por diferentes contextos, permitindo que a administração pública federal caminhe gradualmente no sentido de incorporar e aplicar as melhores práticas de governança.

No Brasil, uma ampla gama de instituições se reporta diretamente ao Presidente da República<sup>163</sup>. Cerca de 45 órgãos, dentre ministérios, conselhos, secretarias e gabinetes; interagem com a Presidência da República, expondo um excesso de centralização que resulta na falta de independência dos órgãos para tomadas de decisões. Esse modelo resulta na lentidão dos processos, na rigidez de competências e conseqüentemente, na baixa eficácia para elaboração e implementação de políticas públicas.

Por outro lado, ministérios individuais e agências isoladas, agindo por si sós, não conseguem resolver problemas complexos. Habitualmente, parte significativa das políticas públicas no Brasil são implementadas de forma descentralizada, por meio de programas em que a responsabilidade pela prestação do serviço é compartilhada

com diferentes órgãos em múltiplos níveis governamentais e entidades não governamentais<sup>164</sup>. Logo, é imperativo garantir respostas coerentes aos problemas que, de forma crescente, atravessam barreiras funcionais e envolvem múltiplos atores<sup>164</sup>.

E, no que se refere à governança, garantir essa coerência dentro do governo é um grande desafio, na medida em que cada um dos múltiplos atores tem seus próprios objetivos e metas e querem defender seu campo de atividade contra outras organizações com as quais competem por orçamento. Em vista disso, entende-se que a geometria variável do federalismo brasileiro pressupõe competências comuns, o que acaba por não estimular um federalismo cooperativo, ou seja, compreender a linha tênue que existe para equilibrar a independência e diversidade dos órgãos e, ao mesmo tempo, manter a unidade de princípios entre eles, se mostra uma finalidade desafiadora para uma boa governança. Portanto, a coordenação é particularmente relevante para garantir a consolidação dessas políticas de modo que as ações governamentais se tornem mais coerentes e tenham melhores resultados.

Nessa perspectiva, diversos autores revelam o papel crucial da transparência fiscal, por eles considerada como condição necessária e prévia para a sustentabilidade macroeconômica, estabilidade fiscal e boa governança. O Decreto nº 9.203/2017 definiu a transparência como princípio da governança pública e estabeleceu, como uma das diretrizes da governança, a promoção da comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à informação.

<sup>163</sup> Santiso, C.; Lafuente, M.; Martín, A.; *O Papel do Centro de Governo: Uma Revisão da Literatura*. 2013. Disponível em: [O Papel do Centro de Governo: Uma Revisão da Literatura \(iadb.org\)](#)

<sup>164</sup> Tribunal de Contas da União (TCU). *Referencial básico de governança aplicável a organizações públi-cas e outros entes jurisdicionados ao TCU*. 2020. Disponível em: [Levantamento de governança | Portal TCU](#)



A eficiência do Estado, um dos conceitos chaves de governança, pode ser alcançada através de muitas perspectivas. Uma delas é por meio do avanço da digitalização na oferta de serviços públicos, ponto este que o Brasil vem ganhando destaque mundial.

Em 2022, o Banco Mundial reconheceu o Brasil como o segundo país do mundo com a mais alta maturidade em governo digital, com nota 0,975 em uma escala até 1, ficando atrás apenas da Coreia do Sul, que obteve nota 0,991<sup>170</sup>. O Índice GovTech Maturity Index 2002 do Banco Mundial avaliou 198 economias globais com a média simples das pontuações de quatro componentes: Índice de Sistemas Governamentais Centrais, Índice de Prestação de Serviços Públicos, Índice de Engajamento do Cidadão e Índice de Habilitadores GovTech. O Brasil teve seu desempenho considerado como “muito alto” nos quatro componentes avaliados.

O Brasil tem avançado em políticas públicas que promovem a transformação digital da economia, de serviços públicos, de negócios e organizações de forma geral. Dentre os esforços realizados nos últimos anos neste sentido, estão a publicação da Estratégia Brasileira de Transformação Digital<sup>171</sup>, a Estratégia de Governo Digital<sup>172</sup>, a lei que ficou conhecida como Lei de Governo Digital<sup>173</sup>, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial<sup>174</sup> e as políticas e regulações no setor de telecomunicações que aceleraram a transformação permitindo um cenário de desenvolvimento da economia digital no país. Soma-se a isso a nova realidade que se impôs em razão da pandemia da Covid-19, como os avanços na área da saúde, a realização de audiências virtuais e avanços no judiciário, entre outros.

Apesar do bom posicionamento do Brasil em relação à maturidade digital, existe um grande desafio de estender o avanço dessa digitalização dos serviços públicos aos Estados e Municípios. Neste caso, corrobora-se o forte papel que tem o Governo Federal de induzir a visão de futuro sobre temas específicos em agendas estratégicas. Com isso, é necessário disseminar a compreensão que se tem sobre o tema da transformação digital, muitas vezes entendido de forma compartimentada em setores como ciência e tecnologia, telecomunicações, governo digital, economia e cibersegurança. Esse fenômeno acaba resultando em uma baixa conexão com outras áreas de governo, o que torna o assunto estratificado e disperso em várias estruturas governamentais. Cada órgão possui seu próprio entendimento sobre transformação digital e pode ter maior ou menor capacidade de implementação daquelas estratégias que julgaram importantes. Portanto, é necessário promover a interoperabilidade central, fomentando o uso de instrumentos digitais como forma de organização da gestão pública para simplificação e integração dos processos de suporte institucional e melhoria nos serviços ofertados, sistemas e processos baseados em dados.

Ademais, também é prioridade para alcance de um governo eficiente a gestão de pessoas no setor público, no entanto, a agenda de capacitação dos servidores não foi e não é prioritária para os governos recentes brasileiros<sup>175</sup>. O desenvolvimento

170 Banco Mundial. GovTech Maturity Index, 2022 Update: Trends in Public Sector Digital Transformation. 2022. Disponível em: GTMI ([worldbank.org](http://worldbank.org))

171 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) Ciclo 2022 - 2026. 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosestrategiadigital/e-digital\\_ciclo\\_2022-2026.pdf](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosestrategiadigital/e-digital_ciclo_2022-2026.pdf)

172 Governo Federal. Estratégia de Governo Digital 2020-2022. [s.d.]. Disponível em: Estratégia de Governo Digital 2020-2022 – Governo Digital ([www.gov.br](http://www.gov.br))

173 Brasil. LEI Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Disponível em: L14129 ([planalto.gov.br](http://planalto.gov.br))

174 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações Secretaria de Empreendedorismo e Inovação. Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA). 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosinteligenciaartificial/ebia-diagramacao\\_4-979\\_2021.pdf](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosinteligenciaartificial/ebia-diagramacao_4-979_2021.pdf)

175 Escola Nacional de Administração Pública. Os Desafios da Administração Pública no Brasil e a Capacitação dos Servidores Públicos. 2014. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1450/2/Os%20desafios%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20no%20Brasil%20e%20a%20capacita%C3%A7%C3%A3o%20dos%20servidores%20p%C3%BAblicos.pdf>

dos servidores deve estar alinhado às diferentes dimensões de governo e à alternância de poder. O Brasil investe de forma significativa no serviço público, o que sugere a necessidade de assegurar que este investimento seja cuidadosamente gerido para otimizar os resultados. Em 2014, 11,9% dos trabalhadores no Brasil estavam empregados no setor público, e a remuneração destes funcionários públicos representou quase 30% do total de despesas públicas, aproximadamente 13% do PIB, valores distantes aos dos países da OCDE, que empregam em média 20% dos trabalhadores do setor público, mas com custos de pessoal de 10% do PIB<sup>176</sup>. A deficiência nesse quesito pode frear o crescimento de vários setores importantes para o desenvolvimento nacional. Há uma baixa prioridade atribuída à gestão de pessoas no setor público, podendo explicar a retórica pessimista de muitas áreas de recursos humanos da administração pública.

A maior parte dos países da OCDE tem algum tipo de Sistema de Alta Administração Pública, que serve para dar suporte e gerenciar os mais altos dirigentes administrativos, mediante políticas orientadas para a meritocracia, em reconhecimento ao seu papel fundamental no desempenho do serviço público. No Brasil, não existe um sistema estruturado para tanto, embora alguns elementos estejam começando a surgir. Com o intuito de dar luz ao tema, a Rede Governança Brasil (RGB) destaca na “Agenda de Governança Pública no Brasil 2023-2026”<sup>177</sup> diversos benefícios para o Brasil voltados para a Gestão de Pessoas pensando na manutenção do capital humano por meio de motivação, comprometimento e engajamento.

Para o desenvolvimento do país é fundamental um Estado dotado de quadros profissionais competitivos, associados, sempre que possível, à formação de um mercado de trabalho com salários equiparáveis aos do setor privado e à institucionalização de práticas de negociação abertas, plurais e democráticas. Com esse fim, a OCDE desenvolveu estudos que identificam as 6 (seis) áreas de competências essenciais de investimento pelas organizações públicas, para assim criar um ambiente favorável à inovação e incentivar uma cultura na qual as habilidades possam de fato prosperar<sup>178</sup>. As organizações inovadoras precisam de pessoas que sejam engajadas em interação, fluência em dados, curiosidade, insurgência, foco no usuário e capacidade narrativa. Além disso, a OCDE, em 2010, também apontou que os países mais avançados em governança de pessoas no setor público já adotavam, à época, a definição de perfis profissionais como critério básico para a seleção de gestores, inclu-sive seniores.

Ainda sobre o este tema, e não menos importante, é preciso desenvolver estratégias de promoção da diversidade e redução das desigualdades na gestão pública. O documento “Mulheres líderes no setor público da América Latina e do Caribe - Lacunas e oportunidades”<sup>179</sup>, publicado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aponta que existem evidências empíricas que indicam uma correlação positiva entre mais mulheres em cargos de decisão pública e maior crescimento econômico, igualdade de gênero e maiores investimentos sociais em educação, saúde e proteção ambiental, e até mesmo na diminuição de corrupção. Além dos objetivos de participação igualitária na administração pública, vários estudos confirmam que a participação das mulheres em cargos de decisão em políticas públicas promove objetivos adicionais de cobertura, eficiência e eficácia dos serviços.

---

176 Escola Nacional de Administração Pública (Enap). *Peer Review OCDE Skills: revisão das competências de inovação e liderança na alta administração pública do Brasil - conclusões preliminares*. 2018. Disponível em:

<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3634>

177 Rede Governança Brasil (RGB). *Agenda de Governança Pública no Brasil. 2023-2026*. 2022. Disponível em: <https://www.rgc.org.br/Journals/article/view/128>

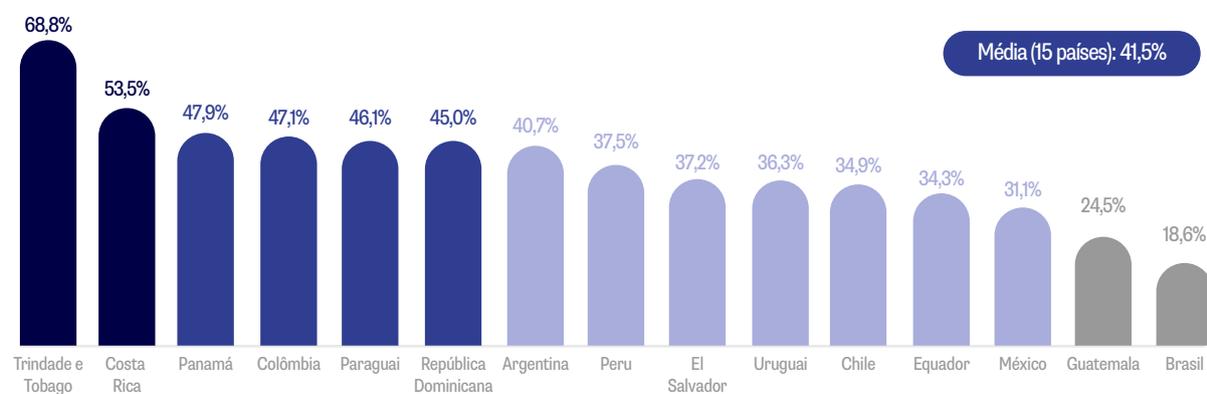
178 Escola Nacional de Administração Pública (Enap). *Peer Review OCDE Skills: revisão das competências de inovação e liderança na alta administração pública do Brasil - conclusões preliminares*. 2018. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3634>

179 Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Mulheres líderes no setor público da América Latina e do Caribe: lacunas e oportunidades*. 2022. Disponível em: *Mulheres líderes no setor público da América Latina e do Caribe: lacunas e oportunidades*. <https://publications.iadb.org/es/mujeres-lideres-en-el-sector-publico-de-america-latina-y-el-caribe-brechas-y-oportunidades>

Segundo dados da Organização Mundial do Trabalho, as mulheres representam, na América Latina e no Caribe, 52% da força de trabalho no setor público, mais do que no setor privado (40%), e ocupam 41% dos cargos gerenciais. De acordo com o último relatório do PNUD/Universidade de Pittsburgh sobre igualdade de gênero na administração pública, a maior parte dos países da América Latina e Caribe alcançou paridade de gênero (64%) no setor público, número maior que Europa e América do Norte (37%). Embora haja um importante progresso em termos de participação das mulheres no setor público, ainda se faz necessário alavancar esses números quando se trata de cargos de liderança tradicionalmente dominados pelos homens. A participação igualitária em todos os âmbitos só é válida quando as mulheres puderem exercer a real influência na tomada de decisões das políticas públicas.

O mesmo documento aponta que dentre os países analisados no estudo, o Brasil tem a pior participação de mulheres em cargos de liderança, como apresentado no Gráfico 22.

**GRÁFICO 22**  
PORCENTAGEM DE MULHERES EM CARGOS DE LIDERANÇA NO SETOR PÚBLICO



Fonte: PNUD/Universidade de Pittsburgh, 2021.

Como pode ser observado no Gráfico 22, o Brasil está enquadrado na categoria “Participação muito baixa (abaixo de 30%)” com 18,6% da participação feminina em cargos de liderança em setores públicos.

Portanto, ter estes instrumentos disponíveis não garante que os objetivos que motivaram sua criação sejam efetivamente alcançados. Sessenta e nove por cento dos países analisados no documento promovido pelo BID, possuem algum tipo de regulamentação relacionada à igualdade de gênero, que nem sempre traduzem as boas intenções em instrumentos e objetivos concretos de ação. O setor público deve ser a referência para o que significa superar a brecha de gênero. Isso requer vontade política e a priorização de ações concretas, mensuráveis e realizáveis.

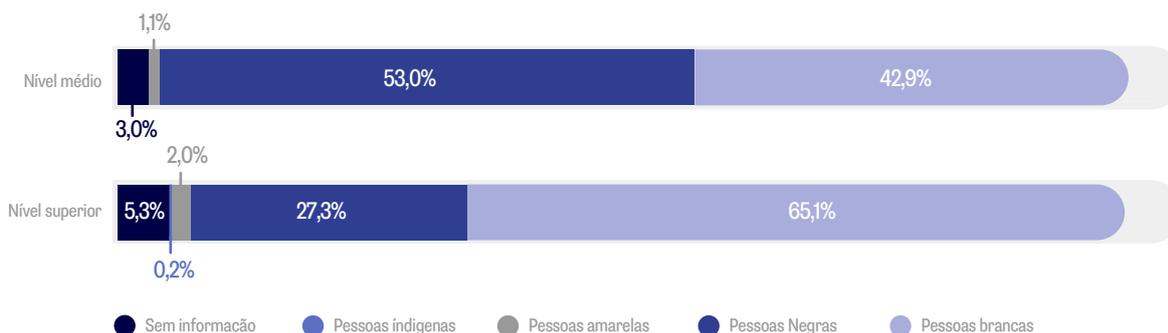
Quando se trata de raça esses números são mais baixos. O Movimento Pessoas à Frente (MPaF) criou o Grupo de Trabalho de Equidade Étnico-racial (GT), e apontou que o padrão de subrepresentação de negros e indígenas em posições de liderança é expressivo em diferentes espaços da sociedade, considerando sua repetição também nos cargos eletivos no legislativo federal e nas assembleias legislativas estaduais, no corpo técnico do judiciário e também nas posições de tomada de decisão no setor privado. Em 2022, 26% das pessoas eleitas na Câmara dos Deputados são negras, enquanto 70% das pessoas eleitas

no Senado são brancas<sup>180</sup>. O número de magistrados como representação no judiciário é 18% de negros<sup>181</sup>. Já nas posições de tomada de decisão no setor privado, segundo Pesquisa do Instituto Ethos sobre as 500 maiores empresas do país, em 2015 apenas 4,9% das pessoas que estavam no Conselho de Administração e 4,7% do Quadro Executivo eram negras<sup>182</sup>.

Se as políticas de gestão de lideranças no setor público brasileiro precisam lidar com os desafios relacionados às formas de ocupação dos cargos, como já apontado neste estudo, a complexidade se intensifica quando se agrega a promoção da equidade étnico-racial na seleção e desenvolvimento destas lideranças. Além disso, o contexto brasileiro apresenta um desafio que é a escassez de dados públicos que possibilitem identificar, avaliar e acompanhar o nível de maturidade da equidade étnico-racial na composição do funcionalismo público. Oportunamente, porém, algumas publicações e iniciativas contemporâneas têm buscado suprir esta lacuna, com destaque para aqueles referentes ao Poder Judiciário e Executivo Federal. Ambos contam com informações de profissionais públicos com recorte de cor/raça disponíveis em relatórios e repositórios públicos.

O estudo levantou que levando em consideração o recorte de escolaridade, no executivo federal, pessoas autodeclaradas negras estão presentes em maior proporção em cargos de nível médio, e presentes em menor proporção em cargos de nível superior. Isto está demonstrado no Gráfico 23.

**GRÁFICO 23**  
VÍNCULOS ATIVOS DO EXECUTIVO FEDERAL POR COR/RAÇA E ESCOLARIDADE (2020)



Fonte: Atlas do Estado Brasileiro (Ipea, s.d); Silva & Lopez (2021) "Perfil racional do serviço civil ativo do executivo federal (1999-2020)". Elaboração por MPaF.

Para além do apresentado no Gráfico 23, existe também a questão de discrepância quanto a remuneração salarial. Dados do ENAP<sup>183</sup>(2018) apontam que a faixa de remuneração de servidores do Executivo Federal de Nível Superior que se auto declaram brancas é maior (39,6% ganham acima de R\$ 12 mil) que aquelas que se auto declaram negras e indígenas (22,6% ganham acima de R\$ 12 mil).

180 Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Portal de Dados Abertos do TSE. 2022. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/resultados-2022>

181 Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Pesquisa sobre Negros e Negras no Poder Judiciário, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/rela-negros-negras-no-poder-judiciario-150921.pdf>

182 Instituto Ethos. Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas. Instituto Ethos e Branco Interamericano de Desenvolvimento. São Paulo, 2016. Disponível em: [https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil\\_social\\_tacial\\_genero\\_500emp](https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil_social_tacial_genero_500emp)

183 Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Capacidades estatais para produção de políticas públicas: resultados do survey sobre o serviço civil no Brasil. 2018. <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3233>

Diante deste cenário, é preciso desenvolver estratégias de promoção da diversidade e redução das desigualdades na gestão pública, como faz o Decreto nº 11.443/2023<sup>184</sup>, que determina reserva de 30% de vagas às pessoas negras em cargos e funções de confiança. Apesar de já existirem políticas de desenvolvimento, permanência e desempenho de pessoas, ainda é preciso que elas fortaleçam a capacidade de pessoas de todos os grupos étnico-raciais para lidarem com a agenda acerca do tema.

Outra linha norteadora rumo à governança estratégica e eficiente é o entendimento sobre governança regulatória para promoção da desburocratização. A OCDE<sup>185</sup> aponta que uma política regulatória integrada para todo o governo, que promova as tomadas de decisão baseada em evidências e, ao mesmo tempo, reduza a carga regulatória, pode impulsionar o desenvolvimento e o crescimento inclusivo. É preciso reformular o processo de construção de normas para reduzir os custos associados à criação de obrigações para a sociedade<sup>186</sup>, ou seja, é fundamental que a regulação seja cada vez mais minimalista e que não atinja nada além do necessário para garantir seus objetivos.

O primeiro passo para o avanço da agenda de melhoria regulatória é evitar contradições, normas ambíguas e dispositivos de duvidosa constitucionalidade<sup>181</sup>. Além disso, é preciso garantir segurança jurídica para os atores envolvidos. A OCDE considera que nada contribui mais para a confiança dos investidores em relação à regulação do que a previsibilidade e o reconhecimento de que as regras atingem os seus objetivos<sup>187</sup>. Excesso de regras, decisões divergentes e lentidão nos processos decisórios são alguns sintomas do ambiente regulatório nacional que resultam em problemas de governança na construção normativa.

O Guia da Política de Governança Pública dá luz ao papel do Poder Executivo na promoção da coerência e da estabilidade do ordenamento jurídico e destaca: “Ainda que o Decreto nº 9.203/2017 não alcance todos os poderes, a preocupação com o tema se justifica pelo reconhecimento de que uma parte do ordenamento é formada a partir de atos normativos expedidos pelo Poder Executivo e de que a fixação da interpretação da legislação, ainda que extraordinariamente realizada por órgãos desse Poder, tem impacto direto sobre a coerência sistêmica.”

Além disto, existe também a necessidade de revisão dos marcos regulatórios setoriais de modo que se concentrem nas suas missões principais: assegurar a concorrência, alavancar investimentos, manter preços competitivos e garantir a qualidade dos serviços públicos.

No entanto, a melhoria regulatória não se restringe à regulação econômica de setores específicos realizada pelas agências reguladoras. Ela representa o desenvolvimento e a avaliação de políticas e de atos normativos, baseada em evidências e escrita de forma simples. São diretrizes relativas a esse princípio de governança: i) avaliar as propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas e de concessão de incentivos fiscais e aferir, sempre que possível, seus custos e benefícios; ii) manter processo decisório orientado pelas evidências, pela conformidade legal, pela qualidade regulatória, pela desburocratização e pelo apoio à participação da sociedade; e iii) editar e revisar atos normativos pautando-se pelas boas práticas regulatórias e pela legitimidade, estabilidade e coerência do ordenamento jurídico, realizando consultas públicas sempre que conveniente<sup>188</sup>.

---

184 Brasil. Decreto nº 11.443, de 21 de Março de 2023. Dispõe sobre o preenchimento por pessoas negras de percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal. Disponível em: D11443 ([planalto.gov.br](http://planalto.gov.br))

185 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Public Governance Reform Peru. HIGHLIGHTS 2016. 2016. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/public-governance-review-peru-highlights-en.pdf>

186 Casa Civil da Presidência da República. Guia de Política de Governança Pública. 2018. Disponível em: [guia-da-politica-de-governanca-publica-versao-defeso.pdf](http://guia-da-politica-de-governanca-publica-versao-defeso.pdf) ([www.gov.br](http://www.gov.br))

187 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Policy Framework for Investment. 2015. Disponível em: <http://www.oecd.org/investment/toolkit/policyareas/publicgovernance/41890394.pdf>

188 Comissão Europeia. Better regulation: delivering better results for a stronger union. 2016. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:52016DC0615&from=EN>

O que se nota atualmente no Brasil é uma urgência em melhorar continuamente o ambiente de negócios, para incremento do capital nacional e atração de investimentos estrangeiros. Nessa linha, o trabalho de acompanhamento e busca pela redução do Custo Brasil realizado pelo MBC demonstra que as dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas atrapalham o ambiente de negócios e afetam a competitividade do país. Os dados evidenciam que os custos para abrir um negócio no Brasil são, em média, 22% mais altos que nos países membros da OCDE. São valores tão elevados que o custo total desses entraves chega a R\$ 1,5 trilhão ao ano para o setor produtivo, o que equivale a 22% do PIB nacional. Vale destacar que, dentre os diversos fatores que afetam o Custo Brasil, cinco fatores representam 70% desse custo: financiamento, capital humano, infraestrutura, segurança jurídica e tributos.

O Custo Brasil segue alto, mal compreendido e opaco, prejudicando a competitividade da economia nacional. Para isso, é preciso promover iniciativas direcionadas aos principais elementos constituintes do Custo Brasil, como tributários, trabalhistas, burocráticos e regulatórios.

A criação de condições econômicas e fiscais favoráveis para inovação em processos e serviços fortalece o ecossistema digital e atrai mais capital para investimentos, além de impactarem diretamente o desenvolvimento econômico do país. Em 2020, dentre 190 economias mundiais, o Brasil apareceu na 124ª posição no ranking *Doing Business*, elaborado pelo Banco Mundial, obtendo como pior indicador o “pagamento de impostos”<sup>189</sup>.

Diante desse cenário, se faz necessário acelerar iniciativas destinadas à facilitação da transação de negócios nas três esferas de governo ancoradas no modelo “*Doing Business*” como a desburocratização e digitalização de atos negociais, obtenção de licenças e concessões, e recolhimentos tributários, visando alinhar os prazos e processos às melhores práticas internacionais. O intuito é que essas iniciativas se transformem em normativas que levem à simplificação dos processos e à eliminação de etapas burocráticas, facilitando o ambiente de negócios e viabilizando a interoperabilidade entre os sistemas dos diferentes órgãos e entidades da Administração Pública Federal, o que resulta no crescimento econômico nacional. O Brasil vem apresentando avanços nessa agenda como uma ágil transformação digital de serviços públicos como o fornecimento do exercício da cidadania pelo acesso digital em vários estados, a promoção de ferramentas tecnológicas para apoio de projetos de *startups*, a regulamentação na nova Lei de Licitações e Contratos<sup>190</sup>, a Lei de Liberdade Econômica<sup>191</sup>, o aprimoramento do sistema de Compras do Governo, entre outros avanços.

Ainda sobre esse tema é preciso estabelecer cooperação e assumir compromissos em foros internacionais para alinhamento das estratégias nacionais às práticas internacionais. Esse comportamento resulta no aumento da credibilidade do país e, conseqüentemente, atração de investimentos. Portanto, almejam-se avanços nos temas que atualmente representam entraves para a transformação do ambiente de negócios e que estes estejam em linha com as diretrizes da OCDE para convergência regulatória. Dar celeridade a esse processo é estratégico para auxiliar o Brasil na elaboração de políticas públicas alinhadas às melhores práticas internacionais que promovam ganhos de competitividade, inovação e aumento da credibilidade do país.

Diante da abordagem apresentada, compreende-se que o maior desafio da administração pública é fomentar uma identidade única de Estado, em um ambiente com visões e desafios de naturezas distintas. Entende-se que o Brasil vem avançando em muitos aspectos fundamentais para a governança estratégica, no entanto, ainda há bastante elementos para aprimorar. Os diferentes atores, interesses e desafios integrantes do processo, embora possam criar barreiras eventuais, também podem representar oportunidades de ação para a administração. Além da identidade, a criação de mecanismos de articulação entre os atores é fundamental para evitar a inação e criar o mínimo de condições para servir à sociedade.

---

<sup>189</sup> Banco Mundial. *Facilidade de se fazer negócios em Brasil. 2023*. Disponível em: [Doing Business em Brasil - Doing Business - Grupo Banco Mundial](#)  
<sup>190</sup> Brasil. Lei Nº 14.133, de 1º de Abril de 2021. *Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. Disponível em: [L14133 \(planalto.gov.br\)](#)  
<sup>191</sup> Brasil. Lei nº 13.874, de 20 de Setembro de 2019. *Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica*. Disponível em: [L13874 \(planalto.gov.br\)](#)

## 🕒 PROPÓSITO 1

### FOMENTO À GOVERNANÇA INTEGRADA GARANTINDO COORDENAÇÃO E MAIOR COMPROMISSO ENTRE OS PODERES DA UNIÃO E OS ENTES DA FEDERAÇÃO

- A Governança Federativa carece de orientações claras de gestão e recebe pouco apoio da área de relações institucionais da Presidência no que se refere à condução de negociações com o Congresso;
- A geometria variável do federalismo brasileiro pressupõe competências comuns, não estimulando um federalismo cooperativo;
- Os arranjos tributários não correspondem às necessidades decorrentes da crescente descentralização de serviços públicos para estados e, especialmente, municípios;
- Reformas necessárias como a previdenciária (aprovada) e administrativa (pendente) não tem alcançado estados e municípios em função de um entendimento controverso sobre a autonomia dos entes subnacionais;
- As políticas públicas federais possuem pouca aderência às realidades regionais e locais em função de sua uniformização, baixa flexibilidade e pouca adaptabilidade;
- Existe uma lacuna em áreas destinadas para abordagens de investimentos sociais e em infraestrutura que leve em consideração as perspectivas regionais, microrregionais e locais;
- O Pacto Federativo é o conjunto de dispositivos constitucionais que configuram a moldura jurídica, as obrigações financeiras, a arrecadação de recurso e os campos de atuação dos entes federados. O debate em torno do Pacto Federativo que está sendo travado atualmente no Congresso Nacional gira em torno, sobretudo, de questões fiscais;
- A repartição rígida de competências constitucionais dos entes federados promove a fragmentação e a baixa qualidade dos serviços prestados. Percebe-se um excesso de centralização na elaboração de políticas públicas em larga escala, desconsiderando as diferentes demandas locais;
- Necessidade de incentivo ao desenvolvimento regional;
- Incentivo à revisão do modelo federalista de transferência de recursos e responsabilidades de estados e municípios;

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Posicionar o Governo Federal como indutor da maturidade em conceitos de governança para os demais entes da Federação**, setor produtivo e sociedade. Estimular o comprometimento estratégico de lideranças do governo com a convergência de diferentes agendas. O papel do governo deixa de ser o de normatizador, para ser o próprio agente de mudança prática e proativa; (OCDE<sup>89</sup>; Especialistas Setoriais)
- **Fortalecer o papel do Comitê Interministerial de Governança (CIG)**, com a possibilidade de ampliação da composição de seus membros, para que os ministérios setoriais estejam em linha com o programa de governo e com os outros entes federativos; (Casa Civil<sup>90</sup>; Especialistas Setoriais)
- **Desenvolver agenda regional** de incentivos para fomento do desenvolvimento das variadas regiões produtivas do

Brasil com a criação do Conselho Nacional de Governança Federativa, constituído por CONFAZ, CONSEPLAN, CONSAD, Frente de Prefeitos, CNM, IBAM, e demais conselhos setoriais e representantes da sociedade civil com a elaboração de estudos de desenvolvimento regional destinados à identificação das vocações econômicas de diversas micro regiões do país com a finalidade de estimular oportunidades de investimento a partir da análise de gargalos e novas oportunidades; (TCU<sup>91</sup>; Especialistas Setoriais)

## DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Reforçar o Pacto Federativo** por meio da revisão de responsabilidades entre os estados e municípios nas temáticas tributária, previdenciária e administrativa encaminhando legislações equalizadoras ao alcance normativo; (Especialistas Setoriais)
- **Promover um pacto de responsabilidades entre os poderes**, em caráter formal, para a garantia da integridade e promoção do entendimento claro para a sociedade sobre os papéis de atuação de cada pilar da democracia; (Especialistas Setoriais)
- **Reforçar a promoção de articulação das Secretarias** pertencentes ao Ministérios do Planejamento e ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, nas relações com Estados e Municípios, de modo a assegurar o desenvolvimento de capacidades para alavancar sinergias potencializadoras do desenvolvimento; (Especialistas Setoriais)
- **Estruturação do Grupo Executivo Governança Federativa** com a participação da Casa Civil, Secretaria de Relações Institucionais, Ministério do Planejamento<sup>1</sup>, Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e Ministério da Fazenda. (Especialistas Setoriais)

## PROPÓSITO 2

### MODERNIZAÇÃO DO ESTADO PARA O ALCANCE DE MAIOR EFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SOCIEDADE

- A eficiência foi introduzida como princípio da administração pública pela Emenda Constitucional nº 19, em 1998, mas não foi internalizada pelo Estado brasileiro;
- Um Estado forte – grande ou pequeno – precisa buscar a eficiência do gasto de forma sistemática e institucionalizada;
- A profissionalização da administração pública para melhor atendimento das pessoas, famílias e empresas, é objetivo permanente de todas as matizes de governos, mas segue inacabada;
- Há uma baixa prioridade atribuída à gestão de pessoas no setor público, podendo explicar a retórica pessimista de muitas áreas de recursos humanos e capacitação da administração pública;
- A agenda de capacitação de servidores não foi e não é prioritária para os governos recentes;
- O Brasil tem uma baixa participação de mulheres em cargos de liderança. No setor público, essa participação é de 18,6%;
- Há discrepância no grau de maturidade da equidade étnico-racial na composição do funcionalismo público, principalmente em relação a cargos de liderança e nível salarial;
- Necessidade de redução do Custo Brasil e dos custos de transação associados com o ambiente de negócios e com a vida das pessoas para desburocratizar o cotidiano e destravancar a economia;
- A gestão integrada dos sistemas e bases de dados nacionais precisa ser priorizada e modernizada de modo a alavancar a transformação digital da sociedade e da economia brasileira;
- A implementação de Governo Digital tem avançado a níveis federais, mas continua limitada em municípios e estados.

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Integrar as estratégias** existentes à versão mais atualizada da Estratégia Brasileira de Transformação Digital (2022-2026). Traduzir de forma mais ampla a mentalidade transversal de melhoria na eficiência do Estado com base na transformação digital fundamentada na redução dos custos, melhoria no acesso e evolução na qualidade dos serviços ofertados como mecanismo de desenvolvimento e avanço do país; (OCDE; Especialistas Setoriais)
- **Estender o avanço da digitalização** dos serviços públicos aos Estados e Municípios, promovendo a interoperabilidade central e fomentando o uso de instrumentos digitais como forma de organização da gestão pública para simplificação e integração dos processos de suporte institucional e melhoria nos serviços ofertados, sistemas e processos baseados em dados; (OCDE; MCTI<sup>92</sup>)
- **Promover a profissionalização** na Administração Pública Federal revisando a política de recursos humanos de modo a torná-la moderna e propositiva quanto à diversidade e inclusão, com foco no redesenho de carreiras e salários; (IPEA<sup>93</sup>; República.org<sup>94</sup>)
- **Aprimoramento dos concursos públicos**, com seleção baseada em competências, habilidades e conhecimentos

necessários para o exercício da função destinada; (IPEA; República.org)

- **Criação de políticas de profissionalização e promoção da ocupação de cargos de direção e gerenciais**, contemplando o desenvolvimento de desempenho e lideranças; (OCDE<sup>95</sup>; IPEA; República.org)
- **Fortalecer e ampliar as competências** do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais e dos Comitês de Avaliação dos Subsídios e de Gastos Diretos de modo a que se possa questionar a destinação, a qualidade e a produtividade do gasto público (Especialistas Setoriais)
- **Estimular a reforma administrativa** para adequação do modelo brasileiro de estado baseado em organizações 4.0 por meio da revisão de processos, procedimentos, funções, sistemas e estruturas administrativas e gerenciais. (Especialistas Setoriais)

## DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Revisar a legislação orçamentária** de modo a modernizar a execução do gasto público tendo a eficiência como princípio norteador e o escrutínio dos custos e benefícios das políticas e programas como prática rotineira; (Especialistas Setoriais)
- **Incrementar a utilização de dados e de modelo de metas** para monitoramento das políticas públicas, ampliando as capacidades do governo digital; (MCTI)
- **Desenvolver estratégias de promoção da diversidade** e redução das desigualdades na gestão pública; (IPEA; República.org; MPaF<sup>96</sup>)

## 🕒 PROPÓSITO 3

### TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

- Os mecanismos de governança do governo encontram-se mal estruturados, com necessidade de recuperação e valorização, identificando-se falta artificios apropriados para apurar irregularidades e to-mar as medidas necessárias à sanção dos responsáveis;
- Dificuldade das organizações em darem efetividade às normas reguladoras de conduta e em recuperarem ou reduzirem prejuízos financeiros causados por fraude e corrupção;
- A Lei de Acesso à Informação – a Lei da Transparência – encontra-se desvirtuada, o que contribui para a malversação da utilização dos recursos públicos;
- Os processos decisórios da administração pública federal não são pautados por transparência e nem por preocupações relacionadas com o incremento do gasto público;
- Existe uma carência no avanço de mecanismos para avaliação contínua de políticas públicas e para avaliação de desempenho institucional das organizações governamentais;
- Os órgãos de controle desempenham importante papel no monitoramento das atividades de governo, mas a lógica do controle administrativo excessivo sobre os meios contribuiu para a ampliação da insegurança jurídica e lentidão na tomada de decisão;
- As estruturas de participação da sociedade nos processos de políticas públicas foram desarticuladas ou esvaziadas em especial aquelas que permitiam um diálogo de alto nível com as lideranças organizadas do setor privado.

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Facilitar o acesso aos dados públicos** com a utilização de tecnologias digitais para ampliar a disseminação de informações, dados e participação de sociedade; (CNI<sup>97</sup>)
- **Restabelecer o suporte político, administrativo e jurídico** dado à Lei de Acesso à Informação – LAI, e à sua ampla implementação de modo a assegurar o suporte público à lei; (Especialistas Setoriais)
- **Reforçar mecanismos de combate à corrupção** com o monitoramento contínuo de violações à integridade para minimizar perdas com atividades ilícitas e garantir a independência dos poderes e órgãos de controle; (CNI; TCU)

### DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Propor a avaliação contínua de políticas públicas** com diretrizes e parâmetros padronizados destinados à mensurar de forma transparente a eficiência dos gastos públicos e a escolha de investimentos a serem adotados por Estados e Municípios; (Casa Civil; Especialistas Setoriais)
- **Aperfeiçoar a disponibilização de dados abertos**, em quantidade e qualidade, como forma de insumo para o desenvolvimento da economia digital e fomento de novos serviços e soluções digitais; (MBC)
- **Recuperar a dimensão de contratualização de resultados** nos contratos de gestão e na execução orçamentária

e financeiro do gasto público; (Especialistas Setoriais)

- **Garantir mecanismos e instituições capazes de prover transparência**, participação e controle social nas atividades prestadas pelo poder público; (CNI<sup>93</sup>; Especialistas Setoriais)
- **Promover o engajamento social** na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas; (Casa Civil; TCU)
- **Reforçar o diálogo institucionalizado** por meio de conselhos especializados com participação da sociedade civil organizada e de ministérios estratégicos, eventualmente nos moldes das antigas câmaras setoriais; (Especialistas Setoriais)

## 🎯 PROPÓSITO 4

### GOVERNANÇA REGULATÓRIA PARA PROMOÇÃO DA DESBUROCRATIZAÇÃO

- Necessidade de melhorar, sistemicamente e continuamente, o ambiente de negócios para o capital nacional e investimentos estrangeiros no Brasil;
- O Custo Brasil segue alto, mal compreendido e opaco, prejudicando a competitividade da economia nacional;
- A insegurança jurídica encontrada no ambiente de negócios nacional causa elevação dos custos tributários, regulatórios, administrativos e trabalhistas das empresas a proporções exageradas;
- A política regulatória é tem pouca aderência à realidade dos mercados sobre os quais as agências reguladoras possuem jurisdição;
- As barreiras tarifárias e não tarifárias são um entrave à elevação da competitividade das empresas nacionais e das estrangeiras instaladas no país;
- Não há incentivos institucionais que favorecem o ganho de eficiência para o poder público na gestão dos contratos;

### PROPOSTAS IMEDIATAS

- **Acelerar iniciativas destinadas à facilitação da transação de negócios nas três esferas de governo** ancoradas no modelo “*Doing Business*” (Banco Mundial), como a desburocratização e digitalização na abertura e fechamento de empresas, atos negociais, obtenção de licenças e concessões, e recolhimentos tributários, visando alinhar os prazos e processos às melhores práticas internacionais; como também na promoção e cooperação entre autoridades competentes e a harmonização de marcos normativos relativos a dados, a fim de facilitar a inserção de empresas brasileiras, inclusive Pequenas e Médias Empresas (PMEs), em mercados globais; (Ministério do Planejamento<sup>1</sup>, Desenvolvimento e Gestão; Ministério da Economia; CNC; Especialistas Setoriais)
- **Estruturar estratégia de governança para simplificação regulatória** no âmbito do governo federal; (Especialistas Setoriais)
- **Promover iniciativas direcionadas aos principais elementos constituintes do Custo Brasil:** tributários, trabalhistas, burocráticos, regulatórios; (Especialistas Setoriais)
- **Revisar os marcos regulatórios setoriais** de modo que se concentrem nas suas missões principais: assegurar a concorrência, alavancar investimentos, manter preços competitivos e garantir a qualidade dos serviços públicos; (IPEA; OCDE<sup>98</sup>; Especialistas Setoriais)
- **Alinhar as estratégias nacionais com as diretrizes da OCDE** para a convergência da governança regulatória; (Especialistas Setoriais)

### DEMAIS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

- **Desenvolver um programa especialmente orientado para os custos jurídicos** coordenado pelo Ministério do Planejamento com a participação da PGFN e AGU que assegure o contínuo esforço para desburocratizar transações;

(Especialistas Setoriais)

- **Revisar as sistemáticas de compras e contratações da nova lei de licitações** de modo a se buscar formas de assegurar que os ganhos de produtividade na implementação dos contratos não se restrinjam apenas ao contratado; (IPEA90; Especialistas Setoriais)

- **Revisar as práticas de protecionismo da economia brasileira à luz de uma política nacional de desenvolvimento** que considere os interesses estratégicos do setor produtivo que coincidam com os do país; (Especialistas Setoriais)



03

**MONITORAMENTO DA  
AGENDA BRASIL 2034**

# MONITORAMENTO DA AGENDA BRASIL 2034

## ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOS RESULTADOS COM FOCO NO ALCANCE DA VISÃO 2034

A elaboração de uma agenda positiva de longo prazo para o Brasil constitui um importante passo para a construção de um futuro mais próspero e sustentável para o país. No entanto, para se alcançar o cenário desejado para 2034, é necessário executar ações no presente, alinhadas ao que se pretende atingir no futuro. Os indicadores e metas apresentados nesta publicação têm como objetivo quantificar os propósitos da Agenda Brasil 2034 e viabilizar o acompanhamento e mensuração de sua execução.

O monitoramento da Agenda deve ser um processo contínuo e é etapa fundamental para garantir a implementação da estratégia e alcance da visão estabelecida. O acompanhamento das ações possibilita verificar se estamos no caminho para o futuro desejado: um Brasil com bem-estar social e crescimento sustentável. Também contribui para que a Agenda se mantenha “viva” e cumpra seu papel como documento norteador das políticas públicas.

O Observatório da Agenda Brasil 2034, disponível no endereço eletrônico [www.agendabrasil2034.com.br](http://www.agendabrasil2034.com.br), é uma ferramenta construída com o intuito de dar visibilidade à evolução das prioridades aqui definidas. Traz um histórico do caminho percorrido ao longo do tempo. A transparência e apresentação objetiva buscam apresentar ao usuário uma visão comparada de indicadores relevantes para as principais áreas de desenvolvimento do país, de modo a oferecer um panorama de progresso de cada perspectiva avaliada. Mais importante: os indicadores são um termômetro para avaliar como as ações tomadas pelos diferentes atores estão impactando o alcance dos propósitos estabelecidos e, de forma mais ampla, a Visão 2034.

É importante reforçar que a definição de uma agenda estratégica para o país não é o fim do processo e sua operacionalização e monitoramento da execução deve ser um compromisso de longo prazo. Sua publicação é apenas o início a uma nova etapa, na qual serão necessários esforço e sinergia entre diferentes atores – setor público, iniciativa privada, entidades setoriais e sociedade civil – comprometidos com o desenvolvimento do país.

A Matriz a seguir consolida os Propósitos, Indicadores e Metas definidos no documento, descrevendo as condicionantes de monitoramento.

## METAS

- 100% da população coberta por saúde de qualidade
- Erradicação da pobreza extrema
- Liderar o ranking de Felicidade Interna Bruta na América Latina
- Reduzir o coeficiente de Gini para 0,312
- Aumentar e manter a nota do Brasil em segurança para os negócios para, no mínimo, 4,8
- Taxa de informalidade em até 20%
- 55% de redução em emissões de carbono até 2034, utilizando a mesma base numérica de 2015 (960 MtCO2e)
  - Executar 100% do orçamento previsto para o Ministério do Meio Ambiente e órgãos vinculados
  - 0% de desmatamento ilegal e 100% do desmatamento legal gerando necessidade de reposição
  - 90% dos municípios com Plano Diretor de Uso do Solo vigente
- 51% rodovias 31% ferrovias 11% cabotagem 6% hidroviário 0,05% aeroviário 1% dutoviário
  - Estar entre os 10 países com menor custo de energia elétrica
  - Participação de 60% de fontes renováveis na matriz energética brasileira
  - 100% dos municípios com acesso à banda larga
  - 99% da população com água potável
  - 90% da população com coleta e tratamento de esgoto

## MACRO METAS

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)  
**0,864**

PIB per capita - Taxa de crescimento médio  
**2% ao ano**

Global Competitiveness Report  
**75 pontos**  
**30<sup>th</sup> colocação**



- Aumentar a pontuação em avaliações de educação nacionais e internacionais: Ideb - 7,9 / Pisa - 473
- 100% das crianças e jovens concluindo o ensino com aprendizagem e proficiência adequadas

- 25% de graduados em STEM
- 100% da população nos níveis de alfabetização funcional em leitura, escrita e matemática
- 50% dos alunos totais matriculados na modalidade de ensino médio profissionalizante

## AMBIENTE MACROECONÔMICO

- Elevar a Taxa de Poupança Interna para 23% do PIB
- Carteira de projetos com potencial de zerar o Custo Brasil implementada
- Reduzir o Custo Brasil para 10% do PIB
- Atingir o Resultado Primário de 1,5% do PIB
- Reduzir, a no máximo dois, o número de tributos sobre a circulação de bens e serviços
- Atingir ao menos 152 pontos no Irbes (Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade)
- Aumentar a proporção da corrente de comércio em relação ao PIB para 45%
- Elevar o investimento público e privado em P&D para 2% do PIB.

## SETORES PRODUTIVOS

- Manter a taxa de crescimento médio do PIB agropecuário acima de 8% ao ano
- Reduzir a emissão de carbono equivalente (CO2eq) em 1,1 bilhão de toneladas, a partir da adoção de práticas sustentáveis em mais de 72 milhões de hectares de terras agriculturáveis
- Aumentar para 15% a contribuição da Indústria de Transformação ao PIB
- Elevar para 65% a contribuição da Indústria da Transformação para as exportações brasileiras
- Posicionar o país dentre os doze maiores produtores da Indústria de Transformação mundial
- Elevar o PIB do setor de Viagens e Turismo para R\$ 1,2 trilhão (crescimento médio anual de 5% a partir de 2019)
- Atingir e manter, no mínimo, 4,7 pontos no índice geral do Travel & Tourism Development Index
- Aumentar para 40% a contribuição das MPEs ao PIB
- Atingir e manter, no mínimo, 5 pontos no índice geral do National Entrepreneurial Context Index
- Aumentar a média de maturidade digital das MPEs brasileiras para 55
- Atingir e manter o superávit ecológico de 7gha (hectare global)

# INDICADORES E METAS – CONSOLIDADO

Macro Meta	Indicador	Fonte do indicador	Situação atual	Ano do último dado	Periodicidade	Justificativa para a Macro meta
<p>Elevar taxa de crescimento médio do PIB per capita para 2% ao ano</p> <p>(Reflete o crescimento econômico)</p>	Taxa de crescimento real do PIB per capita	IBGE	0,4% (2019 em relação a 2018) e média de 1,32% a.a. (2000 a 2019)	2019  Nota: Apesar de o dado estar disponível até o ano de 2021, optou-se por considerar apenas o período pré-pandemia, dado o comportamento atípico do indicador nos anos de 2020 e 2021.	Anual	<ul style="list-style-type: none"> <li>Meta documento Visão 2035 BNDES: crescimento anual médio do PIB per capita de 2,7% a.a., sendo o crescimento do PIB de 3,2% a.a. e crescimento médio populacional de 0,48% a.a. (até 2035);</li> <li>Meta documento Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil 2020-2031: crescimento anual médio do PIB per capita de 2,9% no cenário transformador.</li> <li>Projeção PIB per capita brasileiro 2023 a 2029 (Ibre/FGV): 1,5% a.a.</li> </ul>
<p>Alavancar IDH para 0,864</p> <p>(Reflete o desenvolvimento social)</p>	(IDH)	PNUD	0,754  Nota: o resultado coloca o Brasil na 87ª posição no ranking global (2021)	2021	Anual	<ul style="list-style-type: none"> <li>Média OCDE em 2021: 0,901</li> <li>Meta constante no documento Visão 2035, do BNDES: 0,864</li> <li>Meta constante no documento Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil 2020-2031: 0,842 (cenário transformador)</li> </ul>
<p>Impulsionar a pontuação do país no Global Competitiveness Report para 75 pontos, e posicioná-lo dentre os 30 primeiros colocados</p> <p>(Reflete a competitividade em nível internacional)</p>	Pontuação e posição do país no Global Competitiveness Report	Fórum Econômico Mundial (WEF)	Pontuação 60,9 (de 0 a 100), resultado que coloca o Brasil na 71ª posição no ranking de 141 países (2019)	2019  Nota: Com a pandemia, houve a descontinuidade das edições. Em 2020 uma edição especial foi lançada, com metodologia própria. Utilizamos como base para a definição de meta a edição de 2019.	Anual	<ul style="list-style-type: none"> <li>Média OCDE em 2019: 74 pontos</li> <li>Meta apontada no documento Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil 2020-2031: 70 pontos.</li> <li>O Chile foi o país da América Latina mais bem colocado no estudo em 2019, ficando na 33ª posição, com 70,5 pontos. Considera-se que o Brasil pode e deve assumir o papel de líder regional no estudo do WEF.</li> </ul>

Eixo	Propósito	Meta	Indicador	Fonte do indicador	Situação atual	Ano do último dado	Periodicidade	Justificativa para a meta
Social	Cobertura universal e com qualidade da saúde	100% da população coberta por saúde de qualidade	Cobertura populacional estimada na Atenção Básica	IBGE	75% da população coberta	2022	Monitoramento mensal Avaliação Anual	A Atenção Básica é a principal porta de entrada e o centro articulador do acesso dos usuários ao Sistema Único de Saúde (SUS), devendo ser acessível a 100% da população.
	Erradicação da pobreza extrema.	Erradicação da pobreza extrema.	Porcentagem da população em pobreza extrema.	IBGE/Banco Mundial	8,4% da população	2021	Anual	A pobreza extrema atenta contra a dignidade humana, aumenta as desigualdades sociais e prejudica o crescimento econômico, não havendo níveis aceitáveis de sua ocorrência.
	Promoção da vida digna e bem-estar social	Liderar o ranking de Felicidade Interna Bruta na América Latina	Felicidade Interna Bruta - FIB	ONU	4ª posição na América Latina 38ª posição no ranking mundial	2021	Anual	Devido às suas características, o Brasil deve buscar ocupar posições de destaque na América Latina, servindo como referência aos outros países.
	Distribuição de renda como fomento ao desenvolvimento social	Reduzir o coeficiente de Gini para 0,312	Índice de Gini	IPEA	0,519	3º Tri/2022	Trimestral	Média apresentada pela OCDE.
	Combate ao crime organizado	Aumentar e manter a nota do Brasil em segurança para os negócios para, no mínimo, 4,8	Nota do Brasil em custo da criminalidade para os negócios.	WEF / Global Competitiveness Report	3	2019 Nota: Com a pandemia, houve a descontinuidade das edições. Utilizamos como base para a definição de meta a edição de 2019.	Anual. Nota: Com a pandemia, houve a descontinuidade das edições. Utilizamos como base para a definição de meta a edição de 2019.	Média apresentada pelos países desenvolvidos e que apresentam melhor colocação no ranking.
	Fomento ao trabalho formal e inclusivo	Taxa de informalidade em até 20%	Taxa de informalidade	IBGE	40,10%	2021	Anual	20% é a média de informalidade apresentada pelos países desenvolvidos, de acordo com dados do Banco Mundial.

Eixo	Propósito	Meta	Indicador	Fonte do indicador	Situação atual	Ano do último dado	Periodicidade	Justificativa para a meta
Economia / Ambiente Macroeconômico	Aumento da capacidade de investimento do país	Elevar a Taxa de Poupança Interna para 23% do PIB	Taxa de Poupança Interna em relação ao PIB	Banco Mundial e OCDE - Dados de Contas Nacionais	19,9%	2021	Anual	Média membros OCDE em 2021.
	Redução do Custo Brasil como prioridade para o crescimento	Carteira de projetos com potencial de zerar o Custo Brasil implementada	Carteira de projetos com potencial de zerar o Custo Brasil em implementação	MBC e FGV - Observatório Custo Brasil	7 projetos em andamento	2022	Anual	A implementação de projetos com o objetivo de zerar o Custo Brasil é um caminho promissor para sua redução.
		Reduzir o Custo Brasil para 10% do PIB	Custo Brasil em relação ao PIB	MBC e Ministério da Economia	22%	2019	Sem periodicidade definida	Patamar de economias competitivas.
	Garantia de equilíbrio fiscal	Atingir estabilidade do Resultado Primário em 1,5% do PIB	Resultado Primário em relação ao PIB	Tesouro Nacional - Séries Temporais	-0,4%	2021	Anual	Histórico da primeira década dos anos 2000, na qual houve estabilidade do Resultado Primário.
	Simplificação tributária e eliminação da cumulatividade, com foco no desenvolvimento	Reduzir, a no máximo dois, o número de tributos sobre a circulação de bens e serviços	Número de tributos sobre a circulação de bens e serviços	Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966)	5 tributos	2022	Sem periodicidade definida	Moldes do imposto sobre valor agregado (IVA), que acarreta na redução da complexidade e da cumulatividade.
		Atingir ao menos 152 pontos no Irbes	Irbes	Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) - Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade	140,13	2019 Dados de 2017 (carga tributária) e 2018 (IDH)	Sem periodicidade definida	Média membros OCDE em 2019.
	Consolidação de uma economia integrada com o mundo	Aumentar a proporção da corrente de comércio em relação ao PIB para 45%	Corrente de comércio em relação ao PIB	Banco Mundial, com estimativas próprias para os PIBs e dados da Organização Mundial do Comércio	32%	2021	Anual	Comportamento ascendente das médias membros OCDE e G20 na última década, e resultados em 2021: 44,7% na OCDE e 46,5% no G20.
	Estímulo à Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento	Elevar o investimento público e privado em P&D para 2% do PIB	Investimento público e privado em P&D em relação ao PIB	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com base em dados do Produto interno bruto (PIB): Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.	1,14%	2020	Anual	Meta Agenda BRASIL DIGITAL - Salto para a transformação

Eixo	Propósito	Meta	Indicador	Fonte do indicador	Situação atual	Ano do último dado	Periodicidade	Justificativa para a meta
Economia / Setores Produtivos	Reindustrialização para geração de valor à produção nacional	Aumentar para 15% a contribuição da Indústria de Transformação ao PIB	Participação da Indústria da Transformação no PIB	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) - Base MVA	10%	2021	Anual	Meta factível dadas as condicionantes atuais da economia brasileira
		Elevar para 65% a contribuição da Indústria da Transformação para as exportações brasileiras	Percentual de exportações da Indústria da Transformação em relação aos demais setores (US\$ FOB)	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) - Base MVA	53%	2022	Anual	Referência da década de 1990, na qual a contribuição era de 70%.
		Posicionar o país dentre os doze maiores produtores da Indústria de Transformação mundial	Posição do Brasil no ranking dos maiores produtores da Indústria de Transformação (VA) mundial	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) - Base MVA	15º	2021	Anual	O Brasil vem perdendo posições no ranking dos maiores produtores da Indústria da Transformação. Em 2021 ocupou a 15ª posição, contribuindo com apenas 1,28% da produção mundial.
	Agropecuária forte, independente e tecnológica, capaz de abastecer o país e o mercado externo de forma sustentável	Garantir taxa de crescimento médio do PIB agropecuário de ao menos 8% ao ano até 2034	Taxa de crescimento médio anual do PIB agropecuário	IBGE - Contas Nacionais Trimestrais	13% (média de crescimento anual de 2011 a 2021)	2021	Anual	O setor agropecuário já vem apresentando bons resultados no país. Manter a taxa de crescimento atual do setor, compatibilizando-a com investimentos na política industrial e de serviços, pode configurar um desafio.
		Reduzir a emissão de carbono equivalente (CO2eq) em 1,1 bilhão de toneladas, a partir da adoção de práticas sustentáveis em mais de 72 milhões de hectares de terras agriculturáveis	Emissão de carbono equivalente (CO2eq) pela Agropecuária e hectares com adoção de práticas ABC	Sistema Integrado de Informações do Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (SIN-ABC)	Redução de 70 milhões de toneladas de carbono equivalente (CO2eq), em mais de 50 milhões de hectares agriculturáveis	Período 2010-2020	Decenal	Meta Plano ABC+ (2021/2030)

Eixo	Propósito	Meta	Indicador	Fonte do indicador	Situação atual	Ano do último dado	Periodicidade	Justificativa para a meta
Economia / Setores Produtivos	Turismo como promotor do desenvolvimento sustentável e do fortalecimento regional	Elevar o PIB do setor de Viagens e Turismo para R\$ 1,2 trilhão (crescimento médio anual de 5% a partir de 2019)  (Em uma perspectiva de crescimento médio anual de 2,5% do PIB nacional, o PIB turístico equivaleria a aproximadamente 10% deste montante, em 2034)	PIB do setor de Viagens e Turismo	WTTC - Relatórios de Impactos Econômicos	R\$ 667,8 bilhões  (7,7% do PIB em 2019)	2019  Apesar de haver publicação de 2021, optou-se por utilizar como base o último ano pré-pandemia	Anual	Previsão de crescimento de 5,8% do PIB turístico mundial (WTTC, até 2032), combinada à meta de 9% da participação do turismo no PIB brasileiro (CNC).
		Atingir e manter, no mínimo, 4,7 pontos no índice geral do <i>Travel &amp; Tourism Development Index</i>	Pontuação no <i>Travel &amp; Tourism Development Index</i>	WEF - <i>Travel &amp; Tourism Development Index</i>	4.2	2021	Bianual	Em 2021 o Brasil figurou na 49ª colocação no <i>ranking</i> . O país já esteve na 27ª e 28ª posições nas edições de 2017 e 2015, respectivamente, tendo sido ultrapassado por Austrália e México no indicador "Recursos Naturais", no qual era líder. Portanto, observa-se espaço amplo para desenvolvimento, especialmente levando-se em consideração todo o potencial brasileiro no setor. Meta definida a partir da observação dos resultados de países comparáveis ao Brasil.
	Incentivo à formalização e à prosperidade de micro e pequenas empresas	Aumentar para 40% a contribuição das MPEs ao PIB	Contribuição das MPEs ao PIB	Sebrae e FGV - Participação das MPEs na economia nacional e regional	30%	2020	Sem periodicidade definida	A participação das pequenas e médias empresas (SMEs) no PIB de países em desenvolvimento é, em média, de 35%, enquanto nos países desenvolvidos, é, em média, de 50% (World Trade Organization).
		Atingir e manter, no mínimo, 5 pontos no índice geral do <i>National Entrepreneurial Context Index</i>	Pontuação do país no <i>National Entrepreneurial Context Index</i> (NECI)	GEM - <i>Global Entrepreneurship Monitor</i>	3,6	2021	Anual	A meta para 2034 foi definida a partir da análise da média dos resultados obtidos em 2021, pelos países participantes dos seguintes grupos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• OCDE: 5 pontos;</li> <li>• BRICS: 4,3 pontos;</li> <li>• G20: 4,8 pontos</li> </ul>

Eixo	Propósito	Meta	Indicador	Fonte do indicador	Situação atual	Ano do último dado	Periodicidade	Justificativa para a meta
Economia / Setores Produtivos	Fomento à Transformação Digital no setor produtivo	Aumentar a média de maturidade digital das MPEs brasileiras para 55	Média de maturidade digital das MPEs brasileiras	ABDI e FGV/ Mapa da Digitalização das Micro e Pequenas Empresas Brasileiras	A média de maturidade digital das MPEs brasileiras é de 41,47 pontos, em uma escala que varia de 0 a 100 pontos	2022	Anual	Meta projetada com base no comportamento do indicador nas duas edições do estudo.
	Economia Verde como diferencial competitivo genuíno e único para o Brasil	Atingir e manter o superávit ecológico de 7 gha (hectare global)	Superávit / déficit ecológico	<i>Footprint Data Foundation - National Footprint and Biocapacity Accounts</i>	6 gha (hectare global)	2018	Anual	Meta constante no documento Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil 2020-2031, no cenário transformador

Eixo	Propósito	Meta	Indicador	Fonte do indicador	Situação atual	Ano do último dado	Periodicidade	Justificativa para a meta
Educação	Melhor gestão dos recursos em educação	Aumentar a pontuação em avaliações de educação nacionais e internacionais: Ideb - 7,9 / Pisa - 473	Avaliações de educação nacionais e internacionais (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb, PISA)	INEP/MEC OCDE	Ideb - 5,8 Pisa - 413 Posição 54ª no ranking OCDE	2019 / 2018	Bienal / Trienal	Metas propostas no documento "Estratégia Federal de Desenvolvimento Para o Brasil - 2020-2031".
	Todas as crianças e jovens concluindo o ensino em seu tempo correto e com aprendizagem e proficiência adequadas	100% das crianças e jovens concluindo o ensino com aprendizagem e proficiência adequadas.	Aprendizagem e proficiência adequadas. (Ideb)	INEP/ MEC	5º ano Ensino Fundamental: Português: 61,1%, Matemática: 51,5%; 9º ano Ensino Fundamental: Português: 41,4%, Matemática: 24,4%; 3º ano Ensino Médio: Português: 37,1%, Matemática: 10,3%.	2021	Bienal	A conclusão do ensino com baixos níveis de aprendizado e proficiência não deve ser aceito, devendo 100% das crianças e jovens concluírem cada etapa dentro dos níveis adequados.
	Todos os cidadãos funcionalmente alfabetizados	100% da população nos níveis de alfabetização funcional em leitura, escrita e matemática.	Alfabetização funcional em leitura, escrita e matemática.	INAF	37% Alfabetização consolidada /	2021	Anual	A existência do analfabetismo funcional na sociedade não deve ser aceitável, devendo a sua erradicação ser a meta a ser buscada.
	Ampliação da educação profissional e tecnológica no ensino médio alinhada às prioridades do mercado	50% dos alunos totais matriculados na modalidade de ensino médio profissionalizante.	Matrículas na modalidade de ensino médio profissionalizante.	INEP	10% do total de matrículas	2022	anual	Ampliação da meta estabelecida nos 12 Compromissos do MBC e adaptada para a Agenda 2034.
	Letramento Digital e estímulo à Inovação na Educação Básica, Profissional e Superior	25% de graduados em STEM	% Graduados em STEM	UNESCO / UNESCO Institute for Statistics (UIS) Database.	Graduados em ciência e engenharia eram 17,5% do total de graduados em 2020. O país está posicionado na posição 82 do ranking relativo a este indicador no Global Innovation Index, considerado um ponto fraco pelo estudo.	2020	anual	Alcançar os percentuais de referência de países sulamericanos, média dos países da OCDE em 2020.

Eixo	Propósito	Meta	Indicador	Fonte do indicador	Situação atual	Ano do último dado	Periodicidade	Justificativa para a meta
Infraestrutura	Fornecimento de energia regular e a preços competitivos, garantindo a liderança de fontes limpas na matriz energética nacional	Estar entre os 10 países com menor custo de energia elétrica	Custo da energia elétrica	ANEEL, Relatório Mercado Cativo - SAMP; OCDE - IEA, Key World Energy Statistics; EPE, Consumo Mensal de Energia Elétrica por Classe; Bacen, Câmbio e Capitais Internacionais	R\$ 562,93/MWh (Brasil) - 17ª posição R\$ 566,56/MWh (média OCDE) Noruega: R\$ 103,88/MWh (1ª posição) Suécia: R\$ 324,57/MWh EUA: R\$ 343,39/MWh Dinamarca: R\$ 397,57/MWh Finlândia: R\$ 401,95/MWh (5ª posição) ... Coreia do Sul: R\$ 486,29/MWhV (10ª posição)	2020	Anual	Meta baseada considerando a eliminação dos encargos setoriais da composição da tarifa de energia elétrica.
		Participação de 60% de fontes renováveis na matriz energética brasileira	Repartição da Oferta Interna de Energia, por tipo de fonte	Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	Fontes renováveis: 44,7% Fontes não renováveis: 55,3%	2021	Anual	Meta baseada no Plano Nacional de Energia 2050
	Conectividade e infraestrutura de dados em todo o território nacional para alavancar a transformação digital	100% dos municípios com acesso à banda larga	Percentual de municípios com acesso à banda larga no país	Anatel	84% dos municípios com acesso à banda larga	2020	Anual	Meta prevista nas obrigações do Leilão 5G, realizado em novembro/2021
	Universalização do acesso aos serviços de água tratada, coleta e tratamento de esgoto para melhoria da qualidade de vida da população	99% da população com água potável	Percentual da população com água potável (índice de atendimento total de água)	SNIS	84% da população com água potável	2020	Anual	Meta constante no Novo Marco Legal do Saneamento
		90% da população com coleta e tratamento de esgoto	Percentual da população com coleta e tratamento de esgotos (índice de atendimento total de esgoto)	SNIS	55% da população com coleta e tratamento de esgoto	2020	Anual	Meta constante no Novo Marco Legal do Saneamento
	Matriz logística nacional diversificada, integrada, sustentável e com nível de serviço alinhado aos países de primeiro mundo	51% rodovias; 31% ferrovias; 11% cabotagem; 6% hidroviário; 0,05% aeroaviário; 1% dutoviário	Percentual de participação dos modais na matriz logística nacional, por tipo	CNT	Rodoviário: 64,86%; ferroviário: 14,95%; cabotagem: 10,47%; hidroviário: 5,25%; dutoviário: 4,45%; aeroaviário: 0,03%	2022	Anual	Meta constante no documento Plano Nacional de Logística 2035

Eixo	Propósito	Meta	Indicador	Fonte do indicador	Situação atual	Ano do último dado	Periodicidade	Justificativa para a meta
Meio Ambiente	Reestruturação produtiva rumo à economia de baixo carbono	55% de redução em emissões de carbono até 2034, utilizando a mesma base numérica de 2015 (960 MtCO2e)	% de emissão de carbono	Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	1.208 MtCO2e até 2030 (2015) 1.281 MtCO2e até 2030 (2020)	2020	A cada 5 anos	O Acordo de Paris estabelece que a atualização das metas (NDC) não podem recuar na ambição, como aconteceu de 2015 para 2020. Portanto é sugerido utilizar a mesma base de cálculo utilizada em 2015, quando a meta foi lançada pela primeira vez.
	Fortalecimento das instituições gestoras e órgãos reguladores	Executar 100% do orçamento previsto para o Ministério do Meio Ambiente e órgão vinculados	Execução orçamentária do Ministério do Meio Ambiente e órgão vinculados	Portal da Transparência	Menos da metade dos recursos previstos foram executados nos últimos 3 anos	2019	PPA a cada 4 anos LOA anual	No ano de 2021 o orçamento para o meio ambiente foi o menor em 21 anos. É necessário que haja investimento na pasta para desenvolver um meio ambiente equilibrado, atender demandas nacionais urgentes, bem como agenda internacional.
	Erradicação do desmatamento ilegal e garantia de reposição de 100% do desmatamento legal	Erradicação do desmatamento ilegal e garantia de reposição de 100% do desmatamento legal	Taxa PRODES	INPE - Observatório da terra - PRODES Amazônia IPAM	11.568 Km <sup>2</sup> (AMZ LEGAL)	2022	Anual	Meta baseada na série histórica do indicador e urgência por ações quanto ao desmatamento.
	Planejamento ambiental urbano com foco na ocupação consciente do solo, qualidade da água e do ar	90% dos municípios com Plano Diretor de Uso do Solo vigente	Nº de municípios com Plano Diretor de Uso do Solo elaborado	IBGE - Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC	51,50%	2019	Anual	Meta baseada na série histórica do indicador.



## REFERÊNCIAS DAS PROPOSTAS

- 1 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 2018. Disponível em: <http://antigo.sudam.gov.br/conteudo/menus/retrato/planos-desenvolvimento/prda/arquivos/2019/estrategia-nacional-de-desenvolvimento-economico-e-social.pdf>
- 2 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Estudos da OCDE sobre os Sistemas de Saúde: Brasil 2021. 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/health/estudos-da-ocde-sobre-os-sistemas-de-saude-brasil-2021-f2b7ee85-pt.htm>
- 3 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Estudos da OCDE sobre os Sistemas de Saúde: Brasil 2021. 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/health/estudos-da-ocde-sobre-os-sistemas-de-saude-brasil-2021-f2b7ee85-pt.htm>
- 4 Confederação Nacional da Indústria (CNI). Saúde: agenda pós-pandemia. 2022. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/propostas-da-industria-para-eleicoes/propostas/21-saude/>
- 5 Rede Governança Brasil (RGB). Agenda de Governança Pública no Brasil. 2023-2026. 2022. Disponível em: <https://www.rgc.org.br/Journals/article/view/128>
- 6 Banco Mundial. Propostas de Reformas do Sistema Único de Saúde Brasileiro. 2019. Disponível em: <https://pubdocs.worldbank.org/en/545231536093524589/Propostas-de-Reformas-do-SUS.pdf>
- 7 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). VISÃO 2035: Brasil, país desenvolvido: agendas setoriais para alcance da meta. 2018. Disponível em: [https://web.bnDES.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/16040/3/PRLi214078\\_Visao\\_2035\\_compl\\_P.pdf](https://web.bnDES.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/16040/3/PRLi214078_Visao_2035_compl_P.pdf)
- 8 Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo (FEHOSP). Entrevista com Especialista.
- 9 Banco Mundial. Brazil Poverty and Equity Assessment Looking ahead of two crises. 2022. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/19298bfa-067d-504c-8e34-00b20e3139d2/content>
- 10 Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). Diretrizes para o desenho de uma política para a superação da pobreza. 2022. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2022/08/Barros-Machado-2022.pdf>
- 11 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Implementando Desigualdades: Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9323>
- 12 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Desafios do desenvolvimento do Brasil – relatório das contribuições de representantes do Sistema Nacional de Fomento para debate de uma agenda 2035. 2018. Disponível em: <https://web.bnDES.gov.br/bib/jspui/handle/1408/16087>
- 13 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Cadernos ODS 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. 2019. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524\\_cadernos\\_ODS\\_objetivo\\_1.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524_cadernos_ODS_objetivo_1.pdf)
- 14 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Políticas de Habitação. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8628>
- 15 Atletas pelo Brasil. Esporte Para Todos. 2022. Disponível em: <https://atletaspelobrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Propostas-Esporte-para-Todos-Atletas-pelo-Brasil-2022-1.pdf>
- 16 Ministério da Justiça e Segurança Pública. Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021 -2030. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/mj/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/categorias-de-publicacoes/planos/plano\\_nac\\_de\\_seguranca\\_publica\\_e\\_def\\_soc\\_2021\\_2030.pdf](https://www.gov.br/mj/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/categorias-de-publicacoes/planos/plano_nac_de_seguranca_publica_e_def_soc_2021_2030.pdf)
- 17 Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Sou da Paz; Instituto Igarapé. Agenda Segurança Pública é Solução. 2018. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/FBSP\\_Agenda\\_prioritaria\\_eleicoes\\_2018-1.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/FBSP_Agenda_prioritaria_eleicoes_2018-1.pdf)
- 18 Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>
- 19 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Cadernos ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. 2019. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190920\\_cadernos\\_ODS\\_objetivo\\_8.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190920_cadernos_ODS_objetivo_8.pdf)
- 20 Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSCA - A2030). VI Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil. 2022. Disponível em: [https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/06/rL\\_2022-completoweb-30\\_06\\_01.pdf](https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/06/rL_2022-completoweb-30_06_01.pdf)
- 21 Confederação Nacional da Indústria (CNI). Relações de Trabalho: avançando na modernização. 2022. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/propostas-da-industria-para-eleicoes/propostas/10-relacoes-de-trabalho/>
- 22 Movimento Brasil Competitivo (MBC). 12 Compromissos para um Brasil competitivo. MBC. 2022. Disponível em: <https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2022/09/12-compromissos-para-um-brasil-competitivo-versao-completa.pdf>
- 23 Confederação Nacional da Indústria (CNI). Propostas da Indústria para as Eleições 2022. 2022. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/propostas-da-industria-para-eleicoes/home/>
- 24 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Propostas e Recomendações de Políticas Públicas do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. 2022. Disponível em: <https://www.agendadocomercio.org.br/Propostas%20e%20Recomenda%C3%A7%C3%B5es%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20do%20Com%C3%A9rcio%20de%20Bens,%20Servi%C3%A7os%20e%20Turismo.pdf>
- 25 Ministério da Economia. Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil relativa ao período de 2020 a 2031 (EFD 2020-2031). 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/gestao/estrategia-federal-de-desenvolvimento>
- 26 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Assuntos prioritários para o desenvolvimento do país. 2022. Disponível em: [https://www.agendadocomercio.org.br/Agenda\\_institucional\\_digital.pdf](https://www.agendadocomercio.org.br/Agenda_institucional_digital.pdf)

- 27 Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP). Retomada do crescimento brasileiro: projetos prioritários e fundamentais. 2022. Disponível em: <https://representa.fecomercio.com.br/material-presidenciais>
- 28 Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB). Agenda de Propostas para a Infraestrutura. 2022. Disponível em: <https://www.abdib.org.br/agenda-de-propostas-para-a-infraestrutura-2022/>
- 29 Movimento Brasil Competitivo (MBC). Pacto pela Reforma do Estado. 2019. Disponível em: <https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Agenda-Pacto-pela-Reforma-do-Estado.pdf>
- 30 Fundação Dom Cabral. Produtividade e o Futuro da Economia Brasileira. 2022. Disponível em: [https://imaginebrasil.fdc.org.br/rails/active\\_storage/blobs/eyJmcmFpbHMibWVzc2FnZSI6IkJBaEpJaWxrWVdOaFlUUXpaaTFRWpOakxUUmtPVGt0WWI0a09TMDNNVGRpTkdZd01qRXpO-V01HT2daRlZBPT0iLjJleHAI0m51bGwslmBicil6ImJsb2JfaWQifX0=-1d04047b28a1c6cb8d1156420c5d8e14de70d215/Produtividade%20e%20o%20Futuro%20da%20Economia%20Brasileira.pdf](https://imaginebrasil.fdc.org.br/rails/active_storage/blobs/eyJmcmFpbHMibWVzc2FnZSI6IkJBaEpJaWxrWVdOaFlUUXpaaTFRWpOakxUUmtPVGt0WWI0a09TMDNNVGRpTkdZd01qRXpO-V01HT2daRlZBPT0iLjJleHAI0m51bGwslmBicil6ImJsb2JfaWQifX0=-1d04047b28a1c6cb8d1156420c5d8e14de70d215/Produtividade%20e%20o%20Futuro%20da%20Economia%20Brasileira.pdf)
- 31 Confederação Nacional da Indústria (CNI). Plano de Retomada da Indústria. 2022. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/cni-apresenta-plano-de-retomada-da-industria-aos-candidatos/>
- 32 ENDEAVOR. Agenda ENDEAVOR Eleições 2022 - construindo o futuro do empreendedorismo e da inovação no país. 2022. Disponível em: <https://endeavor.org.br/sobre-a-endeavor/agenda-eleicoes-2022/>
- 33 Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em defesa de uma Reforma Tributária Ampla e Justa. 2021. Disponível em: [https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer\\_public/50/96/50967d2a-0316-4d4f-96fa-cd488901132/manifesto\\_em\\_defesa\\_de\\_uma\\_reforma\\_tributaria\\_ampla\\_e\\_justa.pdf](https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer_public/50/96/50967d2a-0316-4d4f-96fa-cd488901132/manifesto_em_defesa_de_uma_reforma_tributaria_ampla_e_justa.pdf)
- 34 Derrubando Muros. Propostas da Sociedade Civil: políticas públicas para um Brasil democrático com justiça, prosperidade e esperança. 2022. Disponível em: <https://derrubandomuros.org/uma-agenda-inadiavel/>
- 35 Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES). Integrar para crescer: uma proposta de liberalização comercial. 2022. Disponível em: <https://cindesbrasil.org/wp-content/uploads/2022/08/Integrar-para-crescer.pdf>
- 36 Revista de Administração Pública. Inovação tecnológica no Brasil: desafios e insumos para políticas. 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/83610>
- 37 Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI); Confederação Nacional da Indústria (CNI). Agenda da MEI para 2022 e perspectivas de financiamento em CT&I. 2022. Disponível em: [https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer\\_public/40/7c/407c5fa2-3587-426c-9c2a-aa1fdd09f248/agenda\\_da\\_mei\\_para\\_2022\\_-\\_pedro\\_wongtschowski.pdf](https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/40/7c/407c5fa2-3587-426c-9c2a-aa1fdd09f248/agenda_da_mei_para_2022_-_pedro_wongtschowski.pdf)
- 38 Movimento Brasil Competitivo (MBC). Brasil Digital. Salto Para Transformação: uma agenda de desenvolvimento sustentável do país com base na transformação digital. 2022. Disponível em: <https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Estudo-Brasil-Digital-Salto-para-Transforma%C3%A7%C3%A3o-MBC-e-FGV.pdf>
- 39 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Guia do Candidato Empreendedor. 2022. Disponível em: <https://guiadocandidato2022.sebrae.com.br/>
- 40 Fórum Econômico Mundial. Annual Report 2021-2022. 2022. Disponível em: [https://www3.weforum.org/docs/WEF\\_Annual\\_Report\\_2021\\_22.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEF_Annual_Report_2021_22.pdf)
- 41 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Plano ABC+. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/arquivo-publicacoes-plano-abc/abc-portugues.pdf>
- 42 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). VII Plano Diretor da Embrapa 2020-2030. 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1126091/vii-plano-diretor-da-embrapa-2020-2030>
- 43 Fundação Getúlio Vargas (FGV). Brasil a caminho da OCDE: explorando desafios. 2020. Disponível em: [https://ccgi.fgv.br/sites/ccgi.fgv.br/files/u5/2020\\_OCDE\\_acessao\\_BR\\_FinalITN\\_pb.pdf](https://ccgi.fgv.br/sites/ccgi.fgv.br/files/u5/2020_OCDE_acessao_BR_FinalITN_pb.pdf)
- 44 Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos. Plano Nacional de Fertilizantes 2050 (PNF 2050). 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/fertilizantes/plano-nacional-de-fertilizantes>
- 45 Banco Mundial. Por um ajuste justo com crescimento compartilhado. Uma agenda de reformas para o Brasil. 2018. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/brief/brazil-policy-notes>
- 46 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Indicadores de Produtividade e Sustentabilidade do Setor Agropecuário Brasileiro. 2021. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com\\_content&view=article&id=39087](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=39087)
- 47 Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O que esperamos dos próximos governantes. 2022. Disponível em: [https://cnabrasil.org.br/storage/arquivos/pdf/proximos\\_governantes\\_final.pdf](https://cnabrasil.org.br/storage/arquivos/pdf/proximos_governantes_final.pdf)
- 48 Confederação Nacional da Indústria (CNI). Economia Circular e Gestão de Resíduos na OCDE. 2021. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/3/economia-circular-e-gestao-de-residuos-na-ocde/>
- 49 Observatório do Clima. Brasil 2045: construindo uma potência ambiental. Volume 1 - Propostas para a Política Ambiental Brasileira em 2023-2024. 2022. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/05/2045%E2%80%9494VF.pdf>
- 50 Organização Mundial do Turismo (UNWTO). Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030. 2018. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284419401>
- 51 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Tourism Trends and Policies 2020. 2020. Disponível em: [https://www.oecd-ilibrary.org/urban-rural-and-regional-development/oecd-tourism-trends-and-policies-2020\\_6b47b985-en](https://www.oecd-ilibrary.org/urban-rural-and-regional-development/oecd-tourism-trends-and-policies-2020_6b47b985-en)
- 52 Ministério do Turismo (MTur). Plano Nacional de Turismo 2018-2022. [s.d]. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/pnt-2018-2022-pdf>
- 53 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Managing tourism development for sustainable and inclusive recovery. 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/publications/managing-tourism-development-for-sustainable-and-inclusive-recovery-b062f603-en.htm>
- 54 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2018. Disponível em:

[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8855/1/Agenda\\_2030\\_ods\\_metas\\_nac\\_dos\\_obj\\_de\\_desenv\\_susten\\_propos\\_de\\_adequa.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8855/1/Agenda_2030_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf)

55 Ministério do Turismo (MTur). Estratégia Nacional de Inovação em Turismo 2021-2024. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivoscamaraturismo/ct-reuniao-ro-2-07\\_07\\_2021-anexo-2-eni-apresentacao.pdf](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivoscamaraturismo/ct-reuniao-ro-2-07_07_2021-anexo-2-eni-apresentacao.pdf)

56 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Proposta de redação à regulamentação da Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas. 2022. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10878/2/NT\\_97\\_Diset\\_Proposta\\_de\\_redacao.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10878/2/NT_97_Diset_Proposta_de_redacao.pdf)

57 Confederação Nacional da Indústria (CNI). As pequenas e médias empresas na OCDE. 2021. Disponível em: [https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer\\_public/a2/9d/a29dc658-ff06-4034-84e8-5bd080d51c3d/cartilhaocde\\_pequenas\\_e\\_medias\\_empresas\\_new.pdf](https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/a2/9d/a29dc658-ff06-4034-84e8-5bd080d51c3d/cartilhaocde_pequenas_e_medias_empresas_new.pdf)

58 Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS). Economia Verde no Brasil: contribuições para uma política nacional. 2022. Disponível em: [https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/09/IDS\\_AgendaEconomiaVerde\\_2022\\_final-1.pdf](https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/09/IDS_AgendaEconomiaVerde_2022_final-1.pdf)

59 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Desafios da Nação: artigos de apoio, volume 1. 2018. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180327\\_desafios\\_da\\_nacao\\_apoio\\_vol1.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180327_desafios_da_nacao_apoio_vol1.pdf)

60 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Education Policy Outlook: Brasil – com foco em políticas Nacionais e Subnacionais. 2021. Disponível em: <https://www.OCDE.org/education/policy-outlook/country-profile-Brazil-2021-PT.pdf>

61 Todos Pela Educação. Educação Já: contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na educação básica brasileira. 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/04/educacaoja2022-abril02-todospelaeducacao.pdf>

62 Todos Pela Educação. Educação Já. Sistema de Cooperação Federativa na Educação. [s.d.]. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/165.pdf>

63 Confederação Nacional da Indústria (CNI). Educação: a juventude e os desafios do mundo do trabalho. 2022. Disponível em: [https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer\\_public/ed/32/ed329dca-0f62-4fa6-b549-986c739a46b6/doc\\_13\\_-\\_educacao\\_web.pdf](https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/ed/32/ed329dca-0f62-4fa6-b549-986c739a46b6/doc_13_-_educacao_web.pdf)

64 Ministério da Educação. Política Nacional de Alfabetização (PNA). 2019. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno\\_pna\\_final.pdf](http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf)

65 Movimento pela Base. Caminhos para a Educação Integral: princípios e orientações para a implementação da educação integral. 2019. Disponível em: [https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2019/09/BNCC-trajetorias\\_diagramado\\_17.09\\_interativo\\_final.pdf](https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2019/09/BNCC-trajetorias_diagramado_17.09_interativo_final.pdf)

66 Todos Pela Educação. A Educação no Brasil: Uma Perspectiva Internacional. 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil-uma-perspectiva-internacional.pdf>

67 Confederação Nacional da Indústria (CNI). Propostas da indústria para as eleições 2022 - Inovação: motor de crescimento. 2022. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/propostas-da-industria-para-eleicoes/propostas/>

68 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Eleições 2022. Propostas aos candidatos. 2022. Disponível em: [https://guiadocandidato2022.sebrae.com.br/storage/guia-em-video/SEBRAE\\_NA\\_Guia\\_Completo\\_PRESIDENTE.pdf](https://guiadocandidato2022.sebrae.com.br/storage/guia-em-video/SEBRAE_NA_Guia_Completo_PRESIDENTE.pdf)

69 Governo Federal. Programa de Parcerias de Investimentos. Disponível em: [www.ppi.gov.br](http://www.ppi.gov.br)

70 Ministério da Infraestrutura. Plano Nacional de Logística PNL 2035. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/politica-e-planejamento/politica-e-planejamento/RelatorioExecutivoPNL\\_2035final.pdf](https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/politica-e-planejamento/politica-e-planejamento/RelatorioExecutivoPNL_2035final.pdf)

71 Confederação Nacional da Indústria (CNI). Propostas da Indústria para as Eleições. Transporte de cargas: abrindo novos caminhos. 2022. Disponível em: [https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer\\_public/6a/06/6a0675f8-6b94-4d23-a60e-54d00b627e15/resumo\\_07\\_-\\_final\\_rev.pdf](https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/6a/06/6a0675f8-6b94-4d23-a60e-54d00b627e15/resumo_07_-_final_rev.pdf)

72 Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (ABRACEEL). Avaliação dos cenários possíveis para abertura organizada do setor elétrico brasileiro. 2022. Disponível em: [https://abraceel.com.br/wp-content/uploads/post/2022/11/EY\\_Abraceel\\_Final.pdf](https://abraceel.com.br/wp-content/uploads/post/2022/11/EY_Abraceel_Final.pdf)

73 Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (ABRACEEL). Avaliação dos cenários possíveis para abertura organizada do setor elétrico brasileiro. 2022. Disponível em: [https://abraceel.com.br/wp-content/uploads/post/2022/11/EY\\_Abraceel\\_Final.pdf](https://abraceel.com.br/wp-content/uploads/post/2022/11/EY_Abraceel_Final.pdf)

74 Ministério de Minas e Energia. Plano Nacional de Energia 2050. 2020. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-227/topico-563/Relatorio%20Final%20do%20do%20PNE%202050.pdf>

75 Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

76 Brasscom. Propostas de Plano de Governo para a Aceleração da Era Digital. 2022. Disponível em: <https://brasscom.org.br/pdfs/propostas-de-plano-de-governo-para-a-aceleracao-da-era-digital/>

77 Confederação Nacional da Indústria. (CNI) Eleições 2022: As propostas da indústria em infraestrutura e em meio ambiente e sustentabilidade. 2022. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/infraestrutura/as-propostas-da-industria-em-infraestrutura-e-em-meio-ambiente-e-sustentabilidade/#:~:text=MEIO%20AMBIENTE%20E%20SUSTENTABILIDADE,-1.&text=A%20ind%C3%BAstria%20tem%20sido%20uma,da%20pandemia%20de%20Covid%2019.>

78 Conexis. Prioridades Legislativas do Setor de Telecomunicações em 2022. 2022. Disponível em: <https://conexis.org.br/wp-content/uploads/2022/05/alt2022-v09-%E2%80%94conexis-2.pdf>

79 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A caminho da Era Digital no Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/45a84b29-pt.pdf?expires=1679339003&id=id&accname=guest&checksum=66467967B816ED5CAF17DBA3743EC280>

80 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-digital). 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/eDigital.pdf>

81 Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Estratégia para a implementação de política pública para atração de data centers. 2022. Disponível em: [https://api.abdi.com.br/file-manager/upload/files/Apresentac%CC%A7a%CC%83o\\_Produto\\_2\\_-\\_Mapeamento\\_de\\_Oportunidades\\_vfinal.pdf](https://api.abdi.com.br/file-manager/upload/files/Apresentac%CC%A7a%CC%83o_Produto_2_-_Mapeamento_de_Oportunidades_vfinal.pdf)

82 Conexis. Propostas para um Brasil mais digital. 2022. Disponível em: [https://conexis.org.br/wp-content/uploads/2022/09/BrasilDigital\\_Propostas.pdf](https://conexis.org.br/wp-content/uploads/2022/09/BrasilDigital_Propostas.pdf)

83 Governo Federal. Governo Federal. Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber). 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/gsi/pt-br/composicao/SSIC/dsic/estrategia-nacional-de-seguranca-cibernetica-e-ciber/e-ciber.pdf>

- 84 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Novo marco legal do saneamento: mapeamento da demanda industrial. 2022. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/22467>
- 85 Instituto Trata Brasil. Estudo sobre os avanços do Novo Marco Legal do Saneamento Básico no Brasil - 2022 (SNIS 2020). 2022. Disponível em: [https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/RELATORIO\\_COMPLETO\\_-\\_Novo\\_Marco\\_-\\_2022.pdf](https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/RELATORIO_COMPLETO_-_Novo_Marco_-_2022.pdf)
- 86 Ministério do Desenvolvimento Regional. Plano Nacional de Saneamento Básico. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/plansab>
- 87 Ministério de Desenvolvimento Regional. Diagnóstico Temático: Serviços de Água e Esgoto (ano de referência 2020). 2022. Disponível em: [https://arquivos-snis.mdr.gov.br/DIAGNOSTICO\\_TEMATICO\\_GESTAO\\_TECNICA\\_DE\\_AGUA\\_AE\\_SNIS\\_2022.pdf](https://arquivos-snis.mdr.gov.br/DIAGNOSTICO_TEMATICO_GESTAO_TECNICA_DE_AGUA_AE_SNIS_2022.pdf)
- 88 Conferência Brasileira de Mudança do Clima (CBMC). Diretrizes para a ação e ambição climática. Disponível em: Diretrizes para a ação e Ambição Climática | Conferência Brasileira de Mudança do Clima ([climabrasil.org.br](http://climabrasil.org.br))
- 89 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Centre of Government Review of Brazil, Toward an Integrated and Structured Centre of Government. 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/publications/centre-of-government-review-of-brazil-33d996b2-en.htm>
- 90 Casa Civil da Presidência da República. Guia de Política de Governança Pública. 2018. Disponível em: [guia-da-politica-de-governanca-publica-versao-defeso.pdf](http://www.gov.br/guia-da-politica-de-governanca-publica-versao-defeso.pdf) ([www.gov.br](http://www.gov.br))
- 91 Tribunal de Contas da União (TCU). Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU. 2020. Disponível em: [Levantamento de governança | Portal TCU](http://www.tcu.gov.br/portal/leitura/levantamento-de-governanca)
- 92 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Estratégia Brasileira de Transformação Digital 2022-2026. 2022. Disponível em [e-digital ciclo\\_2022-2026.pdf](http://www.mcti.gov.br/estrategia-brasiliana-de-transformacao-digital-2022-2026) ([www.gov.br](http://www.gov.br))
- 93 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Subsídios para uma reforma administrativa voltada à cidadania. 2022. Disponível em: [Subsídios para uma reforma administrativa voltada à cidadania v3](http://www.ipea.gov.br/subsidios-para-uma-reforma-administrativa-voltada-a-cidadania-v3) ([squarespace.com](http://www.squarespace.com))
- 94 República.org. Propostas para fortalecer a capacidade administrativa dos governos 2023-2026. 2022. Disponível em: <https://republica.org/wp-content/uploads/2022/08/Propostas-para-fortalecer-a-capacidade-administrativa-dos-governos-v2.pdf>
- 95 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Revisão das competências de inovação e liderança na alta administração pública do Brasil. 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/3634>
- 96 Movimento Pessoas a frente. Disponível em: <https://movimentopessoasafrente.org.br/>. [Entrevista com especialista](https://www.movimentopessoasafrente.org.br/entrevista-com-especialista).
- 97 Confederação Nacional da Indústria (CNI). A Agenda de Governo Aberto na OCDE. 2021. Disponível em: [https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer\\_public/39/59/39591602-a9ec-41e2-9ace-84a720d76676/ocde\\_briefing\\_governoaberto.pdf](https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/39/59/39591602-a9ec-41e2-9ace-84a720d76676/ocde_briefing_governoaberto.pdf)
- 98 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Public Governance Reform Peru. HIGHLIGHTS 2016. 2016. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/public-governance-review-peru-highlights-en.pdf>



PATROCÍNIO

